



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PRÓ REITORIA DE PESQUISA PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
TECNOLOGICA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SOCIEDADE MESTRADO
ACADÊMICO EM CIÊNCIAS DA SOCIEDADE**

EDNA OLIVEIRA PADILHA

**CASA FAMILIAR RURAL (CFR) NA AMAZÔNIA PARAENSE: Uma análise da
agricultura sustentável nas comunidades de Membeca, Vila Amazonas e
Guajará.**

SANTARÉM-PA

2024

EDNA OLIVEIRA PADILHA

CASA FAMILIAR RURAL (CFR) NA AMAZÔNIA PARAENSE: Uma análise da agricultura sustentável nas comunidades de Membeca, Vila Amazonas e Guajará.

Dissertação de mestrado apresentado à banca de qualificação do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Sociedade, linha de pesquisa: Políticas Públicas e Estratégias de Desenvolvimento Regional, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre.

Orientador: Professor Dr. Abner Vilhena de Carvalho

Coorientadora: Professora Dra. Ednéa do Nascimento Carvalho

SANTARÉM-PA

2024

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/UFOPA

P123c Padilha, Edna Oliveira

Casa Familiar Rural (CFR) na Amazônia Paraense: uma análise da agricultura sustentável nas comunidades de Membeca, Vila Amazonas e Guajará. / Edna Oliveira Padilha. - Santarém, 2024.

210 p. : il.

Inclui bibliografias.

Orientador: Abner Vilhena de Carvalho.

Coorientador: Ednéa do Nascimento Carvalho.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Pro-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica, Instituto de Ciências da Sociedade, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Sociedade.

1. Sustentabilidade Agrícola. 2. Diversificação da produção. 3. Políticas públicas. 4. Pedagogia da Alternância. 5. Casa Familiar Rural. I. Carvalho, Abner Vilhena de, *orient.* II. Carvalho, Ednéa do Nascimento, *coorient.* III. Título.

CDD: 23 ed. 338.18098115

Bibliotecária - Documentalista: Cátia Alvarez – CRB/2 843



Universidade Federal do Oeste do Pará
Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação Tecnológica
Instituto de Ciências da Sociedade
Programa de Pós-graduação em Ciências da Sociedade
Mestrado Acadêmico em Ciências da Sociedade



ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO Nº 13

Ao segundo dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro, às 14h00 min, no campus Tapajós, sala 327 - Mini Auditório do ICS, BMT I, instalou-se a banca examinadora de dissertação de mestrado do(a) aluno(a) **Edna Oliveira Padilha**. A banca examinadora foi composta pelos professores Dr(a). José Camilo Ramos de Souza - UEA, examinador(a) externo(a), Dr(a). Márcio Júnior Benassuly Barros - PPGCS/Ufopa, examinador(a) interno(a), Dr(a). Ednéa do Nascimento Carvalho - PPGCS/Ufopa, **co-orientador(a)**, e Dr(a). Abner Vilhena de Carvalho - PPGCS/ Ufopa, **orientador(a)**. Deu-se início a abertura dos trabalhos, por parte do(a) Orientador(a), que, após apresentar os membros da banca examinadora e esclarecer a tramitação da defesa, passou de imediato ao mestrando para que iniciasse a apresentação da dissertação, intitulada **“CASA FAMILIAR RURAL (CFR) NA AMAZÔNIA PARAENSE: Uma análise da agricultura sustentável nas comunidades de Membeca, Vila Amazonas e Guajará”**, marcando um tempo de 30 minutos para a apresentação. Concluída a exposição, o(a) Prof(a). Dr(a). Abner Vilhena de Carvalho, presidente, passou a palavra aos examinadores, para argüirem o(a) candidato(a). Após as considerações sobre o trabalho em julgamento, foi **APROVADO(A)** o(a) candidato(a), conforme as normas vigentes na Universidade Federal do Oeste do Pará. A versão final da dissertação deverá ser concluída no prazo de trinta dias, contendo as modificações sugeridas pela banca examinadora e constante na folha de correção anexa, sob pena de o (a) candidato(a) não obter o título se não cumprir as exigências acima. Para efeito legal segue a presente ata assinada pelo(a) professor(a) orientador(a), pelos professores avaliadores e pelo(a) mestrando(a).

Prof(a). Dr(a). Abner Vilhena de Carvalho
Orientador(a) - PPGCS/Ufopa

Prof(a) Dr(a). Ednéa do Nascimento Carvalho
Co-orientador(a) - PPGCS/Ufopa

Prof(a). Dr(a). José Camilo Ramos de Souza -
Examinador(a) Externo(a) - UEA

Prof(a). Dr(a). Márcio Júnior Benassuly Barros
Examinador(a) Interno(a) - PPGCS/ Ufopa

Edna Oliveira Padilha
Mestrando(a) - PPGCS/Ufopa

Dedico este trabalho a Deus e a minha filha Emanuele Padilha Vinhote Aguiar, que me inspira todos os dias a não desistir dos meus objetivos.

AGRADECIMENTOS

Ao criador do universo, por passar na frente e guiar sempre os meus passos, graças sejam dadas a ti Senhor pela dádiva da vida, és bom o tempo todo.

A minha família pelo incentivo, Marcelo Vinhote Aguiar (esposo) e Emanuele Padilha Vinhote Aguiar (filha), pois a jornada de morar distante com as idas e vindas na BR 163 (Itaituba-Santarém) para diminuir a saudade e seguir os estudos não foram fáceis, sem eles não teria nem começado.

Aos meus pais: Ademar Padilha e Maria do Livramento Oliveira Padilha que me ensinaram a não desistir da busca do conhecimento desde muito cedo.

Aos meus tios: Osmar Padilha, Inês (residentes no município de Rurópolis-PA), Dometilde Padilha e Zequinha (residentes no município de Itaituba-PA), que me acolheram em suas casas para o prosseguimento da formação básica e superior, pois considero-os como pais.

Aos queridos orientadores professor Dr. Abner Vilhena de Carvalho e professora Dr^a. Ednéa do Nascimento Carvalho pelos encontros, confiança e respeito a mim dispensados, sempre motivando a melhorar no campo da pesquisa. Aos professores membros da banca: Dr. José Camilo Ramos de Souza; e Dr. Márcio Júnior Benassuly pelo aceite e contribuições indispensáveis para o andamento deste trabalho.

Ao professor Dr. Marcus Aurélio Oliveira Santos pelas orientações do uso do software Iramuteq, das quais foram de suma importância para a análise dos dados desta pesquisa.

Aos professores e colegas de turma PPGCS/2022 pela amizade construída e o compartilhamento de saberes que colaboram na construção do conhecimento, bem como o apoio de fomento da agência Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pelo financiamento da bolsa de estudos.

Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo (Paulo Freire).

RESUMO

A região de Lago Grande, localizada no município de Santarém no Estado do Pará, é caracterizada por sua riqueza natural e pela presença de comunidades camponesas que dependem da agricultura familiar como principal meio de subsistência. No entanto, a Amazônia Paraense enfrenta um cenário contínuo de exploração da natureza e implementação de grandes projetos de cunho capitalista, que conduz os moradores do campo a se reinventar e aprender novas técnicas de cultivos alternativos que permitam produzir na terra, respeitando a natureza em relação aos saberes tradicionais. Neste cenário, a Educação do Campo fundamenta-se por problematizar o contexto socioeconômico, cultural e ambiental, pois ao relacionar os saberes de vivência da comunidade ao conhecimento teórico, faz com que os alunos passem a aplicar a prática em suas propriedades rurais, incentivando alternativas agrícolas que conserve a natureza trazendo qualidade de vida as famílias. Este estudo objetiva analisar a contribuição da Pedagogia da Alternância para com a sustentabilidade agrícola da Amazônia Paraense com ênfase na agroecologia, especificamente nas comunidades Membeca, Vila Amazonas e Guajará, visto que os alunos do curso de agroecologia da Casa Familiar Rural (CFR) mediante o instrumento pedagógico - Projeto Profissional do Jovem (PPJ) desenvolvem no “tempo comunidade” experiências como: a meliponicultura, Sistemas Agroflorestais (SAF's), criação de aves caipira, manejo rotacionais de piquetes, entre outros. Para tanto, o trabalho conta com revisão bibliográfica e pesquisa de campo com uma abordagem qualitativa e quantitativa, envolvendo registros fotográficos das unidades produtivas dos alunos e entrevistas com os mesmos, com os professores da base técnica e coordenador da CFR e representante da Associação Regional das Casas Familiares Rurais (Arcafar). Portanto, a análises das experiência tendem a corroborar com o fortalecimento das comunidades rurais, identificando os desafios enfrentados na implementação das práticas agrícolas com enfoque agroecológico que proporciona a diversificação da produção da agricultura familiar, gerando renda e bem estar dos povos que vivem no campo, destacando as oportunidades de melhoria para a proposição de políticas públicas direcionadas à Educação do Campo e à sustentabilidade das mesmas na região de Lago Grande.

Palavras-Chaves: Sustentabilidade Agrícola. Diversificação da produção. Políticas públicas. Pedagogia da Alternância. Casa Familiar Rural.

ABSTRACT

The Lago Grande region, located in the municipality of Santarém in the state of Pará, is characterized by its natural wealth and the presence of rural communities that rely on family farming as their main means of subsistence. However, the Amazon region of Pará has been facing continuous exploitation of natural resources and the implementation of large capitalist projects, forcing rural residents to reinvent themselves and learn new alternative farming techniques that allow them to work the land while respecting nature and their traditional knowledge. In this context, Rural Education is centered on addressing the socioeconomic, cultural, and environmental realities. By connecting the community's lived experiences with theoretical knowledge, students are encouraged to apply practical skills on their farms, promoting agricultural alternatives that preserve nature and improve the quality of life for families. This study aims to analyze the contribution of Alternating Pedagogy to agricultural sustainability in the Amazon region of Pará, with an emphasis on agroecology, focusing specifically on the communities of Membeca, Vila Amazonas, and Guajará. Students from the agroecology program at the Rural Family House (CFR) engage in hands-on activities during the "community time" through the pedagogical tool known as the Young Professional Project (PPJ). These activities include meliponiculture, Agroforestry Systems (AFS), local poultry farming, rotational grazing management, and more. Therefore, this work comprises a literature review and field research using both qualitative and quantitative approaches, including photographic records of students' production units and interviews with the students, technical teachers, the CFR coordinator, and representatives from the Regional Association of Rural Family Houses (Arcafar). The analysis of these experiences aims to support the strengthening of rural communities by identifying the challenges faced in implementing agroecological farming practices that promote the diversification of family farming production, generating income and well-being for those living in rural areas. This highlights opportunities to improve the formulation of public policies.

Keywords: Agricultural Sustainability. Production Diversification. Public Policies. Alternating Pedagogy. Rural Family Hous

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Sede da Casa Familiar Rural do Lago Grande.....	25
Figura 2 – Lócus da pesquisa das comunidades: Membeca, Vila Amazonas e Guajará.....	27
Figura 3 – Via de acesso por Aniduba/PA – Conexão da lancha com ônibus.....	28
Figura 4 – Locais da Regional do Baixo Amazonas com experiências da Pedagogia da Alternância	60
Figura 5 – Análise Fatorial por Correspondência / entrevista Secretário da Arcafar-PA.....	62
Figura 6 – Corpus colorido da AFC.....	63
Figura 7 – Análise de Similitude/Arcafar.....	71
Figura 8 – Centro da comunidade de Guajará.....	77
Figura 9 – Escadaria na frente da comunidade de Guajará.....	77
Figura 10 – Alunos do curso de Agroecologia	81
Figura 11 – Dendrograma (CHD) – Percepção dos alunos do curso de agroecologia sobre as Prática agrícolas sustentáveis no Tempo Comunidade.....	83
Figura 12 – Concordância das palavras mais frequentes.....	84
Figura13 – Agricultores em relação à tecnologia e aos mercados.....	92
Figura 14 – Aviário.....	93
Figura 15 – Alimentação alternativa para ave.....	93
Figura 16 – Análise de Similitude/PPJ.....	95
Figura 17 – Preparo da farinha de mandioca.....	98
Figura 18 – Registro dos cultivos e criações entrevistado 01.....	105
Figura 19 – Registro dos cultivos e criações entrevistado 02.....	107
Figura 20 – Registro dos cultivos e criações entrevistado 03.....	108
Figura 21 – Registro dos cultivos e criações entrevistado 04.....	109
Figura 22 – Registro dos cultivos e criações entrevistado 05.....	110
Figura 24 – Registro dos cultivos e criações entrevistado 06.....	111
Figura 24 – Registro dos cultivos e criações entrevistado 07.....	112
Figura 25 – Registro dos cultivos e criações entrevistado 08.....	113
Figura 26 – Registro dos cultivos e criações entrevistado 09.....	114

Figura 27 – Análise Fatorial de Correspondência (AFC) entrevista com os Alunos.....	118
Figura 28 – Dendrograma CHD – Percepção dos professores sobre a experiência do curso de agroecologia.....	120
Figura 29 – Dendrograma CHD – Percepção dos professores sobre a experiência do curso de agroecologia.....	126
Figura 30 – Percepção as categorias: Pedagogia da Alternância e sua contribuição para a sustentabilidade agrícola na Amazônia Paraense.....	134

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Desatando os nós para ação emancipatória dos povos do Campo.....	39
Quadro 2 – Instrumentos Legais da Educação do Campo.....	43
Quadro 3 – Como são vistos o Campo e a Educação na visão do rural tradicional e na Educação do Campo.....	50
Quadro 4 – Perfil dos Participantes, alunos concluintes do curso de agroecologia	78

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Tempo que vive em sua propriedade.....	79
Gráfico 2 – Sócio em alguma organização.....	80
Gráfico 3 – Projeto Profissional do Jovem (PPJ).....	90
Gráfico 4 – Aplica os conhecimentos da CFR nas práticas de cultivos.....	99
Gráfico 5 – Principais dificuldades para o cultivo agrícola	101
Gráfico 6 – Principais dificuldades para o manejo agrícola na visão dos professores e coordenação da CFR.....	103
Gráfico 7 – Manejo da terra e controle de pragas.....	117

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Acosper	Cooperativa dos Trabalhadores Agroextrativistas do Oeste do Pará
Arcafar	Associação Regional das Casas Familiares Rurais
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Ceffa	Centros Familiar de Formação por Alternância
CEP	Comissão de Ética em Pesquisa
CFR	Casa Familiar Rural
CNE	Conselho Nacional de Educação
EFA	Escolas Famílias Agrícolas
Enera	Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária
Feagle	Federação das Associações de Moradores e Comunidades do Assentamento Agroextrativista da Gleba do Lago Grande
Fecafar	Federação das Casas Familiares Rurais do Estado do Pará
Fonec	Fórum Nacional de Educação do Campo
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Laet	Laboratório Agroecológico da Transamazônica
MDTX	Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e do Xingu
PA	Pará
PAE	Projeto de Assentamento Agroextrativista
Pnae	Programas Nacional de Alimentação Escolar
Procampo	Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo
Pronacampo	Programa Nacional de Educação do Campo
Pronera	Programas Nacional de Educação e Reforma Agrária
PPGCS	Programa de Pós-Graduação em Ciências da Sociedade
PPJ	Projeto Profissional do Jovem
Secadi	Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade e Inclusão
Ufopa	Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPa	Universidade Federal do Pará
Unefab	União Nacional das Escolas Família Agrícola do Brasil

SAF's	Sistemas Agroflorestais
Sinprosan	Sindicato dos Profissionais das Instituições Educacionais da Rede Pública Municipal de Santarém

SUMÁRIO

QUESTÕES INTRODUTÓRIAS – memórias e caminhos metodológicos da pesquisa.....	17
A pesquisadora, vínculos com o campo: e as formas de lidar com a terra.....	21
O caminho da pesquisa.....	25
 CAPÍTULO 1 – POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E A ARTICULAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	36
1.1 O protagonismo dos movimentos sociais em defesa do território e a educação do campo: uma luta continua.....	38
1.2 Marcos legais e os avanços da educação do Campo: Pronera, ProCampo, Pronacampo e suas políticas curriculares.....	42
1.3 O cenário da educação na Amazônia e a necessidade da implementação de políticas públicas para educação do campo.....	45
1.4 A educação no campo/ribeirinha e a pedagogia da alternância e suas Interrelações.....	50
 CAPÍTULO 2 – A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE AGRÍCOLA NA REGIÃO DO BAIXO AMAZONAS.....	53
2.1 Origem da Pedagogia da Alternância e o contexto das expansões das CFR's.....	53
2.2 As Casas Familiares Rurais no Baixo Amazonas	59
2.3 Associação Regional das Casas Familiares Rurais (Arcafar-PA): O que nos conta a representatividade	61
2.4 O cenário atual das CFR's e as contribuições da Pedagogia da Alternância no Baixo Amazonas.....	64
 CAPÍTULO 3 – A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA E AS ATIVIDADES AGROECOLÓGICAS NO LAGO GRANDE.....	74
3.1 As comunidades Guajará, Membeca e Vila Amazonas.....	76
3.1.1 Perfil dos alunos do curso de agroecologia da CFR	78
3.2 Dados e análises das entrevistas com alunos do curso de Agroecologia.....	82

3.3 Percepção dos alunos do curso de agroecologia sobre as práticas agrícolas sustentáveis no Tempo Comunidade.....	84
3.3.1 Diversificação da produção e os Sistemas Agroflorestais – SAF's	87
3.3.2 O Projeto Profissional do Jovem do Jovem (PPJ) no Tempo Comunidade	89
3.3.3 O saber agroecológico e os desafios para produzir.....	96
3.3.4 A Casa Familiar Rural e a as experiências do curso de agroecologia.....	103
3.3.4.1 Tempo comunidade – Das experiências de cultivo e criações.....	104
3.4 Dos dados e análise das entrevistas com professores monitores do curso de agroecologia.....	119
3.4.1 Diversificação da produção e os desafios para produzir	121
3.4.2 Acompanhamentos técnico das experiências no Tempo Comunidade.....	122
3.5 Dos dados e análises da entrevista da coordenadora da CFR de Lago Grande.....	125
3.5.1 O Curso Técnico em Agroecologia	127
3.5.2 A Pedagogia da Alternância e a diversificação dos cultivos	127
3.5.3 A CFR do Lago Grande e os desafios do curso de agroecologia.....	129
3.6 Apontamentos dos resultados das entrevistas dos alunos, professores e coordenação CFR	130
SENTIMENTOS CONCLUSIVOS.....	135
REFERÊNCIAS.....	139
APÊNDICE.....	148
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA - Coordenador Pedagógico da Arcafar.....	149
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA DE CAMPO - Coordenadora CFR Lago Grande.....	151
APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA DE CAMPO - Professor Técnico Casa CFR/Curso de agroecologia – Lago Grande.....	154
APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA DE CAMPO - alunos da CFR/Curso de agroecologia.....	157
APÊNDICE E – QUADRO 1. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES PARA A CONCLUSÃO DA DISSERTAÇÃO PPGCS/UFOPA.....	160

APÊNDICE F – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....	162
APÊNDICE G – TERMO DE CONSENTIMENTO PARA USO DE VOZ E IMAGEM.....	169
ANEXOS.....	170
ANEXO A – OFÍCIOS ENCAMINHADOS PARA FEAGLE/CFR E Arcafar.....	171
ANEXO B – TERMOS DE ANUÊNCIA DAS INSTITUIÇÕES FEAGLE/CFR E ARCAFAR.....	174
ANEXO C – ATA DA QUALIFICAÇÃO DA DISSERTAÇÃO.....	177
ANEXO D – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.....	178
ANEXO E – OFÍCIO ENCAMINHADO AS INSTITUIÇÕES CFR E ARCAFAR.....	183
ANEXO F – ASSINATURA DOS TCLE’s	185
ANEXO G – TERMOS DE CONSENTIMENTOS PARA USO DE VOZ E IMAGEM	198

QUESTÕES INTRODUTÓRIAS – Memórias e caminhos metodológicos da pesquisa

A educação do campo é constituída sobre as tensões e contradições entre movimentos sociais e Estado, para materialização de uma política pública que garanta o acesso à educação das pessoas que vivem em seu próprio território, exigindo um olhar holístico, combinada a uma preocupação política, para compreensão das tendências de futuro e conseqüentemente o agir sobre ela (CALDART, 2009, p. 36).

O vínculo de origem da Educação do campo que a autora coloca está relacionado principalmente aqueles dispostos a reagir, a lutar, contra o sistema capitalista colocando a intencionalidade de articular educação e trabalho.

Fernandes (2008) retrata que a política agrícola denominada ‘Revolução Verde’, primeiro documento de reforma agrária, não atendia a agricultura camponesa, mas sim a expansão da agricultura capitalista que hoje chama-se de agronegócio, além disso os trabalhadores camponeses sofreram fortes repressões do governo militar ao reivindicar acesso à terra e melhores condições de trabalho.

Nota-se que os Movimentos Sociais, em especial o Movimento dos Sem-terra (MST), até hoje tem como bandeira de luta a democratização dos direitos: a terra e a educação. Por uma educação enraizada na cultura e nas necessidades da diversidade do povo do campo, aquela que entenda suas demandas e reivindique seus direitos, a que ajuda cultivar a terra e produzir alimentos saudáveis sem comprometer os recursos naturais.

Uma educação que relacione o conhecimento teórico com as práticas de cultivos agrícolas, que responda os desafios para produzir com sustentabilidade no século XXI, frente as inúmeras descobertas tecnológicas e as conseqüências do modelo de desenvolvimento chamado agronegócio, compreendendo então a disputa travada com a agricultura familiar, visto que são modelos agrícolas com perspectivas totalmente diferentes (MOLINA, 2015).

No entanto, o que predomina são escolas rurais com um currículo padronizado e homogêneo oriundo de um período militar, que desconsidera a diversidade das comunidades do campo. Embora a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) permita a adaptação do calendário escolar às vezes as cidades locais, como os ciclos sazonais, essa flexibilidade não se concretiza, pois na maioria das vezes a formação dos professores não se alinha com a realidade do

campo, resultando em uma educação falha em abordar de maneira significativa os desafios e as necessidades específicas dessas comunidades, perpetuando um modelo educativo que não responde adequadamente às demandas do século XXI.

Gadotti (2008) coloca que é necessária uma educação consciente, pois somente a partir de uma visão crítica é possível superar o conceito “pragmático de desenvolvimento” avançando para a educação sustentável, visto que “os ignorantes não têm condição de participar livre e criticamente da democracia” (FREIRE, 2022, p. 21).

Por mais que o Brasil seja um país eminentemente agrário, a educação do campo sempre foi tratada como secundário na história brasileira, fazendo desta uma luta dos movimentos sociais (BORGES, 2012, p. 105). Assim a terminologia ‘educação rural’ vem sendo substituída por ‘educação do campo’, onde o primeiro termo remete a uma educação executada pela elite dominante, já o termo “educação do campo”, tema deste trabalho, é aquela que respeita os saberes das pessoas que vivem no campo, criando e recriando os processos educativos (FONSECA; MOURÃO, 2012, p. 289).

Para os autores acima citados, saberes do campo, referem-se ao conhecimento prático e as experiências acumuladas pelas comunidades ao longo do tempo, incorporados nas práticas agrícolas tradicionais, relações com o meio ambiente e valores culturais específicos de cada comunidade, pois sabem o momento certo de plantar e colher, mesmo sem frequentar a escola formal, uma compreensão aguçada das condições ambientais, ciclos naturais e indicadores locais que orientam suas atividades sendo muitas vezes passados de geração em geração.

Mas ao longo do tempo com a aproximação das práticas convencionais de ensino e do agronegócio, os produtores acabam inserindo práticas agrícolas inadequadas a sua realidade, técnicas estas que prejudicam a produção e a qualidade de vida, levando a situações insustentáveis. Isso destaca a importância de uma educação conectada à realidade local, que promova sustentabilidade e preserve os modos de vida dessas comunidades.

A ideia central é reconhecer, valorizar e incorporar na matriz curricular esses saberes locais como uma fonte valiosa de conhecimento, inerentes aos processos educativos, alinhada com a proposta de educação do campo, para que as pessoas que ali vivem possam a continuar a defender suas identidades culturais dos

grandes projetos desenvolvidos no território amazônico, a qual trazem outras formas de produzir e trabalhar a terra, alinhado ao desenvolvimento econômico apenas.

Entre avanços e recuo os povos do campo da Amazônia brasileira lutam para romper com a lógica de exploração e expropriação das riquezas naturais, em prol de uma sustentabilidade comprometida com os povos do campo que reflete nas futuras gerações, na busca de superar o processo histórico de desigualdade educacional refletidas na ausência das políticas públicas. Hage e Cruz (2015), apontam também sobre o fechamento das escolas do campo tratados neste trabalho, pois mesmo com articulação dos movimentos sociais e as conquistas em termos da legislação os números são extremamente alarmantes.

Esse contexto, constatou-se no ano de 2022 pós pandemia (corona vírus), quando realizado o levantamento situacional das Casas Familiares do Estado do Pará, para a definição do loco desta pesquisa, percebendo que a legislação defende o direito ao acesso e permanência na educação básica, porém os dados oficiais denunciam esta oferta estagnando o processo de escolarização na busca por uma educação emancipadora.

Como compreender o dizer: “a educação é um direito de todos” normatizada na Constituição Federal (CF) se a prática é oposta? Quando na realidade o fechamento das escolas continua afirmando a negação do direito a educação dos agricultores, indígenas, quilombolas, e de toda uma diversidade do campo, mostrando a fragilidade na efetivação de políticas públicas, diante de um país com imensas diferenças regionais, culturalmente diversificado.

Caldart (2000, 2009, 2023) fala sobre a persistência da ignorância e marginalização com a educação do campo. Em um contexto de 25 anos de luta dos movimentos sociais, em pleno século XXI escolas se fecham, será uma afirmação do falho discurso dos anos 20 que para o cultivo da terra não é necessário saber ler e escrever?

A autora acima defende a importância política, no sentido de entender esse fenômeno e sua historicidade, buscando apreender as tensões que produzem, destacando dois grandes desafios: o de intensificar a pressão por políticas públicas que garantam à educação do campo e o de radicalizar a Pedagogia do Movimento, entendendo-a fundamentalmente como um processo formativo de base dos trabalhadores, sendo capaz de enfrentar a estrutura de valores, com a visão de mundo.

Entende-se que os povos do campo possuem história, participam de lutas sociais, tem seus projetos de vida, nomes, rostos, gêneros e etnias, que lutam pelo direito à terra, à floresta, à água, à soberania alimentar, aos conhecimentos tecnológicos com princípios agroecológicos, recriando suas pertencas e reconstruindo sua identidade na relação com a natureza, com o trabalho e a cultura.

Paralelo ao cenário do fechamento das escolas, Borges (2012), coloca ainda que o Estado e o Município insistem em trabalhar a educação rural, compreendendo que a “concepção do trabalho pedagógico”, atendem os interesses de uma sociedade capitalista e não a classe trabalhadora, precisando assim redefinir a política para educação do Campo.

A realidade é que educação do finjo que aprendo está saturada diante das complexidades socioeconômica e ambientais vividas no século XXI. Paulo Freire já afirma que a “leitura do mundo precede a leitura da palavra” (FREIRE, 1989), justificando que é a partir da realidade vivida que se concretiza qualquer construção de conhecimento, o saber tem que ter um sentido prático para que o aluno passe a questionar e resolver problemas ou seus projetos de vida.

Para Santos (2020, p.10) a cultura é um elemento constitutivo da educação, principalmente da Educação do Campo, onde os alunos desenvolvem na prática o Projeto Profissional do Jovem (PPJ), constituído como seu projeto de vida na emancipação e autonomia e de uma educação de sentido, mais próxima e efetiva no desenvolvimento humano para enfrentar as mudanças do contemporâneo em suas territorialidades.

A efetivação da educação do campo deve ser a resposta para tais conflitos, possibilitando alternativas agrícolas que respondam as complexidades da terra para a produção de alimentos saudáveis e respeito à natureza. A proposta ensino da Pedagogia da Alternância trabalha o conhecimento científico indissociáveis das atividades práticas agrícolas, respeitando o calendário sazonal agrícola proposto pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, partindo de uma leitura de mundo refletida no protagonismo do aluno.

Para Passos e Melo (2012) a formação dos alunos agricultores na Casa Familiar Rural, vai além do espaço escolar, acontece no tempo comunidade, na sua propriedade agrícola, sendo considerado também em sua formação os processos participativos e de intervenção nos movimentos que são ligados, mantendo formas de organização coletiva.

No entanto, antes de explicar o caminho metodológico deste trabalho, registra-se aqui a trajetória da pesquisadora composta de memórias e vínculos ligados a vida e a educação no campo, visto que a “memórias implicam formas de dizer/reproduzir o que habita entre o vivido e os novos processos formativos de experiência e transformações da identidade” (ARAÚJO; SOUZA, 2020, p. 23).

A pesquisadora, vínculos com o campo: e as formas de lidar com a terra

Tudo começa por ser filha de agricultores, na qual os primeiros passos e aprendizagem se deram em contato direto com a terra, com a pesca e pequenos plantios que a família realizava na comunidade, situada à beira da rodovia Transamazônica.

A memória de uma infância com meus pais em pequenos plantios de melancia e cultivos de subsistências (arroz, feijão, milho, mandioca), do plantio à venda à beira da estrada (Rodovia Transamazônica), pois com 5 anos de idade lá estava na beira da estrada ajudando minha mãe a vender as melancias aos carros que ali faziam o trajeto.

Um dos momentos mais felizes e cansativos, concomitantemente, era o percurso diário de 12 km a pé (com sol ou chuva) para chegar na escola da comunidade chamada Igarapé Preto. Venho de uma de uma escola rural com ensino ‘multisseriado’, onde o currículo não tinha nada inerente aos cultivos agrícolas que minha família realizava.

Passados quatro anos de estudo na referida comunidade, tive que deixar a família, pois as alternativas existentes eram estudar longe do seio familiar ou ir para a ‘roça’, essa última sem muitas perspectivas, visto que a roça já não produzia tanto quanto antes, trata-se de um período que começava a sofrer os reflexos da exploração da natureza mediante implementação de projetos desenvolvimentistas de cunho capitalista na década de 90, com a então famosa agricultura convencional.

Contexto este que proporcionou condições necessárias para a disseminação das monoculturas em substituição às agriculturas diversificadas na referida comunidade, tendo que aprender novas maneiras de trabalhar com a terra, pois a ocupação da paisagem agrícola com monoculturas fez aumentar exponencialmente o número de praga, intensificando o uso dos agrotóxicos nas plantações (PETERSEN, 2012).

No entanto, sair do local onde vivia para morar na cidade mais próxima (Rurópolis-Pa) na casa de parentes com apenas onze anos de idade não foi nada fácil, lembro-me de quando não conseguia acompanhar as aulas na cidade, e dos dias que chorava no silêncio da noite com saudade de casa, provocando algumas reflexões mais adiante: ‘quão diferente seria se tivesse ensino naquela comunidade onde vivia’.

De acordo com as discussões ocorridas no II Seminário de Combate ao Fechamento de Escolas no Campo no Estado do Pará:

A médio prazo, as comunidades veem muitos de seus jovens, geralmente os que trilharam os mais longos percursos escolares, partirem para a cidade para cursar o ensino médio, etapa praticamente inexistente no meio rural paraense. A não oferta de escolas no meio rural, portanto, impõem uma verdadeira “fuga de cérebros” (e de braços) à comunidade e, no longo prazo, determina o próprio desaparecimento da comunidade, com consequências diretas para a população urbana, especialmente na oferta de alimento produzidos pela agricultura familiar e na maior concorrência por equipamentos e serviços públicos ofertados na cidade (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2019, p.3)

De certa forma foi o que aconteceu no meu percurso, mas elenco aqui que muitos dos colegas que foram para cidade estudar retornaram sem concluir por não conseguir se manter financeiramente, e em alguns casos tomando outros caminhos. Em meio aos obstáculos conclui o ensino médio, optando por continuar cursando técnico em agropecuária em outro município (Itaituba-Pa), agora um pouco mais distante. Recordo uma conversa a qual meu pai dizia a minha mãe “Ela não volta mais para a comunidade”, ela sabe o que quer.

O período fora de casa concentrou-se nos estudos, pois o sentimento de voltar remetia a retroceder, pois as dificuldades e as necessidades e tudo o que passei faziam eu persistir em outro lugar.

No ano 2008, com o trabalho de conclusão de curso da graduação de Licenciatura Plena em Pedagogia (bolsista do Programa Universidade Para todos PROUNI), por intermédio da disciplina educação do campo, foi realizado uma pesquisa sobre Pedagogia da Alternância aplicada nas Casas Familiares Rurais (CFR) de Rurópolis-PA e Placas-PA, constando um espaço vivo de aprendizagem e um processo de articulação atuante da Pedagogia da Alternância nas CFR’s, ligadas a luta dos movimentos sociais em especial os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STTR).

Naquele período, verificou-se na fala dos alunos, professores e pais agricultores que a então prática contribuía para o fortalecimento das comunidades, visto que os alunos permaneciam na propriedade no desenvolvimento das práticas agrícolas alternativas na produção de alimentos.

Foi ali que veio um sentimento de pertença e uma esperança pertinente as minhas origens do campo. Desde então comecei a participar dos movimentos sociais do município de Itaituba-Pa, tendo a oportunidade de colaborar com a discussão da Pedagogia da Alternância e implementação de um Projeto piloto da Casa Familiar Rural (CFR), especializando-me em Educação do Campo.

As reflexões hoje sobre as memórias vivenciadas dizem mais do que as precariedades daquela escola do interior, mas principalmente a um ensino fragmentado fora do contexto de vivência do campo, onde o professor cumpre um currículo urbanocêntrico, desconsiderando na maioria das vezes os saberes do aluno, desativando o seu protagonismo de fazer o fortalecimento da comunidade.

O currículo urbanocêntrico refere-se aqui a um modelo educacional que é centrado no planejamento verticalizado realizado pela secretaria de educação, desconsiderando ou minimizando as particularidades das áreas rurais¹, contribuindo para uma possível marginalização e desvalorização das culturas, tradições e práticas locais presentes no campo, reforçando as desigualdades sociais (SANTOS; NUNES, 2020).

E a agricultura familiar fica onde nesse contexto? A produção de alimentos com alternativa de cultivo para a sustentabilidade agrícola é uma luta dos movimentos sociais quando reivindicam a uma educação do campo.

Esse olhar é resultante da formação técnica agrícola, Especialização de Educação no Campo e Sustentabilidade na Amazônia, bem como a experiência com a Pedagogia da Alternância, pois ao conhecer essa prática de ensino aproxima-se um sentimento pertinente as minhas origens agrícolas.

Para Caldart (2009, p. 36) falar sobre a educação do campo hoje, deve-se analisar a sua origem exigindo um “olhar de totalidade, em perspectiva, com uma preocupação metodológica, sobre como interpretá-la, combinada a uma preocupação política, de balanço do percurso e de compreensão das tendências de futuro para poder atuar sobre elas”.

¹ O rural enquanto modo de vida.

No entanto, passado uma década e meia de envolvimento com o tema sobre educação do campo, aqui estamos na força e na persistência dando continuidade nesta temática por intermédio do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Sociedade PPGCS/Ufopa, e por incrível que pareça, tive que encarar a distância novamente, dessa vez do esposo, visto que no município em que vivemos não tem a referida formação.

Mediante as disciplinas estudadas no referido Programa PPGCS, principalmente a que dava ênfase aos saberes tradicionais, abordou-se o desenvolvimento sustentável na Amazônia, causando inquietações, desenvolvimento para quem? Indagando: cadê as experiências agrícolas sustentáveis? Como lidar com a terra diante das consequências ambientais ocasionados pelo agronegócio que atinge os agricultores familiares? Até que ponto o conhecimento técnico pode dialogar com práticas agrícolas sustentáveis?

Leff (2015, p. 19) coloca que a configuração de estratégias políticas para a sustentabilidade ecológica do processo de globalização é uma condição para a sobrevivência do gênero humano, e este acontece com o esforço compartilhado, definindo desenvolvimento sustentável como “um processo que permite satisfazer as necessidades da população atual sem comprometer a capacidade de atender as gerações futuras”.

Neste contexto, que desenvolvimento é este e para quem? O conceito de “desenvolvimento” não é neutro, tem um contexto bem preciso dentro de uma ideologia do progresso, por mais que o termo “sustentável” seja inerente ao desenvolvimento, este sofreu um grande desgaste, sendo para alguns apenas um rótulo. Somos conhecedores que ‘sustentável’ é mais do que um qualificativo do desenvolvimento econômico, havendo a necessidade de compreender que a categoria sustentabilidade deve ser associada à planetaridade (GADOTTI, 2008).

O autor frisa que o tema da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável estão em evidências nos dias atuais, mas precisamos entendê-los de forma crítica, aproveitando suas potencialidades e essa mesma ambiguidade para afirmar e disputar uma concepção de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável que nos ajude a viver melhor nesse planeta, de forma justa, saudável, equilibrada e produtiva, em benefício de toda humanidade. Neste trabalho será utilizado o termo sustentabilidade no sentido do bem viver, mostrando as alternativas que proporcionam o equilíbrio com o ser humano e a natureza.

O caminho da pesquisa

O caminho metodológico deste trabalho foi desenhado, quando se realizou um levantamento prévio no ano de 2022, com dados da Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Estado do Pará (Arcafar-PA). Delimita-se o campo de pesquisa na região de Lago Grande, visto que as demais CFR's do Baixo Amazonas (Santarém, Belterra, Almerim, Juriti, Alenquer e Óbidos) não estavam funcionando. A partir dos dados apresentados sobre o contexto das CFR's impulsionou a escolha do local da pesquisa na região do Lago Grande.

A Escola Casa Familiar Rural localiza-se na Vila Curuai, sede do distrito do Lago Grande do Curuai, pertencente ao município de Santarém (Estado do Pará), povoado mais populoso da região do Lago Grande, com seus quase 4.000 habitantes, em uma área de trajeto entre terra firme e várzea, na confluência dos municípios de Juruti, Óbidos e Santarém, no baixo rio Amazonas paraense. As vias de acesso mais usuais para chegar a Vila Curuai são através de barcos que saem diariamente de Santarém e por terra pela Translago (PA 257), uma via em estrada de chão.

Figura 1: Sede da CFR do Lago Grande



Fonte: CFR, 2024

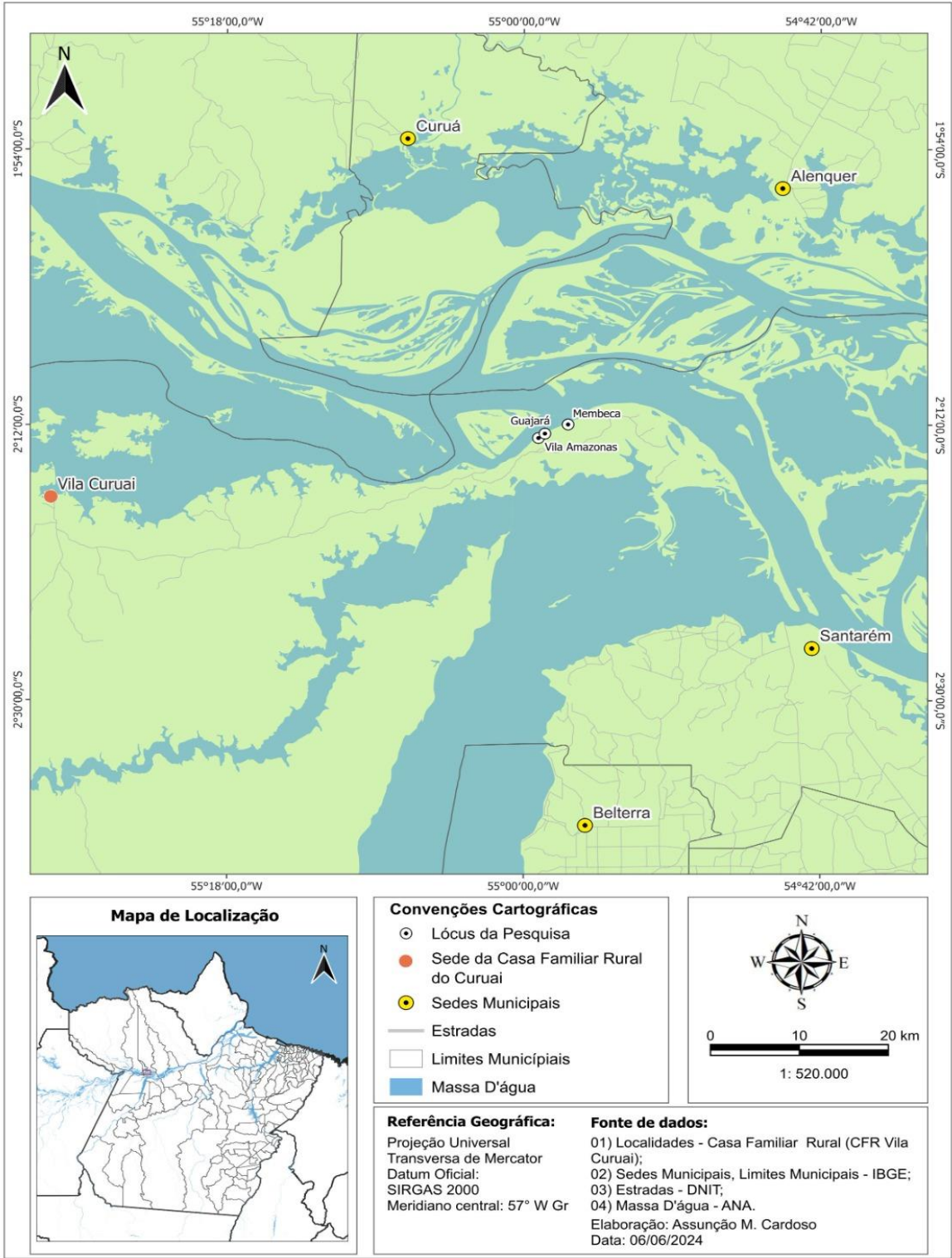
De acordo com dados repassados pela coordenação da Casa Familiar Rural do Lago Grande, a implementação da CFR no ano de 2012 na região é uma luta que envolve as famílias do campo e os movimentos sociais. Atualmente, a instituição conta com 9 turmas em diversos cursos (agropecuária, agroecologia, zootecnia, turismo e secretaria escolar) com o total de 320 alunos matriculados. Apesar da sede da CFR localizar-se na Vila Curuai, os alunos concluintes do curso de agroecologia participantes desta pesquisa frequentavam uma sala de aula cedida pela escola de ensino regular na comunidade de Guajará. Essas estratégias são realizadas sempre que possível, visando logística e acessibilidade dos alunos durante as alternâncias.

O processo de formação da pedagogia da Alternância aplicado nas Casas Familiares Rurais acontece no **‘Tempo Escola’**, que consiste no período em que os alunos fazem o estudo presencial nas escolas, havendo “estudo dirigido, oficinas didáticas, sessões de vídeos, palestras, visitas, da experimentação agrícola” sendo elaborados o seu respectivo projeto profissional para efetivarem na comunidade, e o **‘Tempo-Comunidade’** o período em que os alunos voltam para sua propriedade e acontece a ‘partilha de saberes’ juntos a sua família, com orientação “parcial” dos educadores (SOUZA; MENDES, 2012, p. 262).

Assim, o Tempo Escola e Tempo-Comunidade na pedagogia da Alternância é fundamentado na compreensão de que a educação deve ir além dos limites físicos da sala de aula, especialmente em seus experimentos agrícolas. Percebe-se na citação acima a importância da ocorrência desses dois momentos: o primeiro prepara o aluno com o saber teórico, criando habilidades práticas para a elaboração de seu Projeto Profissional e práticas de cultivos e criações; e o segundo reconhece a importância da integração do aprendizado na realidade cotidiana dos alunos, em suas próprias propriedades e junto às suas famílias, onde a partilha de saberes fortalece os laços comunitários, promovendo uma educação contextualizada.

Neste contexto, o foco desta pesquisa é retratar práticas dos cultivos agrícolas do **‘Tempo Comunidade’**, a fim de mostrar as experiências realizadas por estes (meliponicultura, sistemas agroflorestais, avicultura e outros), assim define-se o loco desta pesquisa nas comunidades: Membeca, Vila Amazonas e Guajará, onde estes residem.

Figura 2: Lócus da pesquisa das comunidades: Membeca, Vila Amazonas e Guajará.



Fonte: Casa Familiar Rural Vila Curuai, Sedes Municipais, Limite Municipais – IBGE, Estradas – DNIT, Massa D'água – ANA, 2024. **Elaboração:** CARDOSO, 2024.

As comunidades localizam-se às margens do Rio Amazonas, com duas vias de acesso: uma hora e meia de lancha até Aniduba-PA, fazendo conexão com

ônibus (15 km de estrada), ou de lancha direto até o trapiche da comunidade de Guajará. A imagem a seguir mostra a primeira via de acesso, por onde a pesquisadora passou.

Figura 3. Via de acesso por Aniduba/PA – Conexão da lancha com ônibus



Fonte: Pesquisa Direta, 2023.

Para tanto, foi estabelecido uma rede de contato com a representante da CFR da Vila Curuai (Lago Grande) para conhecer as três comunidades. Foi necessário também o consentimento da Federação das Associações de Moradores e Comunidades do Assentamento Agroextrativista da Gleba do Lago Grande (FEAGLE), por serem comunidades em áreas de assentamento.

A referida Federação mantém o monitoramento de quem entra nas comunidades, visto que esta região é área com Projetos de Assentamento Agroextrativista (PAE)², sendo alvo de interesses econômicos para plantio de soja, extração ilegal de madeira e mineração, mesmo havendo uma mobilização contra a

²De acordo com dados do site Mapas de conflitos e injustiça ambiental e saúde no Brasil o Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Lago Grande, foi criado em 2005 e tem uma extensão de 250 mil hectares com em torno de cento e quarenta e quatro comunidades, com aproximadamente 35 mil pessoas, famílias que vivem da pesca e do extrativismo e da agricultura, visando a sustentabilidade recursos florestais de maneira sustentável (BRASIL, 2019).

mineradora Alcoa (projeto de extração de bauxita), que busca expandir suas atividades exploradoras na Amazônia, os assentados continuam cotidianamente sendo alvos de aliciamento e pressões por parte da empresa (BRASIL, 2019).

Desta vez, o campo de pesquisa foi extremamente diferente, desconstruindo alguns pensamentos da experiência vivenciada na transamazônica como técnica agropecuária, pois imaginava por exemplo, que o tamanho das áreas de cultivos fossem de 100ha, e indagava será que estas áreas são acidentadas e degradadas? E para o preparo da terra fazem derrubadas e queimadas para o cultivo de monoculturas e para a criação de pequenas cabeças gado extensivo? Será que estes também sofrem ameaças frente ao desenvolvimento econômico denominado agronegócio?

A realidade é que, apesar de ambas as regiões estarem localizadas na Amazônia Paraense, uma área de extrema importância para a conservação ambiental global, existe sim, o desafio de conciliar os cultivos agrícolas com a conservação da floresta e da biodiversidade, cada uma com suas especificidades, pois, com contextos de diferenças geográficas, ambientais e socioeconômicas.

A primeira ida às comunidades foi no início do ano de 2023, quando precisava fazer o levantamento do projeto de pesquisa, visto que era uma região que não conhecia, como exemplifico na fala acima, a qual oportunizou as relações de rede de contato com os envolvidos da pesquisa, para então, estabelecer com mais aceção os objetivos e o caminho metodológico da pesquisa em formato de projeto a ser encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

Neste contexto, o estudo foi desenvolvido a luz do referencial teórico do materialismo dialético, pois de acordo com Trivinos (2009) a materialidade reproduz uma consciência refletida na prática social do fenômeno estudado, levando em consideração suas categorias: matéria, consciência e a prática social.

Buscando compreender como educação do campo pode contribuir para agricultura familiar sustentável na defesa do território, na luta pela não exploração dos recursos naturais, visto que a formação dos alunos agricultores na CFR vai além do espaço escolar e do tempo comunidade (experiências agrícolas desenvolvidas em sua propriedade), sendo considerado os processos participativos e de intervenção nos movimentos que são ligados, mantendo formas de organização coletiva (PASSOS; MELO, 2012)

Assim, o trabalho estrutura-se em 3 capítulos, a introdução e as considerações, que são apresentadas, respectivamente, no início e final deste texto dissertativo. Os capítulos - 1, 2 e 3 compreendem a **pesquisa bibliográfica** embasados pelos autores [(CALDART (2000; 2009; 2021; 2022), HAGE (2005; 2014; 2015 ;2021; 2022), NOSELLA (2012), MOLINA (2015), MANÇANO (1999), PAULO FREIRE (1989; 1987, 2022), SILVA (2015), ALTIERI (2024), PASSOS (2012) dentre outros)] e **pesquisa de campo**.

Esta pesquisa traz uma perspectiva da pesquisa qualitativa que envolve um enfoque interpretativo do mundo, aproximando o pesquisador da realidade, buscando entender o fenômeno e seus significados conferidos pelas pessoas, com uma percepção do todo (DENZIN; LINCOLN, 2006), além de uma abordagem quantitativa com análise estatística para perguntas fechadas.

A introdução, apresenta a estrutura deste projeto de pesquisa, bem como a ligação com o referente tema do trabalho.

No primeiro capítulo, aborda-se a conjuntura das políticas públicas educacionais do campo e o processo de articulação dos movimentos sociais, compreendendo o papel do Estado frente ao ordenamento e desenvolvimento territorial e a efetivação das normativas da educação do campo. Retrata também a luta pela democratização da terra e da educação do campo em defesa dos saberes tradicionais, destacando o protagonismo dos movimentos sociais e os desafios relacionados a educação do campo na Amazônia.

No segundo capítulo, dar-se-á ênfase no surgimento da Pedagogia da Alternância como prática de ensino, buscando entender o contexto atual da Educação do Campo das Casas Familiares Rurais do Baixo Amazonas, bem como sua contribuição para com o desenvolvimento da agricultura familiar sustentável elencada nos princípios da agroecologia, com entrevista do representante da Associação Regional das Casas Familiares Rurais (Arcafar-PA).

O terceiro capítulo corresponde a pesquisa de campo, sendo entrevistados os alunos na fase de conclusão do curso de agroecologia, dando ênfase em suas experiências de cultivos agrícolas e criações no Tempo Comunidade de: Membeca, Vila Amazonas e Guajará, bem como os professores técnicos (monitores) que acompanham sua trajetória de formação e a coordenadora pedagógica da CFR, buscando analisar se as atividades agrícolas desenvolvidas pelos alunos da Casa

Familiar Rural estão relacionadas a uma prática de cultivo sustentável correlacionada a melhoria da qualidade de vida no campo.

Neste contexto, a seção final deste trabalho apresenta as considerações finais, trazendo reflexões sobre perceptivas futuras de pesquisa voltados para a educação do campo, ligadas a política pública educacionais. Portanto, o trabalho tem como objetivo geral analisar a contribuição da Pedagogia da Alternância nas atividades agroecológicas para a sustentabilidade da Amazônia paraense.

Assim, destacam-se quatro objetivos específicos: compreender a conjuntura das políticas públicas educacionais do campo e o processo de articulação dos movimentos sociais; entender o contexto atual da Educação do Campo das Casas Familiares Rurais do Baixo Amazonas; verificar as contribuições da Pedagogia da Alternância para o manejo sustentável da terra; e analisar a prática de ensino da Pedagogia da Alternância inerente ao 'Tempo comunidade' quanto a efetivação de alternativas agrícolas sustentáveis na CFR de Lago Grande.

Quanto aos instrumentos de pesquisa, para o primeiro objetivo específico consiste na revisão bibliográfica. Para o segundo e o terceiro objetivos destacam-se revisão bibliográfica e entrevista com representante da Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Estado do Pará (Arcafar-PA). Para o quarto objetivo, os instrumentos serão as entrevistas com: professores monitores; coordenador pedagógico da CFR da região do Lago Grande; e com nove alunos (eram doze alunos, mas três desistiram no decorrer do curso, não se enquadrando nos critérios de inclusão desta pesquisa) concluintes do curso de agroecologia nas comunidades pesquisadas.

As entrevistas com roteiros (semiestruturados) aconteceram na propriedade agrícola de cada participante, estando presente a pesquisadora e o entrevistado (a), podendo este decidir se outras pessoas poderiam estar presentes no local de realização da entrevista. As gravações dos áudios das entrevistas foram realizadas com o aparelho celular, sendo o equipamento de gravação utilizado de forma discreta e respeitosa, minimizando interferências no ambiente natural da pesquisa.

Na ocasião, mediante autorização por parte dos entrevistados, tive a oportunidade de visitar e realizar registros fotográficos das experiências agrícolas desenvolvidas com o conhecimento técnico da CFR e os Projetos Profissional do Jovem (PPJ).

Assim, para interpretar e dar sentido ao texto, utilizou-se a análise do discurso, indo além da mera descrição do material coletado na pesquisa (BARDIN,1997). Os dados das entrevistas foram transcritos, bem como as observações e registros pertinentes aos objetivos deste trabalho, classificando-os em categorias e identificando o que eles têm em comum, permitindo assim seu agrupamento, passando pelas etapas desconstrução, unitarização e categorização (MORAES; GALIAZZI, 2006).

Para tratamento dos dados das entrevistas, foi realizado uma separação das questões (abertas e fechadas do questionário de pesquisa). Para as perguntas fechadas, utilizou-se o Excel para análise de frequência com apresentação gráfica; e para questões com dados textuais, foi utilizado o software Iramuteq.

Este último “permite lematizar as ocorrências do *corpus* com o objetivo de reduzir a variabilidade do vocabulário” (SOUSA, 2021 p. 1548). A Lematização em linguística é o processo de agrupar as formas flexionadas de uma palavra, a partir do radical base, para que possam ser analisadas como um único item. Isso permite transformar o conteúdo linguístico em variáveis binárias, ou dicotômicas, das quais os indicadores quantificam e representam as características do conteúdo analisado, sabendo quantas vezes cada palavra lematizada foi utilizada no conjunto de textos ou em subdivisões específicas.

Antes de usar o software Iramuteq, o texto foi revisado, verificando erros de digitação, mantendo na íntegra o texto das entrevistas. Quanto aos caracteres especiais, o Iramuteq tem um comando que reconhece estes automaticamente. A partir de então a pesquisadora criou uma linha de comando monotemática³ e continua.

A seguinte linha de comando é composta por quatro asteriscos (*), seguido por um espaço em branco, um asterisco indicador da entrevista, underline e o número um (01) indicando a ordem do texto, repetido para identificar o entrevistado e o número da pergunta, em seguida indicou as variáveis de exame, iniciada com um espaço em branco, um asterisco e a variável e o número um. Veja abaixo a linha de comando criado para análise da entrevista do representante da Arcafar.

```
****      *entrevista_01      *Arcafar_01      *pergunta_01      *política_publica_1
*casa_familiar_rural1 *cultivo_1 *floresta_1 *sustentabilidade_1
```

³ monotemático, ocorrendo a análise de textos sobre vários temas resultante na reprodução da estruturação prévia dos mesmos (CAMARGO, 2005).

Como se observa, foram criadas cinco variáveis a serem analisadas nesta entrevista (Política pública, Casa Familiar Rural, cultivo e sustentabilidade), a escolha faz referência aos objetivos específicos do capítulo 2 deste trabalho, bem como o aporte teórico aqui trabalhado, trazendo o contexto do funcionamento das CFR's e agricultura sustentável através da Pedagogia da Alternância.

Assim, para as demais categorias (alunos, professores, coordenador da CFR), foram preparados três *corpus* textuais separados (por se tratar de perguntas distintas e específicas para cada categoria) a fim de analisar a percepção destes sobre as experiências agrícolas sustentável da CFR nas comunidades entrevistadas. No entanto, utilizou-se as mesmas variáveis (Casa rural, prática, cultivo, sustentabilidade), mudando apenas o entrevistado e o número da pergunta.

A escolha das variáveis corresponde ao alcance do objetivo específico do quarto capítulo, a qual analisa a efetivação das práticas agrícolas sustentáveis por intermédio da Pedagogia da Alternância, segue abaixo a linha de comando para categoria alunos, professores e coordenador da CFR, respectivamente:

```
**** *entrevista_01 *entrevistado_01 *pergunta_01 *casa_rural_1 *prática_1 *cultivo_1
*floresta_1 *sustentabilidade_1
```

```
**** *entrevista_01 *professor_01 *pergunta_01 *casa_rural_1 *prática_1 *cultivo_1
*floresta_1 *sustentabilidade_1
```

```
**** *entrevista_01 *coordenadora_CFR_01 *pergunta_01 *casa_rural_1 *prática_1
*cultivo_1 *floresta_1 *sustentabilidade_1
```

Ao utilizar a ferramenta do software Iramuteq no tratamento dos dados, o programa fez uma descrição preliminar do material em estudo, como por exemplo, o número de textos, segmentos, ocorrências, número de formas e quantidade de palavras que formam o *corpus*. Neste ensaio a pesquisadora inicia as análises optando pela operacionalização da Classificação Hierárquica Descendente (CHD), com a simples contagem sobre os Segmentos de Texto (ST), (SANTOS; BARROS, 2017).

A Classificação Hierárquica Descendente (CHD) conhecida como método de Reinert, podendo ser descrita como uma análise de agrupamento em que os “seguimentos de textos de um corpus são sucessivamente participados em função da

ocorrência de formas lexicais”, utilizadas para identificar grupos de segmentos semelhantes entre si (SOUSA, 2021).

A partir da CHD foram criados os dendrogramas, bem como a Análise Fatorial por Correspondência (AFC), considerando a literatura para uso do software sobre a retenção de segmentos de texto, para a efetividade da CHD e AFC com o aproveitamento acima de 70%, para a formação das classes explicativas do Dendrograma, bem como a significância de uma palavra para a classe quando o Qui-quadrado (χ^2) é superior de 3.84 (SANTOS; BARROS, 2017).

Na operacionalização da Análise Fatorial de Correspondência (AFC), das quais dispõe representações gráficas sobre a relação de interdependência de variáveis, utilizou-se o corpus colorido para sua interpretação, compreendendo o distanciamento e proximidades das classes dispostas nos gráficos (SOUSA, 2021).

A AFC permite identificar informações indispensáveis sobre o que o texto traz, medindo a associação entre grandes conjuntos de variáveis, resumindo-as a um número menor de variáveis latentes que melhor explica o conjunto de variáveis originais sem perda de informação do tema pesquisado (SANTOS; BARROS, 2017).

Outro procedimento realizado foi a Análise de Similitude para análise de subcorpus e síntese da CHD, uma representação que se baseia na teoria dos grafos e possibilita ao pesquisador identificar co-ocorrências e conexidade entre as palavras, pois quando maior a ligação, maior as relações entre os objetos de um determinado conjunto.

Quanto a parametrização e ajuste do gráfico da análise de similitude, foi considerado um ponto de corte (número de ocorrência/número de formas $\times$ 2) garantindo a limpeza do gráfico sem inferência na construção da apresentação da árvore.

A partir da apresentação dos dados pelo Iramuteq, a pesquisadora foi fazendo a análise do conteúdo, identificando e organizando os segmentos mais significativos (corpus coloridos, concordância da ocorrência frequentes das palavras correspondente a cada classe) interpretando os dendrogramas, as AFC, permitindo a criação de categorias explicadas no decorrer da análise de pesquisa.

Neste contexto, o próximo capítulo busca entender o papel dinâmico e interdependente das políticas públicas e dos movimentos sociais na construção de uma educação do campo efetiva e sustentável, trazendo aporte teórico e fundamentos para a pesquisa de campo deste trabalho, compreendendo que a educação do campo

é um direito das comunidades rurais, uma abordagem que promove a construção da história e formação das pessoas, com foco na Pedagogia do Movimento e na reapropriação crítica de iniciativas existentes (CALDART, 2009), valorizando a produção diversificada e o equilíbrio ambiental e humano.

Um conceito ainda em construção, com elementos importantes inerentes a política a qual se opõe ao “modelo da agricultura capitalista representada pelo agronegócio e o latifúndio”, pois esta busca superar a “antinomia rural e urbana” em prol da construção de um outro olhar sobre estes dois espaços a partir do princípio de igualdade e da diversidade cultural, pensando a formação humana a partir de suas particularidades (LIMA; MARQUES, 2022, p. 23).

Para tanto, a efetivação das políticas públicas é indispensável para garantir a qualidade da educação do campo, mas nem sempre ela acontece. A partir de então vamos compreender como tem acontecido a mobilização das comunidades na defesa de seus direitos, bem como para exercer uma influência concreta na formulação e cobranças das políticas educacional do campo.

CAPÍTULO 1 – POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E A ARTICULAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO

Quando se fala em políticas públicas, duas questões são relevantes: a primeira refere-se a quem as formula e implementa, e a segunda, relaciona-se aos contemplados. Para Melazzo (2010, p. 5) “a expressão política pública, se justifica quando se aproxima dos interesses de uma coletividade, garantindo a legitimidade, conferidos pelo processo político para sua formulação e execução”.

Partindo do conceito de políticas públicas “trata-se de um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade”, sendo possível considerá-las como estratégias que apontam para diversos fins, e almejados por diversos grupos que participam do processo decisório (SARAIVA, 2006, p. 28-29).

A política pública é a operacionalização de uma parte do projeto nacional, e seu planejamento é essencial para não se tornar fragmentos de propostas de governo. Não se pode compreender projeto nacional apenas como política econômica, pois para que haja democracia de fato, o modelo econômico deve partir do cidadão para a economia e não ao contrário (SANTOS, 1996).

Melazzo (2010) aponta que só é possível a extensão da cidadania em territórios que têm a presença ativa do Estado, e mesmo assim a dificuldade permanece. Ressalta que é pela garantia do direito ao território que as políticas públicas devem ser elaboradas. Aqui, será direcionado o pensamento sobre as políticas públicas educacionais na Amazônia e a presença do Estado para sua efetivação.

O Brasil é um país historicamente agrário, contudo nas primeiras Cartas Magnas (Imperial de 1824 e a Republicana de 1891), a população do campo passou despercebida aos olhos do Estado. Somente na Constituição Federal de 1934 que a educação voltada para os sujeitos do campo teve abrangência na legislação, considerando as ideias do movimento popular “Manifesto dos Pioneiros”, visto que apontavam a realidade rural do êxodo rural e os reflexos da industrialização, pois almejava uma escola pública com direito de todos, expressando assim, a necessidade de uma reforma educacional (VIERO; MEDEIROS, 2018, p. 115).

Contudo o avanço quanto a educação no âmbito do meio rural só tem notoriedade na Constituição Federal de 1988, sendo uma obrigação do Estado a qual

dispõe em seu Art. 205 que a educação “é um direito de todos e dever do Estado e da família” (BRASIL, 1988). Nota-se que o termo “educação do campo” não é citado, assim como na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) Lei 9394/96 a qual faz menção ao ensino rural em seu Art. 28, que “na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente”:

- I - Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II - Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III – A equação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996).

A supracitada legislação, flexibiliza o trabalho pedagógico da escola, dando autonomia para adequação do currículo a vivência na comunidade bem como os cultivos agrícolas realizados pelos alunos. Mas a criação do conceito de educação escolar no meio rural esteve vinculada à educação “no” campo, pois além da precariedade escola, ainda, é praticado o ensino urbanocêntrico fora do contexto e experiências vividas pelas comunidades (SANTOS, 2017, p. 212).

A educação brasileira sempre esteve em uma perspectiva desigual, seja qual for o nível ou modalidade de ensino, tendo suas prerrogativas à classe dominante, refletidas ao modelo de sociedade construída com bases ideológicas capitalistas com enfoque no agronegócio. Observa-se o desinteresse do Estado de escolarizar a população que realiza trabalhos manuais direcionado a agricultura familiar, esquecendo que a vida no campo pode contribuir para a sustentabilidade (MARQUES; LEAL, 2021).

A percepção do debate instituído no âmbito da política tanto de Estado quanto de governo é que para escola do campo, qualquer coisa serve, para mexer com enxada não é preciso muitas letras. Embora a imagem da escola “cai não cai” domine a história, ressalta que as experiências vividas no campo não devem ter uma concepção simplista de educação, pois está vinculada a direitos, ao mundo do trabalho, a cultura, a produção, a luta pela terra e a sustentabilidade do campo (ARROYO; FENANDES, 1999, p. 17).

Assim, a origem da “Educação do Campo”, o sublinhado “do” tem a ver com o protagonismo dos trabalhadores, aquele que precisa ser “construído pelo processo de formação dos sujeitos coletivos, que lutam para tomar parte da dinâmica social”,

pois para Caldart (2009, p. 43) a inserção na agenda política da sociedade, relaciona-se diretamente com o Estado, sendo indispensável a busca por formulação e implementações de políticas públicas específicas para o campo.

Desde a década de 1990, século XX, os movimentos sociais e sindicais do campo, têm desencadeado um processo de mobilização em um âmbito nacional, articulados ao direito à terra e a educação para o enfrentamento desigual ao direito humano aos povos do campo, Hage e Cruz (2015) enfatiza o protagonismo pela democratização da terra e a educação do campo em prol de emancipação de seus direitos e respeito a diversidade cultural dos saberes tradicionais no manejo sustentável das práticas agrícolas, onde é preciso aprender a se defender para defender o território.

1.1 O protagonismo dos movimentos sociais em defesa do território e a educação do campo: uma luta contínua

A concentração fundiária e o êxodo rural são marcantes na história brasileira, principalmente no período da ditadura militar (1964 a 1985), com o desenvolvimento de um modelo econômico centralizado no capital, o conceito de povo rural estava fadado a desaparecer, relata Bof (2006), desencadeando a luta pelo território com reivindicações ao Estado sobre “condições necessárias à implementação de um estilo de desenvolvimento ascendente e ancorado nas forças vivas do território” com ênfase na agricultura familiar (CARRIÈRE; CAZELLA, 2003, p. 28).

Discorrer-se-á acerca de que território, não se reduz a um espaço geográfico, entidades jurídicas, ou, ainda, a ideia de enraizamento de algum lugar, é “necessário o sentimento de pertença” sublinha Dallabrida *et al.* (2021, p. 48), pois sobressai o sentimento de que ‘sou daqui’. Neste contexto, o território é a existência dos povos do campo, das quais criam marcas identitárias com a terra no cultivo da produção de alimentos, pois o desenvolvimento territorial sustentável depende do protagonismo de quem vive no campo, em que a educação deve ser planejada de acordo com sua necessidade, bem como saber utilizar tecnologias apropriadas que não agrida o meio ambiente.

Caldart (2009) discorre acerca das contribuições de uma educação emancipatória inerentes as lutas enfrentadas pelos movimentos sociais:

A Educação do campo, pelo viés pedagógico dos movimentos sociais, contribui com a educação emancipatória, indagando sobre a política educacional e à teoria pedagógica, considerando a prática social que forma o homem como seres da coletivos, afirmando que educação é mais do que escola quando articulada com as “lutas sociais por uma humanização mais plena: luta pela terra, pelo trabalho, pela desalienação do trabalho, a favor da democratização do acesso à cultura e à sua produção, pela participação política, pela defesa do meio ambiente (CALDART, 2009, p.43).

Para Dallabrida *et al.*, (2021) o território faz-se referência a uma realidade complexa e integrada com suas diferentes dimensões: social, ambiental, econômica, política e cultural, devendo haver a inter-relação entre o campo e o urbano para entendimento do todo.

De acordo com Saquet (2018), o desenvolvimento territorial é uma construção do modelo participativo, dialógico e reflexivo que valoriza as diferenças e identidade de cada lugar, destacando a cultura popular e práticas agroecológicas, respeitando as peculiaridades de cada ecossistema, opondo-se ao hegemônico.

Ressaltar-se-á que o território é um campo de disputa de poder e de tomadas de decisões, cabendo a ação coletiva buscar seus interesses diversos, inerente ao que é proposto pelo governo (DALLABRIDA, 2015). Elias (2022) afirma que é essencial o entendimento do presente e dos processos que trouxeram o momento atual e assim buscar alternativas para o futuro. Coloca que um dos caminhos para a ação emancipatória consiste em desatar os vários nós deixados pelo agronegócio, destacando alguns dele conforme quadro 1:

Quadro 1 – Desatando os nós para ação emancipatória dos povos do campo

Nó da terra	Marcado pelas concentrações fundiárias, o latifúndio e a grilagem, pois com a propagação do agronegócio tem impulsionado a expansão ilegal em áreas de florestas e reservas, responsáveis por diversos conflitos no campo.
Nó da psicoesfera do agronegócio	Formado pelas ideias e crenças, que produzem novos arquétipos comportamentais favorável ao agronegócio, como por exemplo, as ideias falaciosas de que o agronegócio é ambientalmente sustentável, que os agrotóxicos não fazem mal a saúde, bem como as campanhas feitas pelos meios de comunicação a qual difundem esta ideologia “Agro é Tech, Agro é Pop, Agro é Tudo”.
Nó do alimento como mercadoria	Mesmo com a alta produção e produtividade agropecuária no Brasil, a fome continua a existir, dados da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania Alimentar (Rede PENSSAN) apresenta que em 2020, 19 milhões

	de brasileiros passavam fome, correspondendo mais da metade da população brasileira (55, 2%), pois mesmo o alimento sendo tratado como direito social na Constituição Federal desde 2010, o agronegócio trata-o como mercadoria a qual o objetivo é o lucro.
Nó da concentração econômica	Formação de corporações, sendo um processo do capitalismo, a partir de agroindústrias alimentar e supermercados como principais pilares do Agronegócio.
Nó da simbiose entre o Estado me os agentes do agronegócio	A relação entre e interesses econômicos e político, cada vez mais forte tem aprovado, sem debate com a sociedade civil, leis que aprovem a destruição ambiental, o texto fala da conjuntura política do ano de 2022.

Fonte: ELIAS (2022, p.125-130). Adaptado: PADILHA, E.

Altieri (2004, p. 20) aponta que a crise agrícola-ecológica existente, resulta do fracasso do modelo dominante de desenvolvimento, pois as inovações tecnológicas não se tornaram disponíveis aos agricultores familiares sendo inadequadas às suas condições agroecológicas e socioeconômicas, limitadas em sua capacidade de promover um desenvolvimento sustentável.

Para Santos (2006), a especialização agrícola fundamentada na ciência e na técnica inclui o campo modernizado em um nexos competitivo que acelera a entrada da racionalidade em todos os aspectos da atividade produtiva, desde a reorganização do território aos modelos de intercâmbio e invade até mesmo as relações interpessoais, e essa modernização reflete e altera a organização social de quem vive da agricultura de subsistência nas comunidades amazônicas.

Paralelo a estas questões, a constituição histórica da Educação do Campo está relacionada com a origem das lutas por educação nas áreas de reforma agrária, pois ela não nasceu como uma crítica apenas de denúncia, mas como contraponto de práticas, construção de alternativas, de políticas, ou seja, como crítica projetiva de transformações se oposta à educação rural. Neste contexto Caldart (2009, p. 39), coloca que:

Ela é um movimento real de combate ao 'atual estado de coisas': movimento prático, de objetivos ou fins práticos, de ferramentas práticas, que expressa e produz concepções teóricas, críticas a determinadas visões de educação, de política de educação, de projetos de campo e de país, mas que são interpretações da realidade construídas em vista de orientar ações/lutas concretas.

A reflexão de que "A terra é mais do que terra. A produção é mais que produção. Ela produz gente. A cultura da roça, é mais do que cultura. É cultivo do ser humano. É o processo em que ele se constitui sujeito cultural, então não separem

produção de educação” (ARROYO; FERNANDES, 1999, p. 21), é necessária, pois para Altieri (2004), a agroecologia é o tema central e o princípio do que é hoje chamado agricultura sustentável.

Os movimentos sociais associados ao desenvolvimento do novo paradigma agroecológico e a práticas produtivas no campo não são senão parte de um movimento mais amplo e complexo orientado em defesa da transformação do Estado e da ordem econômica dominante. O movimento para um desenvolvimento sustentável é parte de novas lutas pela democracia direta e participativa e pela autonomia dos povos indígenas e camponeses, abrindo perspectivas para uma nova ordem econômica e política mundial (LEFF, 2002, p. 47).

Neste contexto, para Leff (2002) essa articulação deve existir para ajustar as práticas agroecológicas, bem como as condições de rentabilidade da produção agrícola, estabelecendo uma nova racionalidade produtiva com ênfase na equidade social. Sendo imprescindível refletir de que maneira o conhecimento “científico” chega até as comunidades e se este dialoga com os saberes e se transformam em prática. Reforça, pois, acredita-se que trabalhos etnográficos de experiências sustentáveis na Amazônia que deram certo podem inspirar outras comunidades se escritos (LEFF, 2006, p. 72).

O diálogo interdisciplinar do conhecimento científico e os saberes tradicionais no âmbito escolar pode ser um caminho, como propõe Frazão (2014) quando discute sobre a ecologia política e a extensão rural no Brasil, e suas possíveis interfaces com a Pedagogia da Alternância na construção de uma nova educação do campo com ênfase nos princípios agroecológicos, em que o conhecimento científico e saberes tradicionais estejam no mesmo patamar de respeito para com a natureza e a vida.

O protagonismo dos movimentos sociais deve estar na linha de frente identificando os responsáveis pela formulação e implementação das políticas públicas, para promover o controle social sobre o Estado mediante as ações a serem praticadas, sendo necessário entender o papel dos três poderes, sua estruturação e sua implementação (MONTEIRO, 2022, p.10-11).

Afinal, são 25 anos de luta e persistência dos movimentos sociais, tendo suas conquistas refletidas nas práticas educativas que respeitam os saberes locais (CALDART, 2022), contribuindo com o fortalecimento do território, enxergando a sua importância indenitária bem como de seus saberes para trabalhar com a terra.

1.2 Marcos legais e os avanços da educação do Campo: Pronera, Procampo, Pronacampo e suas políticas curriculares

Após a retomada do processo democrático brasileiro, que a educação passa a ser entendida como projeto de sociedade, contribuindo para a superação das contradições sociais e concomitantemente para a emancipação das classes populares (ARROYO, 1995), visto que a educação não é neutra e sim um ato político (FREIRE, 1987), muito contribuiu para os avanços no contexto da educação do campo.

Um dos marcos legais da educação do campo ocorre em 1998 em Lusitânia/GO na I Conferência “Por uma Educação Básica do Campo”, partindo de um processo pedagógico que os movimentos sociais vivenciavam, mais especificamente os Movimentos Sem Terra (MST), vinculado ao projeto democrático popular, a qual questionava-se sobre a proposta de educação básica do campo em referência ao modelo hegemônico da escola urbana (ARROYO; FERNANDES, 1999, p. 16).

Caldart (2022, p. 2), destaca que as escolas do campo passaram de resíduo do sistema à referência pedagógica e para além do campo. Em 1998, período da Conferência, as escolas rurais eram classificadas como resíduos porque logo desapareceriam todas e por isso não havia necessidade de ter política para elas, e menos ainda uma elaboração pedagógica específica, e essa conquista foi dada, assumindo o desafio de ajudar a construir um projeto educativo maior.

A partir da I Conferência Nacional as mobilizações prosseguiram por meio de encontros, formação de educadores (as) e criação de fóruns estaduais, surgindo as primeiras conquistas no âmbito das políticas públicas, destacando-se: a aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Parecer no 36/2001 e Resolução 1/2002 do Conselho Nacional de Educação), e concomitantemente a entrada da questão da Educação do Campo na agenda de lutas e de trabalho (BRASIL, 2004).

A referida Resolução das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo 1/2002 CNE, em seu Art. 4, elenca que o projeto das escolas do campo, resultante do trabalho compartilhado com todos os setores empenhados com a universalização da educação escolar de qualidade, constitui-se em um “espaço público de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o mundo do trabalho, bem como para o desenvolvimento social, economicamente justo e ecologicamente sustentável” (BRASIL, 2002).

Com base nessas conquistas os movimentos sociais continuaram se articulando, ocorrendo a II Conferência Nacional de Educação do Campo, no ano de 2004, em Luzitânia/ GO, mesmo local em que ocorreu a primeira. Estes dois momentos constituíram-se em marcos históricos de articulação nacional no processo de afirmar o direito das populações à educação, ao reivindicar que a educação do campo fosse assumida como política pública (HAGE; CRUZ, 2015, p. 174).

A partir I Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária (Enera), a qual discutia que a educação pública ofertada no campo tinha que considerar as especificidades políticas, econômicas, culturais e sociais, faz surgir o Programas Nacional de Educação e Reforma Agrária (Pronera), uma política pública de educação do campo que beneficia jovens e adultos da área se assentamento de reforma agrária (MARQUES; LEAL, 2021).

Assim, os movimentos sociais articulados com as universidades públicas, entidades e organizações da sociedade civil, órgãos do poder público de fomento ao desenvolvimento e da área educacional e instituições internacionais, veio conquistando um conjunto importante de instrumentos legais de reconhecimento da Educação do Campo enquanto política pública, a qual além da resolução acima citado, Hage (2014) destaca o quadro 2.

Quadro 2. Instrumentos Legais da Educação do Campo

• Parecer nº 1/2006 – que reconhece os Dias Letivos para a aplicação da Pedagogia da Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância;
• Resolução 2/2008 do CNE/CEB – que estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo;
• Resolução 4/2010 do CNE/ CEB – que reconhece a Educação do Campo como modalidade específica da Educação Básica e define a identidade da escola do campo;
• Decreto de nº 7.352/2010 da Presidência República – que atribui à Educação do Campo a condição potencial de política de Estado e regulamenta o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera);
• Portaria 83/2013 do MEC – que institui o Programa Nacional de Educação do Campo – Pronacampo;
• Lei nº 12.960/2014 da Presidência República – que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas.

Fonte: HAGE, (2014, p.1167). Adaptado por: PADILHA, E.

Além dos instrumentos e da criação do Pronera, sobressaem o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo), criado em 2007, através do Ministério da Educação, com a iniciativa da então Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade e Inclusão (Secadi). Apoia-se na implementação de cursos regulares de licenciatura em educação do campo nas instituições públicas de ensino superior de todo o país, preocupado, especificamente, com a formação de educadores para a docência nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio nas escolas rurais (SANTOS, 2017).

O Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC), apresenta críticas ao formato e a lógica de formulação a qual se enquadra historicamente a forma convencional de pensar a política educacional para os trabalhadores do campo, distanciando-se das ações e dos sujeitos que historicamente constituíram a prática social identificada como Educação do Campo, porém reconhece que algumas ações previstas no Programa contribuí significativamente na Educação do Campo, como por exemplo: Educação Profissional, Construção de Escolas do Campo e Formação de Educadores (HAGE, 2014)

O Projovem Campo – Saberes da Terra oferece qualificação profissional e escolarização aos jovens agricultores familiares de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental, ampliando o acesso e a qualidade da educação em conformidade com o que propõe as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo Camargo et al. (2022, p. 195), em questão da:

Pluralidade de gênero, étnico-racial, cultural, geracional, política, econômica, territorial e produtiva dos povos do campo, contribuindo para a formação integral desse jovem e potencializa a sua ação no desenvolvimento sustentável e solidário de seus núcleos familiares e comunidades, por meio de atividades curriculares e pedagógicas.

O Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo), resulta da iniciativa de grupo de trabalho coordenado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) no ano de 2013, suas ações articulam em quatro eixos: gestão e práticas pedagógicas; formação de professores; educação de jovens e adultos, educação profissional e tecnológica; e infraestrutura física e tecnológica (CAMARGO et al., 2022).

A materialidade das políticas públicas inerentes as legislações e aos programas criados, demonstram o vigor do Movimento da Educação do Campo ao

aliar as lutas em defesa dos territórios com a reforma agrária, garantindo o direito à educação para os povos do campo. Para Lima e Marques (2022, p. 33), “apesar da conquista do reconhecimento do direito a educação das populações do campo pelo Estado brasileiro através da norma jurídica” os desafios em materializar as políticas públicas, implicando no interesse político dos governos da esfera federal, estadual e municipal quanto ao reconhecimento e financiamento da educação do campo.

Para Monteiro *et al.* (2021) é importante conhecer os avanços da educação do campo ao longo da história brasileira, visto que os dispositivos legais asseguram e amparam a educação em seus processos, mas que na contramão temos um retrocesso quando o Estado brasileiro se deixa conduzir pela lógica empresarial, sendo que a dominação do capital “coloca em risco a autonomia dos professores”, considera ainda insuficiente os aparatos legais para desenvolver uma educação que contemple a diversidade do povo do campo.

Assim, faz-se necessário refletir sobre a materialização de uma política pública de educação do campo para que realmente garanta o acesso à educação no território da Amazônia Paraense, enxergando os principais desafios da Educação do Campo quando relacionada com o sistema capitalista (CALDART, 2009).

Paralelo as consequências do processo de desestruturação e desmobilização de relevantes espaços do governo responsáveis pelas políticas públicas sociais que o país tem passado desde 2016 com o golpe parlamentar, quando Michel Temer assume o poder e, posteriormente, Jair Bolsonaro (MARQUES; LEAL, p. 2021), considera-se que a atual conjuntura política social, governo do Brasil (na presidência Luíz Inácio Lula da Silva) é propícia para a retomada articulada das discursões sobre a educação do campo.

1.3 O cenário da educação no campo na Amazônia e a implementação de políticas públicas

A Amazônia apresenta uma estrutura muito peculiar inerente ao campo produtivo, com elevado grau de complexidade e conflitos, por um lado a agricultura familiar com economias extrativistas tradicionais, que utilizam processos de trabalho com tecnologias simples na garantia de sua subsistência; por outro, existem as atividades industriais e grandes empreendimentos que usam modernas tecnologias. Complexidade estas que se materializam de forma diversa: produção de soja

expandindo em direção à floresta; grandes fazendas que praticam a pecuária extensiva na criação de bovinos e bubalinos; a exploração madeireira e garimpeiras, bem como os grandes projetos de hidrelétricas na região (HAGE, 2005).

Na região do Lago Grande, precisamente nas comunidades pesquisadas a chegada da soja, da pecuária extensiva e a mineração, tem afetado as práticas de subsistências dos povos do campo, pois ocasionam danos ambientais, degradando o solo, poluindo o rio e alterando a biodiversidade local. Questão que tem contribuído para o aumento da vulnerabilidade econômica e social desses povos que dependem da terra e do rio para seu sustento.

Para Petersen (2012) a ‘simplificação ecológica’ ocupada pela paisagem agrícola com monoculturas multiplicou o número de insetos-praga e de organismos patogênicos, abrindo portas para os agrotóxicos, pois a ‘monocultura é a antítese da agrobiodiversidade’. A sustentabilidade do planeta, começa com respeito e a proteção da natureza, significa que as técnicas usadas no processo de produção agrícola devem dar ênfase na “rotação de culturas, plantio direto, respeito às culturas locais, ausência de agrotóxicos, proteção do solo contra erosão, sucessão animal/vegetal” assim os procedimentos tecnológicos atenderem tais condições (MACHADO, 2012, p. 49).

A degradação socioambiental para Leff (2002, p. 47), propõe um debate teórico e político que proporcionou um amplo movimento social quanto aos princípios do desenvolvimento sustentável com bases nas lutas populares e nas organizações das comunidades rurais, buscando defender a auto gestão de suas terras e os recursos naturais, com enfoque de “transformar os princípios da racionalidade econômica, de seu caráter desigual e depredador, para construir uma racionalidade produtiva capaz de gerar um desenvolvimento equitativo, sustentável e duradouro”.

Escobar (2005, p. 73) aponta que a filosofia delineada por “Heidegger, Marx, Dewey e Merleau-Ponty, e Ingold” sustenta que “vivemos num mundo que não está separado de nós”, nós somos o mundo que construímos, assim é dever estarmos imersos na natureza e em atos práticos localizados. Mas, o conhecimento do mundo pode ser um processo de adestramento na conjuntura do envolver-se com o meio ambiente, afirma que o conhecimento agrícola local “deve ser visto como uma série de capacidades de improvisação”, específicas de um contexto e de um tempo, visto que os modelos locais são “experiências de vida” desenvolvidos mediante as práticas de cada lugar.

Os povos do campo têm suas singularidades e sua diversidade cultural, destacando-se: agricultores familiares, quilombolas, indígenas, pescadores, camponeses, extrativistas, assentados e reassentados, ribeirinhos, povos de florestas, caipiras, lavradores, roceiros, sem-terra, agregados, meeiros, boias-frias (MOLINA; FERNANDES, 2004).

O campo é um lugar de cultura, onde os saberes são construídos ao longo da vida emaranhados de experiências, ações coletivas e solidárias, assim, é preciso que a Educação do Campo venha minimizar a desigualdade construída durante anos entre campo e cidade (ALTO, 2012).

Na Região Amazônica, precisamente no Estado do Pará, se vive um paradoxo, em que coexistem a diversidade e a precariedade concomitantemente. Diversidade pelo número significativo de povos e etnias existentes na região com diferentes costumes, culturas, modos de vida e de trabalho, por outro lado, vivendo em precárias condições de vida, de trabalho, de saúde e educação (PRAZERES, 2013, p. 367).

Ao lado da diversidade cultural e as riquezas do território Amazônico, não tem como falar de educação do campo na Amazônia sem situar o contexto real ocorridos nas escolas no campo (rurais,) a qual tem desconsiderado a diversidade sociocultural das “múltiplas Amazônia e suas inter-relações com o currículo” escolar, bem como sua pluralidade socioambiental, com a padronização da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), colocando em jogo a garantia e a diversidade dos conhecimentos tradicionais como saberes válidos e consequentemente a sustentabilidade do território (CAMARGO *et al.* 2022).

O campo, sofre com carência de políticas públicas, a ausência ou a precarização de escolas, serviços de saúde, abastecimento de água, transporte escolar e orientação técnica, “têm marcado a vida de milhões de brasileiros que optaram em viver no campo. Uma escola no meio rural, portanto, é muito mais que uma escola”. Na maioria das vezes é a única representação do poder público na comunidade (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2019, p. 3).

Neste contexto, o Fórum Paraense de Educação do Campo (FPEC) tem denunciado ações de gestores públicos educacionais responsáveis por implantar a política de nucleação vinculada ao transporte escolar, bem como as atitudes omissas e indiferentes dos conselhos de educação – nacional, estaduais e municipais quanto

ao fechamento das escolas nos territórios do campo, indígenas, ribeirinhos e quilombolas. (CAMARGO *et al.* 2022).

Desde 2004 o Fórum Paraense de Educação do Campo (FPEC), inúmeras entidades da sociedade civil, movimentos sociais, instituições de ensino, pesquisa, órgãos governamentais de fomento ao desenvolvimento e da área educacional, tem realizado vários Seminários Estaduais de Educação do Campo, envolvendo um número significativo de sujeitos do campo e da cidade, para discutir, elaborar e propor ações inclusivas para o campo da Amazônia (PRAZERES, 2013).

O Movimento da Educação do Campo no Brasil, durante seus vinte cinco anos, instituiu inúmeras campanhas em que foram protagonizadas em todo país em defesa das escolas públicas do campo, e uma delas é que: "Fechar Escola é Crime! (MST)", levando a compreensão de que a violência no campo começa com a porta de uma escola fechada, pois nos últimos 22 anos, 155.383 escolas foram fechadas no Brasil, sendo 106.410 rurais e 48.973 urbanas, entre 2000 e 2022. Além disso, 36.526 escolas encontravam se paralisadas em todo o país em 2022, conforme o Censo Escolar de 2022". Nesse período no Estado do Pará foram fechadas 8.478 escolas, correspondendo a 6.987 rurais (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA, 2023).

No entanto, conforme a Lei Federal no 12.960, de 27/03/2014 adicionou-se ao art. 28 da Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) nº 9.394/2006 que o fechamento da escola do campo será antecedida de manifestações normativas do sistema de ensino, sendo analisados os impactos na comunidade escolar (BRASIL, 1996).

Santos (2017), aponta vários problemas no âmbito das políticas públicas para educação do campo, destacando: a distância da localização geográfica das escolas; precariedade dos meios de transporte e das estradas e falta de recursos para manutenção das escolas; baixa densidade populacional em alguns territórios rurais; fechamento escolas do campo; a falta de formação dos educadores/as e organização curricular; recuo da agricultura familiar e avanço do agronegócio; utilização cada vez maior de agrotóxicos.

O pensamento quanto a educação na dimensão de alternativas agrícolas sustentáveis para os povos da Amazônia, concatena com o legado Freiriano sobre necessidade da educação para libertação "numa postura de auto reflexão e de reflexão" sobre a realidade vivida no tempo e no espaço, onde o conhecimento está relacionado com a conscientização, "desvestida da roupagem alienada" e da

domesticação, Freire (2022, p.53), elenca que não basta ensinar que ‘Eva viu uva’, mas sim a compreensão da posição que Eva ocupa no contexto socioeconômico e ambiental.

O território, torna-se educativo pelo processo de territorialização, pois quando os sujeitos reconhecem que a produção territorial é também produção do saber, o território passa a ser educação, se posicionar na disputa e na construção da visibilidade dos povos do campo (FURTADO; OLIVEIRA, 2023).

Quanto aos “modelos agrícolas depredadores” surge a agroecologia com a pretensão de configurar um novo campo de saberes práticos para uma agricultura sustentável, visando o bem comum e ao equilíbrio ecológico do planeta quanto a “autossustentância e a segurança alimentar das comunidades rurais”, no entanto as práticas agroecológicas tendem a recuperar os saberes tradicionais, “a um passado no qual o humano era dono do seu saber, a um tempo em que seu saber marcava um lugar no mundo e um sentido da existência” (LEFF, 2002, p. 36-37).

Neste sentido, Escobar (2005) diz que o capitalismo foi investido de tal predominância, tornando-se impossível pensar a realidade social de outra forma, bem como o desaparecimento do mesmo. As economias de subsistência, biodiversificadas, formas de resistência, cooperativas e iniciativas locais menores são vistas como opostas ao capitalismo, nunca como fontes de uma diferença econômica significativa, aqui o autor mostra que os sistemas não capitalistas podem construir imaginários econômicos alternativos (FRAZÃO, 2014).

Para tanto, agroecologia surge como um conjunto de conhecimentos, técnicas e saberes incorporados aos princípios ecológicos e valores culturais às práticas agrícolas, construindo-se com base no conhecimento agrícola tradicional dialogada com a ciência agrícola moderna (LEFF, 2002).

Partindo do pressuposto que “os movimentos sociais origina-se na vinculação cultural e ecológica a um território” e que estes pensam que o direito a existir é uma questão cultural, política e ecológica, ao mesmo tempo que resistem as imposições do sistema capitalista e científica da natureza, estes permanecem na luta em defesa dos saberes tradicionais criando estratégia política, mantem umas táticas de racionalidade do pós-desenvolvimento e de uma alternativa ecológica (ESCOBAR, 2005).

A sustentabilidade pelo viés agroecológico desponta um desafio ancorado a educação do campo enquanto efetivação de políticas públicas nas comunidades no

campo. A percepção de sustentabilidade ecológica para desenvolvimento territorial é vista neste trabalho, como uma dimensão importante no debate sobre esse novo estilo de desenvolvimento a tomada de consciência relativos aos modos de manejo da terra, uma complexidade que envolve os seres humanos e o meio ambiente direcionado a uma educação do campo como uma alternativa que responda os aspectos socioeconômico ambiental.

1.4 A educação no campo/ribeirinha e a pedagogia da alternância e suas interrelações

A prática de ensino educação no campo (rural), e educação do campo tem as suas diferenças, como já vem sendo evidenciados neste trabalho, carregando um sentido no conteúdo de trabalhar com a terra e os meios produtivos e sua relação com a natureza que pode ser presenciado pelo que demonstra o quadro 3.

Quadro 3. O Campo e a Educação na visão do rural tradicional e na Educação do Campo

Campo do agronegócio	Campo da agricultura
- Visão reprodutivista, como espaço de produção econômica, a partir dos interesses do capital; - Exclui o que não se inclui na lógica da produtividade; - Monocultura Commodities; - Paisagem Homogenia e simplificada; - Produção para a exportação; - Degradação Ambiental; - Alta tecnologias de produção -Concentração de riquezas e desigualdades sociais; - Êxodo rural - Perda da diversidade Cultural AGRO – NEGÓCIO	- Espaço de vida e resistência e luta para a permanência na terra; - Espaços de produção material e simbólica das condições de existência, de construção de identidade; - Uso múltiplo dos recursos naturais; - Paisagem heterogênea e complexa; - Produção para o mercado interno e para a exportação; -Conservação e enriquecimento da diversidade biológica; - Tecnologias apoiada no saber local; - Trabalho familiar e geração de emprego; -Democratização das riquezas/ desenvolvimento local; - Fortalecimento das comunidades AGRI- CULTURA
Educação no campo (rural)	Educação do campo
-Definição pelas necessidades do mercado de trabalho; - Pensada a partir do mundo urbano; - Retrata o campo a partir do olhar do capital – inferiorizado.	- Construído pelos e com os sujeitos do campo; - Formação humana como direito - Pensada a partir das especificidades e do contexto do campo

Fonte: (FERNANDES, MOLINA, 2005 *apud* MEDEIROS, VIERO, 2018). Adaptada por: PADILHA, E.

Cabe elencar que a educação do campo como modalidade de ensino, tem seus princípios ancorados à prática de ensino da Pedagogia da Alternância. Para Silva e Simonian (2015, p. 171) esta preconiza uma educação para a diversidade dos saberes tradicionais na concepção Freiriana, a qual busque “relacionar o conhecimento científico com o saber tradicional, que respeita as diferenças, afirma valores grupais, fomenta a autoestima do pensar das pessoas e contribui para a construção de um indivíduo autônomo, crítico e reflexivo”, uma educação medidora da autoconstrução do conhecimento.

Para pontuar essa questão Gerhardt (2007) enfatiza a invisibilização desses povos nos discursos científicos, proliferando-se entre aqueles que tratam de temas ambientais nos espaços rurais, a fala que acorda o apelo à preservação do meio ambiente com a valorização da participação e/ou dos conhecimentos das populações locais nesta preservação.

Existe uma tentativa de aproximar as pessoas atingidas por políticas públicas conservacionistas mais ainda se restringe apenas em ouvir suas opiniões, apresentando-se contradições do que seria de fato o processo participativo nas tomadas de decisão, compreendendo que a suposta aparência de participação do movimento progressista finda em dar transparência aos “dispositivos institucionais” negando a legitimidade para o interesse coletivo.

Assim, um caminho para romper os paradigmas existentes talvez seja tentar minimizar a distância do conhecimento científico e o saber popular por meio diálogo promovendo a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade, “pois as condições culturais e comunitárias em que estão imersos os agricultores, sua identidade local e suas práticas sociais são elementos centrais para concretização e apropriação social de suas práticas e métodos” (LEFF, 2002, p. 39).

Para Leff, a agroecologia se enquadra neste contexto quando o pesquisador considera e respeita os conhecimentos gerados pelos povos tradicionais, conversando com o conhecimento científico, sendo um instrumento de desenvolvimento para agricultura sustentável, a fim de elaborar proposta coletivas como enfrentamento do modelo atual, e isso se dá a parti do momento em que os movimentos sociais se organiza fundindo uma democracia participativa, incorporando o processo de luta e afirmando seus direitos de autonomia, bem como

a autogestão e a reapropriação de seus territórios, contribuem para o desenvolvimento sustentável.

O capítulo a seguir fala sobre a origem da Pedagogia da Alternância aplicada as Casas Familiares Rurais (CFR's), e sua expansão no Brasil e no Estado do Pará, mais precisamente no Baixo Amazonas, compreendendo sobre os instrumentos pedagógicos de ensino Pedagogia da Alternância e de que maneira a educação do campo contribui com o desenvolvimento da agricultura sustentável vinculadas a alternativas agroecológicas na região amazônica.

CAPÍTULO 2 – A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE AGRÍCOLA NA REGIÃO DO BAIXO AMAZÔNAS

A Pedagogia da Alternância surge com o intuito de resolver o problema da escola rural, referindo-se “a uma forma de organizar o processo de ensino aprendizagem alternando dois espaços diferenciados: a propriedade familiar e a escola”, onde em seus objetivos e estrutura fundamentais se diferencie aos tipos tradicionais de ensino (SAVIANI, 2012, p. 29). Assim essas experiências extrapolam o âmbito meramente educacional respondendo aos problemas do homem contemporâneo (NOSELLA, 2012 p. 37).

A alternância é uma prática formativa criada no âmbito do movimento da Educação do Campo, na qual se constitui como uma “estratégia teórico-metodológica de formação dos sujeitos do campo ancorada na relação trabalho-educação-território”, tendo a intencionalidade de constituir as potencialidades das dimensões estruturantes das formas de produzir e reproduzir a existência no contexto do campesinato. Esta se organiza no meio familiar/profissional e no meio escolar (HAGE; ROCHA; MICHELOTTI, 2021, p.430)

Souza e Mendes (2012, p. 262) citam conforme o caderno pedagógico do percurso formativo que a Pedagogia da Alternância aplicada nas Casas Familiares Rurais (CFR's) se perfaz em dois momentos, o primeiro é o Tempo-Escola - período em que os alunos fazem o estudo presencial nas escolas, havendo “estudo dirigido, oficinas didáticas, sessões de vídeos, palestras, visitas, da experimentação agrícola” sendo elaborados o seu respectivo projeto de vida para efetivarem na comunidade, e o segundo é o ‘Tempo-Comunidade’ o período em que os alunos voltam para sua propriedade e acontece a ‘partilha de saberes’ juntos a sua família, com orientação ‘parcial’ dos educadores.

2.1 Origem da Pedagogia da Alternância e o contexto das expansões das CFR's

De acordo com Nosella (2012) a Pedagogia da Alternância foi consolidada na França em 21 de novembro de 1935 através das *Maison Familiale Rurale* (MFR), com a iniciativa de agricultores e da igreja católica, representada pelo padre Granereau, para possibilitar aos jovens agricultores a formação geral, social e profissional a permanecer na terra e colaborar com as atividades agrícolas, chegando à conclusão que o problema agrícola nada mais era que uma questão de educação,

pois o campo precisava de uma formação capaz de preparar pessoas que gerenciassem suas propriedades rurais.

Naquela época a França vivia um período difícil e os agricultores se preocupavam com o desenvolvimento da região, mediante a falta incentivos à produção familiar, conforme citação abaixo:

Tendo por base a produção familiar, os agricultores viviam naquele contexto uma situação de total abandono: de um lado, um Estado desinteressado pelos problemas do homem do campo e de sua educação, voltado apenas para o ensino urbano: e, de outro uma Igreja que, apesar de preocupada com a situação dos camponeses não tinha nenhuma proposta quanto a educação do meio rural (SILVA, 2012, p. 35).

A convicção do então padre era romper com o modelo de ensino urbano, pois esta nova pedagogia nascia da vivência e experiências do campo frente ao descaso do Estado e da Igreja quanto aos problemas enfrentados pelas famílias agricultoras. A proposta de uma educação que alternasse tempos e espaços de ensino, a partir das necessidades do campo, poderia ser uma alternativa para a complexa situação socioeconômica das famílias do meio rural francês, a qual passavam por duas guerras mundiais, vivendo em profunda crise da agricultura (PRAZERES, 2013, p. 361).

Para Silva (2012, p. 37) a primeira experiência “não nasceu de forma espontânea, fruto do acaso”, mais sim da reflexão sobre a necessidade e a especificidade da formação dos jovens agricultores, tendo sua origem em um movimento a qual defendia a democracia como condição do progresso social, onde o envolvimento da família no processo de formação correspondia a aprendizagem que mudariam a sua realidade.

Neste contexto, uma educação para a emancipação humana contribui para formação do ser humano autônomo, ajuda a desvelar e mostrar os mecanismos que produzem a desigualdade, a exploração e a alienação humana quanto os processos destrutivos das bases da vida e da natureza (FRIGOTTO, 2021, p.186).

Inicialmente a experiência contava com apenas cinco alunos, a escola foi chamada de CFR de *Lanzun*, nome do pequeno povoado francês onde se localizava, mas logo o número de alunos cresceu (PRAZERES, 2013).

Para Nosella (2012, p. 50) a expansão Francesas alavancou-se com a criação da União Nacional *Maisons Familiales*, em 1945, a qual contava com

funcionamento aproximadamente vinte *Maison Familiales*. Ressalta que o afastamento do sacerdote, marca uma nova etapa reestruturando o movimento administrativo e financeiro, ocorrendo a ‘pedagogização’ do movimento com a presença do educador André Duffaure (1946-1947) na elaboração do “famoso instrumento pedagógico chamado Plano de Estudo.

Enquanto conceito a Educação do Campo é “construída pelos seus próprios sujeitos e expressão do movimento prático que define suas finalidades e sua dinâmica”, a qual reflete a análise quem participa do movimento sobre as contradições sociais que vinculam sua origem, “de pensar e de fazer a educação que se enraíza no trabalho do campo e em seus sujeitos, suas lutas, sua cultura, seu modo de produzir e respeitar a vida” (CALDART, 2021, p. 356).

O período de expansão, concentrou-se entre os anos de 1945 e 1960, a partir do período de reconstrução do pós-guerra e com a revitalização da União Nacional das MFR’s. A experiência iniciada em Sérignac-Peboudou atingiu 40 países, em cinco continentes, disseminando pela Itália e depois pela Espanha (ANTUNES; MASSUCATTO; BERNARTH, 2014). Conforme estas escolas francesas cresciam, elevava-se também o nível das exigências do governo para com a formação dos professores das *Maisons Familiales*.

Na Itália ocorreu em 1961- 62 no contexto socioeconômico político de pós-guerra, onde tinha o intuito em termos de formação melhorar os instrumentos pedagógicos para os filhos dos agricultores, foi quando “dois líderes políticos Sartor e Brunello foram a França” adaptando ao ambiente Italiano a metodologia da Pedagogia da Alternância. Nosella (2012, p. 57) destaca também que:

O relacionamento com os poderes públicos era grande, portanto, certas facilidades burocráticas e financeiras eram maiores [...]. Foi uma experiência que encontrou apoio na igreja, mas nasceu diretamente pela ação dos homens políticos: o inverso do que aconteceu na França.

Tornou-se um modelo para implementação de várias outras experiências de formação por alternância, são mais de mil Centros Familiar de Formação por Alternância (Ceffa’s) distribuídos em 40 países, nos cinco continentes: África, América, Ásia, Europa e Oceania “envolvendo em torno de 150 mil famílias rurais” (ANTUNES; MASSUCATTO; BERNARTH, 2014, p. 4), no Brasil conta com cerca de 273 Ceffa’s.

A Pedagogia da Alternância no Brasil recebeu influência direta da *Masion Familiare* da Itália em meados década de 60 no Estado do Espírito Santo, e posteriormente, a proposta chega à região Nordeste (SILVA, 2012).

E estas experiências chegam através de dois modelos: As Escolas Famílias Agrícolas (EFA's) e as Casas Familiares Rurais (CFR's). As EFA's foram implantadas no Espírito Santo em 1969, na cidade de Anchieta, são organizadas e gerenciadas pela União Nacional das Escolas Família Agrícola do Brasil (Unefab), as CFR's surgem no Estado do Paraná no ano de 1987, gerenciadas pela Associação Regional das Casas Familiares Rurais (Arcafar). As duas designações "fazem parte dos Centros Familiar de Formação por Alternância (Ceffa) e se referem a todos os projetos educacionais que adotam a Pedagogia da Alternância independente da rede a qual faça parte" (PRAZERES, 2013, p. 362).

No Brasil, os Centros Familiar de Formação por Alternância, estão presentes em vinte Estados, "sendo 145 EFAs e 118 CFRs, exceto em Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte", para Antunes, Massucatto e Bernarth (2014, p.5) As CFR's estão distribuídas nos Estados: do Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Amazonas e Pará.

Elenca que Paolo Nosella⁴ fez parte da história do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (Mepes), ajudando a construí-lo por meio da pastoral dos jesuítas, a qual o padre Humberto Pietro (italiano) liderava com o apoio das comunidades da região Sul (ES), uma proposta audaciosa para o momento político em que se vivia no país ao refletir "o clima cultural marcada pelo autoritarismo da ditadura militar, quando a crítica se mesclava ao medo" (NOSELLA; BUFFA, 2006, p. 60), refletia o porquê que situação socioeconômica do povo do interior de Capixaba (descendentes de imigrantes Italianos e alemães) ser tão baixo.

No Estado do Pará a implantação da proposta Pedagogia da Alternância surge do anseio dos agricultores, lideranças e profissionais da educação, mediante discussões iniciadas na década de 90, tendo marco inicial na região amazônica com o encontro promovido pelo Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e do Xingu (MDTX) em parceria com o Laboratório Agroecológico da Transamazônica

⁴ Nosella escreveu uma obra "Origem da Pedagogia da Alternância no Brasil" resultante da sua dissertação de mestrado, a qual foi publicada 35 anos depois de escrita, registrando informações essenciais e contundentes problematizações sobre a Pedagogia da Alternância implantada no Brasil pelo MEPES.

(Laet), da Universidade Federal do Pará (UFPA) de Altamira, no qual estava presente o assessor das CFR do Brasil, Pierre Gilly (SOUSA; SOUSA; ROCHA, 2023, p. 3).

A partir de várias articulações dos movimentos sócias, ocorre a primeira experiência na Transamazônica, sendo criada em 1995 pela Associação de Pais a CFR de Medicilândia, com uma turma de 25 filhos de agricultores. Para Silva (2015, p. 282) a proposta das CFR's teve a "colaboração do Programa de Cooperação do Governo Francês" quanto ao financiamento das atividades durante os primeiros anos do projeto", onde as experiências se estendem para Pacajá, Uruará, e Brasil Novo.

Quando se fala em Casas Familiares Rurais no Estado do Pará é importante compreender que estas são representadas pela Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Estado do Pará (Arcafar) e de acordo com esta CFR's/Pa estão divididas em cinco regionais: Transamazônica / Xingu, Sul do Pará, Nordeste Paraense, Região das Ilhas e Baixo Amazonas, sendo esta última regional lócus desta pesquisa, na região do Lago Grande.

As Casas Familiares Rurais (CFR's) atuam na Rede de Educação do Campo, a partir dos princípios da Pedagogia da Alternância. De acordo com os dados da Arcafar-Pa no Estado do Pará, das 32 Casas Familiares Rurais, 15 estão em funcionamento, ofertando cursos técnico (agropecuária, zootecnia, agroindústria, agroecologia, agricultura e etc.) a qual atendem as modalidades Integrados e Subsequentes do Ensino Médio Regular e Ensino Fundamental na Educação de Jovens e Adultos (EJA), com um total de 1093 alunos matriculados, o que proporciona o ensino da educação do campo aos povos tradicionais: ribeirinhos, pescadores artesanais, agricultores familiares, extrativistas e, em algumas regiões, indígenas (SOUSA; SOUSA; ROCHA, 2023).

Nos últimos anos a educação do campo tem passado por momentos delicados com o fechamento das escolas, e não tem sido diferente com as CFR's, conforme citado acima, mais da metade estão com atividades paralisadas por falta de recursos financeiros pela ausência de convênios com a SEDUC, funcionando em alguns casos com professores voluntários (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ - ALEPA, 2019).

A realidade da educação do campo a nível de Brasil precisa ter outros contornos, o que pode se afirmar é que no Estado do Pará o Movimento Paraense por uma Educação do Campo vem conjugando esforços de diversos sujeitos públicos e sociais com discussões, e proposições de ações inclusivas para o campo da

Amazônia, reafirmando canais que legitime as políticas públicas, como é o caso da Pedagogia da Alternância, na busca pelo reconhecimento do Conselho Estadual de Educação das experiências dos Centros Familiares de Formação por Alternância (Ceffa's) a reconhecer a Pedagogia da Alternância como política pública no âmbito da Educação do campo (PRAZERES, 2013, p. 359).

Para Gimonet (2007, p. 81) os quatro pressupostos a qual constituem a identidade dos Ceffa's, destaca-se: o desenvolvimento do meio; a formação integral do educando; a associação de pais; e a Pedagogia da Alternância. Entre estes elementos deve haver a articulação para o bom funcionamento de Centros Educativos Familiares de Formação por Alternância e, conseqüentemente da Pedagogia da Alternância. Nesse contexto, definindo a Alternância como uma 'rede complexa de relações'.

Para tanto, são utilizados vários meios pedagógicos para alcançar a interação do conhecimento científico e popular, das quais foram emergindo a partir das necessidades de cada projeto. Passos e Melo (2012) destacam abaixo cinco dos quinze instrumentos pedagógicos da Pedagogia da Alternância:

- 1- Pesquisa Participativa:** Instrumento responsável pela coleta de dados da comunidade em que vive o aluno, o que permite criar um inventário sobre a vivência das famílias e seu meio;
- 2- Plano de Formação:** Este documento corresponde a matriz curricular, elaborado partir dos dados da pesquisa participativa, onde temas geradores⁵ são organizados e classificado a serem trabalhados junto aos conteúdos da Base comum curricular do Ensino Fundamental e Médio;
- 3- Plano de Estudo:** No tempo escola na CFR, os jovens agricultores sobre orientação do professor técnico (monitor) elaboram um roteiro de pesquisa sobre o tema profissionalizante a ser estudado. Quando o aluno retorna ao tempo comunidade, realiza a pesquisa com a família e a comunidade.
- 4- Colocação em Comum:** É a socialização do relato de experiência, a respeito do trabalho e estudos desenvolvido na comunidade com a família.

⁵ Os Temas Geradores são a base para o Plano de Estudos que, por sua vez, é o instrumento de trabalho que o jovem leva do Ceffa para sua casa, com o objetivo de aprofundar e trabalhar com temas vinculados a sua realidade socioprofissional (ESTEVAM, 2012).

5- Ficha Pedagógica: Sistematização do material didático, a qual os monitores elaboram a partir do plano de estudo com abordagens nos aspectos da formação profissional e geral.

Além destes instrumentos, Antunes, Massucatto e Bernarth (2014, p.5) destacam outros: Visita de estudos, Serões, Cadernos Pedagógicos, Intervenções externas, Visitas as famílias e construção do Projeto Profissional do Jovem (PPJ), etc. Afirmam que as Visitas as famílias, planejada pelos monitores se constitui em um instrumento valioso, ocorrem quando o jovem está em seu “meio familiar e possibilitam uma avaliação de todo o processo educativo da CFR: pedagógico, social, técnico, profissional, intelectual, humano, comunitário e ético espiritual”

O Projeto Profissional do Jovem é um instrumento pedagógico ligado a sustentabilidade do projeto, pois além dos alunos desenvolverem os trabalhos agrícolas em suas propriedades que geram renda para família, as técnicas de manejo de cultivo tendem a respeitar a natureza e o meio em que vivem, respondendo às demandas locais da comunidade. Na conclusão do processo formativo dentro dos Centros Familiares de Formação por Alternância (Ceffa), os alunos devem apresentar, de forma objetiva e sistematizada, o que construíram (SOUSA; SOUSA; ROCHA, 2023).

O processo de formação da Pedagogia da Alternância consiste na ação científica em cinco fases: Ver, coletar dados; ler a realidade; expressar, formalizar os dados; questionar, problematizar; buscar respostas; - Submeter à prova da realidade, experimentar (GIMONET, 2007).

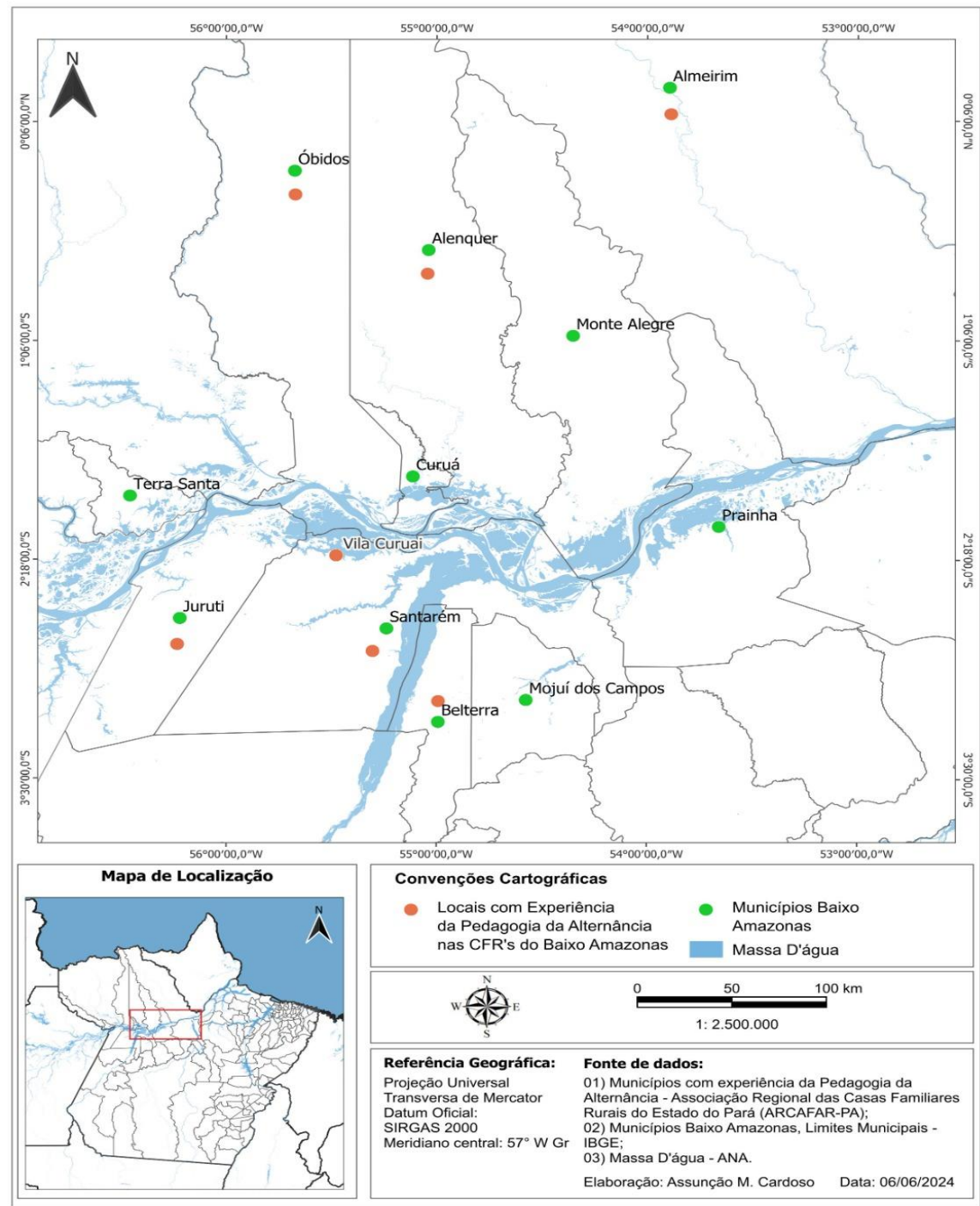
Assim, a formação profissional do agricultor familiar contribui de maneira significativa na sustentabilidade das atividades agrícolas, a reflexão do fazer, permite buscar novas possibilidades melhorando seus cultivos e criações, visto que na maioria dos casos estes não contavam com acompanhamento técnico ou assistência especializada, estagnando sua produção.

2.2 As Casas Familiares Rurais no Baixo Amazonas

A primeira Casa Familiar Rural a ser criada na regional do Baixo Amazonas no Oeste paraense destaca-se a CFR do município de Santarém-PA, em 1999. Os movimentos sociais articularam-se mediante o modelo de Pedagogia da Alternância implementada pelos “Movimento Educacional Promocional do Espírito Santo –

MEPES, reivindicando o acesso educação do campo visando a melhoria na produção familiar rural (BENTES, 2022, p. 2). Surgindo outras experiências nesta regional, sendo destacado no mapa (Figura 4) os seguintes locais: Belterra, Santarém, Lago Grande, Juriti, Alenquer, Óbidos e Almerim.

Figura 4. Locais da Regional do Baixo Amazonas com experiências da Pedagogia da Alternância



Fonte: Associação Regional das Casas Familiares Rurais – Arcafar-PA, Sedes Municipais, Limite Municipais – IBGE, Estradas – DNIT, Massa D'água – ANA, 2024. Elaboração: CARDOSO, 2024.

Mediante o diálogo com o Coordenador da Associação Regional das Casas Familiares Rurais (Arcafar-PA) sobre o cenário das CFR's no Baixo Amazonas no ano de 2022, constata que as Casas Rurais Familiares estavam com atividades paralisadas, pois somente a CFR de Vila Curuai no Lago Grande estava com as atividades em funcionamento, conforme já elencado na introdução deste trabalho.

O tópico seguinte traz informações atuais sobre o cenário das Casas Familiares no Estado do Pará, principalmente na Regional Baixo Amazonas, mediante entrevista realizada com o representante da Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Estado do Pará (Arcafar), evidenciando as principais causas da paralização das CFR's bem como a retomada das atividades no ano de 2023.

2.3 Associação Regional das Casas Familiares Rurais (Arcafar-PA) - O que nos conta a representatividade

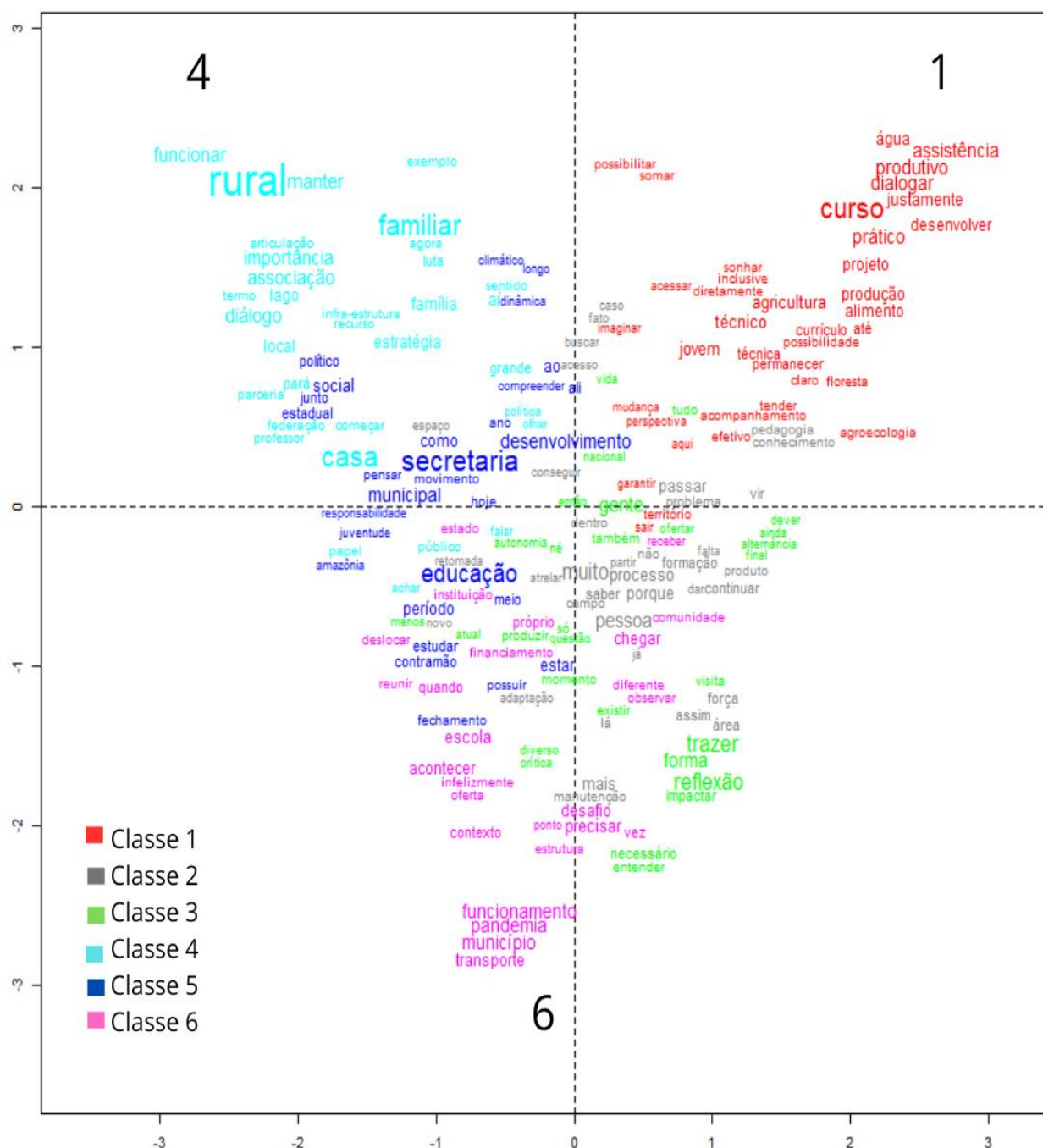
Os marcos legais da educação do campo, alcançados pelos movimentos sociais, situando o contexto das Casas Familiares Rurais na Amazônia Paraense. O que se nota é a resistência para a efetivação das políticas públicas, pois são leis que não saem do papel, quando escolas continuam sendo fechadas, invisibilizando a importância da educação do campo para a sustentabilidade do território.

No entanto, a percepção do Secretário Executivo/representante da Arcafar complementando estas questões citadas, a fim de sublinhar sobre cenário atual das CFR's. Neste contexto, segue abaixo a Análise Fatorial por Correspondência (AFC) do corpus textual da entrevista realizada com o representante executivo da Arcafar-Pa, das quais apresentou 142 segmentos textuais classificados 76.76% de aproveitamento dos vocábulos.

Por mais que os dados do plano (AFC) trate da fala do representante da Arcafar em entrevista, se você fez uma leitura da fundamentação teórica dos capítulos anteriores deste trabalho, você consegue perceber a inerência no contexto das classes (6, 4 e 1) compreendendo o distanciamento entre estas.

De um lado fechamento das CFR's (6), do outro a articulação dos movimentos em busca de estratégias para o funcionamento das CFR's (4) e paralelo a isso os desafios para implementar a formação profissional de cursos profissionalizante que dialoguem com as práticas produtivas do território (1), conforme descrita na figura 5.

Figura 5- Análise Fatorial por Correspondência/ entrevista Secretário da Arcafar-PA



Fonte: Pesquisa Direta, 2024.

A AFC mostra que além da ausência da parceria do Estado o fechamento das escolas do campo se agravou com a pandemia (2019), trazendo algumas reflexões: Como algumas CFR's (Lago Grande) continuaram com suas atividades em um período que não tinha apoio do Estado? Quais estratégias foram utilizadas? Foram suficientes para ofertar uma educação de qualidade?

O fato é que a falta do financiamento pelo Estado, e a redução de matrículas no período de pandemia colaborou para o fechamento Casas Familiares Rurais, paralelo a isso os movimentos sociais têm buscado outra estratégia, além das inúmeras tentativas de diálogo com as Secretarias Municipais e com o Estado para o não fechamentos das escolas do campo.

Entendendo que por mais que os cursos profissionalizantes ofertados pela CFR's contribuam com a formação de agentes comunitários no sentido de fortalecer o território, com práticas de cultivos agrícolas que dialogam com a sustentabilidade e produção de alimentos saudáveis (CLASSE 1), o Estado tem se mostrado na contramão do que se almeja para educação do campo (CLASSE 5).

No sentido, de dar mais clareza algumas questões aqui indagadas, a seguir, a pesquisadora fez a análise por meio da leitura lexicográfica dos fragmentos do corpus colorido como mostra a (figura 6) dos segmentos de texto da entrevista.

Figura 6: *Corpus colorido da AFC/ Arcafar*

o estado não garante essa efetiva funcionamento isso não é nem das casas porque as casas elas possuem uma estrutura física para oferta da sua formação aí você vê também um uma cadeia de séries de coisas acontecendo

transporte escolar que não chega professor que vai um dia na semana e passa semanas sem ir pelos desafios também que se há para chegar nos territórios mas também por esta responsabilidade

mas em termos de políticas públicas eu acredito que o estado é minimamente está cumprindo eu acredito que a secretaria de estado hoje está na contramão do que nós sonhamos com a educação do campo

mas existe a articulação dos movimentos sociais na cobrança da efetivação das políticas públicas pareado a esta questão posso dizer que a gente tá dentro ao próprio fórum estadual de educação do campo

nós chegamos então participando sétimo seminário sobre o fechamento das escolas do campo e a gente observa que o próprio estado está na contramão

então a gente tem dentro do estado essa infraestrutura aí né coordenada pelo professor salomão hage que reúne esforços com os movimento que faz a educação seja das casas familiares rurais seja o some que também passam por esses desmandos do estado

a própria secretaria quando pensa o formato do ensino ead para o território está de contramão né como é que eu vou pensar numa educação baseada numa internet com um computador à distância para o território tá de contra mão

então isso o que eu vejo eu acredito que nós estamos sem fôlego enquanto movimento e era uma reflexão que a gente fazia isso no seminário

por que que nós precisamos fazer essa culminância reunir o povo pra falar de fechamento de escola e não que é o contrário por que não comemorar a abertura de novas escolas nós estamos tendo é na realidade o esvaziamento né dos territórios

porque muita das vezes a escola é o único aparelhamento público no território é lá que se reúne as ações do governo a chegada da vacinação no território as reuniões e a gente observa essa desmobilização porque o campo mais uma vez o campo em alguns territórios está esvaziando

Fonte: Pesquisa Direta, 2024.

Considerando as classes apresentadas na AFC interpretadas com o *corpus* colorido a pesquisadora traz os fragmentos mais relevantes ligados as CFR's do Baixo Amazonas e as contribuições da Pedagogia da Alternância e para o manejo sustentável da terra, no tópico a seguir.

2.4 O cenário atual das CFR's e as contribuições da Pedagogia da Alternância no Baixo Amazonas

As Casas Familiares Rurais são instituições que oferecem educação técnica e profissional para os jovens do campo, com a missão de qualificar e profissionalizar os jovens dentro de seus territórios, assim cada CFR tem como mantenedora uma associação (representada pelas famílias dos alunos) que é articulada pela Associação Regional das Casas Familiares (Arcafar)⁶, como mencionado no seguinte o segmento⁷:

A Federação é responsável por manter a articulação juntamente com os órgãos públicos na mediana então esse diálogo com a sociedade civil organizada através das Casas Familiares Rurais né que é mantida por uma associação local né. Então temos a associação que gerencia, e a Arcafar que faz todo esse diálogo né que possibilite então a continuidade (SECRETÁRIO/ARCAFAR CLASSE 4).

De acordo com o entrevistado, a Arcafar tem desempenhado a articulação com órgãos públicos e com a sociedade civil organizada, sobre a relevância desta experiência, uma iniciativa que já formou inúmeros egressos, das quais ocupam posições de liderança em movimentos sociais, sindicatos e secretarias de agricultura.

No entanto, a oferta da educação do campo é um desafio, visto que o Estado não garante quadro de profissionais, o “transporte escolar que não chega, professor que vai um dia na semana e passa semanas sem ir, pelos desafios também que se há para chegar nos territórios” (SECRETÁRIO/ARCAFAR, CLASSE 6), uma série de coisas que contribuem para o fechamento das escolas do campo.

Em 2019, “primeiro sem financiamento público e sem financiamento próprio né” a pandemia (corona vírus) acentuou essas dificuldades, especialmente nas áreas

⁶ A nomenclatura Arcafar-Pa foi alterada para Federação das Casas Familiares Rurais (Fecafar Pará).

⁷ Será mantida a originalidade da fala de todos os entrevistados.

remotas da Amazônia, onde as escolas enfrentam o desafio de deslocamento, reduzindo significativamente o funcionamento das CFR's no Estado do Pará, “no período da pandemia nós saímos então de vinte e duas escolas, mais ou menos que estava em funcionamento em decorrência da pandemia, nós chegamos a doze escolas de aproximadamente seiscentos e vinte matrícula” (SECRETÁRIO/ARCAFAR, CLASSE 6).

Deixa claro que o fechamento das Casas Familiares Rurais está diretamente ligado ao fechamento das escolas do campo, e a situação tem sido acentuada por contextos políticos e mudanças administrativas, que envolve a repetência do mesmo diálogo para compreensão do que é a educação do campo e sua importância no território amazônico.

O processo de fechamento das Casas Familiares Rurais ela tá ligada diretamente ao fechamento das escolas do campo, então por que que acontece fechamento das escolas do campo? primeiro por um desejo expresso das próprias Secretarias Municipais de Educação (SECRETÁRIO/ARCAFAR, CLASSE 5).

Apesar das CFR's desempenharem um papel relevante na Amazônia ao profissionalizar jovens, e assumir responsabilidades que deveriam ser do Estado, as políticas públicas acontecem na contramão da realidade do campo, “em termos de políticas públicas eu acredito que a Secretaria de Estado hoje está na contramão do que nós sonhamos com a educação do campo” não dá para pensar a educação para o território no formato de Educação a Distância (SECRETÁRIO/ARCAFAR, CLASSE 5; 4).

A política pública de educação do campo deve ser pautada na valorização das especificidades locais priorizando a educação presencial, considerando o contexto sociocultural, a realidade geográfica e as demandas produtivas do território. Isso implica na criação de currículos contextualizados inseridos na matriz curricular, que respeitem os conhecimentos tradicionais e incentivem a agroecologia, a sustentabilidade e a organização comunitária.

Além disso, a contratação professores qualificados com formações continuadas para implementação desta pedagogia diferenciada, garantindo infraestruturas adequadas, transporte, recursos para atividades práticas de cultivos e implementação dos Projetos Profissional do Jovem, sendo fundamental que essa política seja desenvolvida de forma participativa, com envolvimento das comunidades

locais, garantindo que a educação do campo seja um agente de transformação social e econômica para o povo do campo.

O fato é que embora no ano de 2023 tenha sido constituído as Diretrizes Curriculares da Pedagogia da Alternância na Educação Básica e na Educação Superior (Resolução CNE/CP Nº 1), propondo em sua forma de organização da educação, o respeitar as singularidades das comunidades atendidas quanto às especificidades da atividade laboral, sistemas produtivos e modos de vida dos povos do campo, ainda assim tornar-se uma política pública, é uma questão que provoca a autonomia do movimento sociais, enfatiza o secretário da Arcafar:

Se tornar uma política pública, mas de forma nós seremos beneficiados? Porque uma das questões que nós trazemos também em ser ou não uma política pública, é a autonomia (SECRETÁRIO/ARCAFAR, CLASSE 3).

Autonomia no sentido que a Pedagogia de Alternância não é apenas uma metodologia, mas um instrumento pedagógico que busca integrar a formação teórica com a prática, valorizando os conhecimentos tradicionais do povo do campo dentro do território, garantindo que tais abordagens sejam preservadas e fortalecidas dentro das políticas públicas, mantendo a essência da luta dos movimentos sociais das comunidades do campo, a qual se opõe ao currículo descontextualizados, verticalizado que o Estado propõe.

Portanto, a educação do campo é uma aquela que dialoga com as necessidades do território, pois a proposta da Pedagogia da Alternância vai além da teoria e prática, permitindo que os jovens se tornem críticos e engajados, capazes de questionar e cobrar do poder público os direitos que lhes são devidos, e o que parece e que isso não é importante para o Estado.

Porque quando você qualifica o jovem, quando você oportuniza o processo da criticidade, você começa a incomodar, você começa a questionar por que está sendo feito dessa forma, você começa a saber cobrar o poder público dos seus direitos e assim é nossa luta dentro do Conselho Nacional de Educação do Campo. (SECRETÁRIO/ARCAFAR, CLASSE 2).

Quanto a articulação dos movimentos sociais, houve inúmeras audiência pública na Assembleia Legislativa do Pará, destacando a importância dessas instituições, envolvendo diálogos com a SEDUC para garantir que a nova gestão compreendesse a relevância das Casas Familiares Rurais.

Aonde também possibilitou uma audiência pública pra que eles da importância das Casas de Familiares Rurais na assembleia legislativa do Estado do Pará aonde foi deslocado o presidente associações locais, gestão, discente pra que pudesse fazer essa pressão ao Estado (SECRETARIO/ARCAFAR, CLASSE 4).

Assim, os movimentos sociais têm realizado e participado de ações na cobrança da efetivação das Políticas Públicas junto ao Fórum Estadual de Educação do Campo, como por exemplo, a participação do VII sétimo seminário sobre o fechamento das escolas do campo, objetivando pressionar os gestores educacionais e os conselhos de educação para impedir que as escolas continuem sendo fechadas nas comunidades do campo, indígenas e quilombolas.

Para este ano de 2024 existe um termo de fomento assinado pelo Estado, para a operacionalização de 25 CFR do Estado do Pará, sendo seis delas na região do Baixo Amazonas (Juruti está com atividade paralisada), permitindo a contratação de profissionais para atuarem nas CFR's do Estado do Pará. Mais e para o próximo ano? Será a mesma peleja? E quando não tem recurso do Estado?

Então, algumas CFR's conseguem seguir com suas atividades mesmo sem recursos do Estado, quando a associação busca parcerias e captações de recursos externos, estratégias fundamentais para a manutenção dessas instituições, como exemplifica a seguir:

Como é que a gente consegue manter uma instituição, por exemplo, como uma Casa Familiar Rural que começa ano sem nenhum orçamento né? Então uma das estratégias de financiamento para além do Estado é as captações de recursos e as parcerias (SECRETÁRIO ARCAFAR, CLASSE 4).

Essa questão você irá constatar no próximo capítulo na análise da entrevista com a coordenadora da CFR e dos professores monitores da Casa Familiar Rural de Lago Grande, visualizando as estratégias e as dificuldades para seu funcionamento desta, enquanto as demais estavam paralisadas.

O entrevistado pontua a burocracia para acessar o recurso do Pronera que durante o período de paralização “nenhuma casa conseguiu acessar esse recurso que poderia ser uma estratégia, uma política pública que é o Pronera e de atender os jovens das CFR's, por exemplo, o próprio Lago Grande que está dentro de uma área de assentamento” (SECRETÁRIO/ARCAFAR, CLASSE 4).

Além das questões citadas, o fechamento das escolas do campo tem ligação ao avanço do “desenvolvimento que não é sustentável” pois o agronegócio é

o modelo de desenvolvimento econômico que assola o desmatamento e a destruição da Amazônia, deixando sequelas ambientais e na vida de quem está no campo, hoje o “campo está envelhecido”, pois os jovens não veem perspectivas viáveis para permanecer na agricultura familiar e vão para a cidade, assim “se homem do campo não planta não janta” precisando sair do território para “cidade comprar mortadela comprar né, o produtos sardinha, conserva e vai lá pra comunidade” (SECRETÁRIO ARCAFAR, CLASSE 5).

A expressão reflete a realidade socioeconômica e ambiental das comunidades do campo, onde a subsistência está intimamente ligada à agricultura local e quando o povo do campo se desloca para a cidade em busca de produtos como mortadela, sardinha, conserva e outros alimentos, revela uma mudança nos hábitos alimentares e nas fontes de sustento tradicionais, evidenciando os desafios enfrentados pela agricultura familiar e a necessidade de políticas que fortaleçam a produção local e garantam a segurança alimentar dessas comunidades.

No entanto, as Casas estão junto ao Ministério Público, aos movimentos sociais junto, comunidades quilombolas indígena para que o meio ambiente não se acabe, pois, a perspectiva é de formar o jovem para que este seja agente do território mediando os conflitos e defendendo os interesses da comunidade.

As Casas Familiares Rurais estão localizadas em pontos estratégicos, frequentemente no “olho do furacão”, como por exemplo, na região do Lago Grande a qual enfrenta ameaça da mineração, na Transamazônica, onde predomina a monocultura do cacau, assim o entrevistado sublinha que o movimento está sem ‘fôlego’, “nós não temos forças o suficiente pra bater o agronegócio pra segurar as mudanças climáticas porque enquanto ele está impactando a gente está plantando”, sendo precisos entender os desafios atuais do sistema de produção.

É necessário a gente também entender os desafios da produção, lá está eu com minha área produzindo de forma agroecológica sem uso de defensivos tranquilamente, aí as minhas duas laterais dos meus terrenos e meus vizinhos é tudo é soja, é tudo desmatamento pra onde que vai ser o refúgio das pragas e doenças? não impacta só a vida dele impacta a vida de quem está no meio. (SECRETÁRIO ARCAFAR, CLASSE 2).

Para Silva (2012) quanto a sustentabilidade dessas escolas o financiamento deve acontecer nas negociações entre associação de pais e o poder público (Estadual, Municipal), pois quando há a participação do governo na assinatura

de respectivos convênios firmados com o movimento, finda por comprometer o funcionamento do projeto pedagógico.

A classe 1 demonstra que os jovens que participam do processo educacional das Casas Familiares Rurais, geralmente, demonstram resistência à evasão escolar, pois, após a adaptação inicial e algumas alternâncias, a desistência é rara, exceto em casos graves como problemas familiares ou de saúde, isso acontece por ter uma concepção pedagógica arraigada com a vivência deste.

Até aqui pode-se fazer algumas reflexões dos desafios enfrentados pela CFR, como financiamento público insuficiente, a burocracia que dificulta o acesso a recursos, como o do Pronera, as ameaças constantes do agronegócio que incidem nas práticas de cultivos agroecológicos, questões que refletem no fechamento das escolas e a não sustentabilidade dos territórios recorrente ao seu esvaziamento.

A luta por políticas públicas educacionais para o campo bem como fortalecimento do cooperativismo são caminhos importantes para garantir a sobrevivência e a eficácia dessas instituições. “No Lago Grande há uma cooperativa também que é dos egressos que é uma estratégia muito importante para o fortalecimento do território que agrega então essa perspectiva do fortalecimento do cooperativismo” (SECRETÁRIO ARCAFAR, CLASSE 2), pois o que se espera é que futuramente haja a inserção dos produtos no Programas Nacional de Alimentação Escolar (Pnae)

O diferencial da Pedagogia da Alternância no curso de agroecologia, é que “este dialoga justamente com as práticas de produção, de acompanhamento nas propriedades, que traz uma pegada, de conhecimento empírico, que trabalha os conhecimentos tradicionais, possibilita alimentação saudável” (SECRETÁRIO/ARCAFAR, CLASSE1).

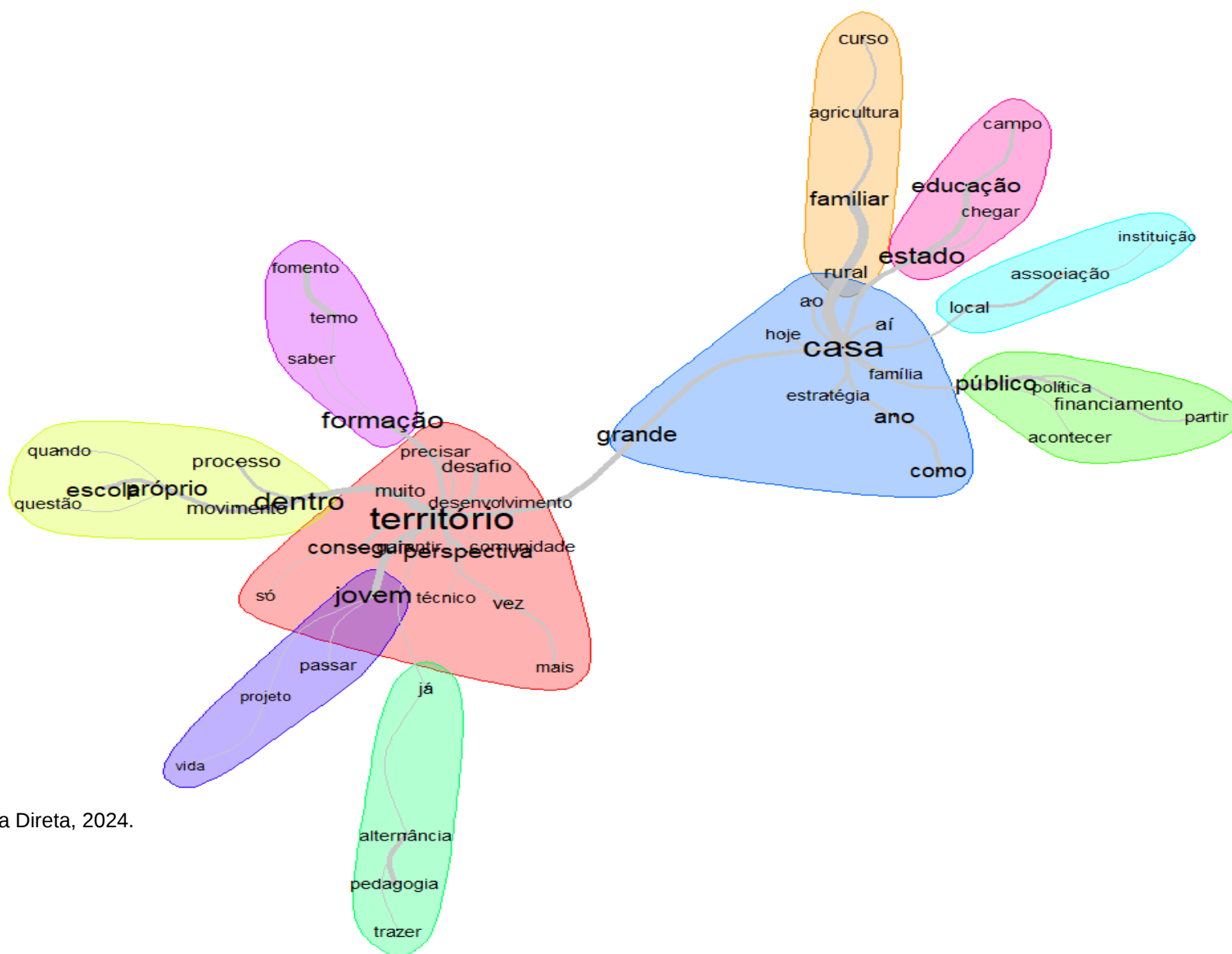
Na perspectiva da Pedagogia da Alternância, a sustentabilidade agrícola consiste “justamente no melhoramento das práticas produtivas que há dentro do território essa é uma das primeiras, porque o “Estado não consegue garantir a efetiva ATER que a gente chama Assistência Técnica e Extensão Rural”, e isso possibilita que a comunidade também tenha as mesmas oportunidades tendo técnicos com referência (SECRETÁRIO/ARCAFAR, CLASSE1).

Para Milton Santos (1999) o território reflete a luta de interesses políticos entre a agricultura familiar e o agronegócio, reforçando a ideia da análise de similitude a seguir com o local da pesquisa (Lago Grande), pois o território é utilizado por uma

população, aquele cuja comunidade local rege as manifestações da vida social, inclusive o dinheiro, sendo um híbrido e materialidades, como a natureza herdada e as artificialidades resultantes do trabalho social, e ações da vida social.

Neste contexto, quando realizado a análise de similitude, observa-se (Figura 7) com ênfase que a formação do jovem pela CFR está ligada a permanência destes no território, produzindo, alimentando e garantindo a sequência da vida, visto que os cursos ofertados pela CFR dialoga com esta perspectiva agrícola do território, sendo também um instrumento de luta, na articulação enquanto movimento para o financiamento da educação do campo.

Figura 7: Análise de Similitude/Arcafar



Fonte: Pesquisa Direta, 2024.

Compreendendo que o território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas, este é entendido como o território usado, “é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence”. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 1999, p.8)

As formações da CFR dialogam com as práticas a partir das necessidades da região amazônica, assim, a Pedagogia da Alternância permite um aprendizado prático integrado às propriedades, valorizando conhecimentos tradicionais e promovendo práticas sustentáveis, onde os alunos desenvolvem o projeto que não se limita à sala de aula, mas busca efetivamente transformar a realidade econômica das famílias através Projetos Profissionais do Jovem que atendam às demandas locais:

É um projeto onde ele vai aprender ele vai construir ele vai desenvolver porque o objetivo final é que ele ao final do curso ele então possa ter um fator econômico positivo a mudança do financeiro da sua propriedade com as práticas produtivas, então não adianta a gente sair sonhar que vai plantar um hectare de banana com mamão agora em julho se eu não tenho um metro de mangueira pra irrigar pra colocar água no sistema produtivo (SECRETÁRIO/ARCAFAR, CLASSE1).

No entanto, não basta apenas sonhar em expandir a produção agrícola se não houver infraestrutura adequada, como sistemas de irrigação, pois isso comprometeria o sucesso das iniciativas produtivas e, conseqüentemente, o sustento das famílias envolvidas, por isso, da importância do reconhecimento desta iniciativa.

É nesse contexto que o trabalho busca refletir as contribuições da Pedagogia da Alternância para com a sustentabilidade da agricultura familiar na região, pois o ensino oportuniza aos jovens a passar por um processo de formação de ensino e aprendizagem onde passa a ver, julgar e agir, melhorando a qualidade de produção de seus cultivos. Além disso (PASSOS; MELO, 2012), leva em consideração os processos participativos e de intervenção nos movimentos que são ligados, mantendo formas de organização coletiva.

Nas quais os alunos passam a estar na linha de frente do desmatamento do território, onde a prática educativa ganha intencionalidade ao prepará-los para a reapropriação crítica de iniciativas já existentes, e sobretudo a produção diversificada e comprometida com os saberes tradicionais, o equilíbrio ambiental e humano (CALDART, 2009, p.60). Contrapondo-se ao “pensamento latifundiário empresarial, do assistencialismo, do controle político sobre a terra, fruto de uma educação que foi

pensado para o meio rural, cuja referência é a do produtivismo” (PASSOS; MELO, 2012, p. 247).

Portanto, não basta registrar aqui a resistência CFR's ao sistema capitalista, conseguindo formar agentes comunitários críticos e engajados, preservando os conhecimentos tradicionais e promovendo a sustentabilidade, é preciso que as autoridades competentes reconheçam sua trajetória enquanto movimento e enquanto educação propulsora para a sustentabilidade agrícola nos territórios.

No próximo capítulo trar-se-ão as experiências no Tempo Comunidade desenvolvidos pelos alunos do curso de agroecologia em suas comunidades na região de Lago Grande, onde teremos a oportunidade compreender quais os desafios atuais enfrentados pelos alunos na ausência de políticas públicas.

CAPÍTULO 3 – A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA E AS ATIVIDADES AGROECOLÓGICAS NO LAGO GRANDE

A pedagogia da alternância tem se mostrado uma abordagem importante para o desenvolvimento das atividades agroecológicas nas comunidades Guajará, Membeca e Vila Amazonas, localizadas na região de Lago Grande. Essas comunidades, caracterizadas pela sua rica biodiversidade e tradições culturais, têm adotado práticas em seus cultivos agrícolas como um meio de promover a sustentabilidade ambiental e melhorar a qualidade de vida de suas famílias.

Apesar das comunidades ter tradição agrícola, pesqueira e pela produção de frutas, baseada na agricultura familiar e no extrativismo vegetal, boa parte das famílias são beneficiárias de bolsa família, uma das desvantagens dessa política é a acomodação das famílias, questão citada pelo entrevistado (PROFESSOR 01) onde as famílias deixam de produzir o seu sustento para sobreviver de auxílio.

A implementação da Pedagogia da Alternância com o curso de agroecologia tem incentivado a participação ativa dos alunos na produção agrícola e de pequenas criações, garantindo a continuidade das práticas sustentáveis, permitindo que os agricultores locais apliquem conhecimentos técnicos diretamente nas suas atividades diárias.

Por se tratar de uma educação contextualizada, Pedagogia da Alternância permite que os estudantes aprendam com base em situações reais do seu cotidiano, facilitando a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos. Assim ao integrar práticas agroecológicas nos currículos escolares, a Pedagogia da Alternância promove o desenvolvimento de uma agricultura sustentável que respeita o meio ambiente e conserva os recursos naturais, reforçando a autonomia dos agricultores, permitindo-lhes tomar decisões mais assertivas.

A primeira ida à comunidade para o levantamento do projeto de pesquisa foi desafiador, primeiro por não conhecer a região do Baixo Amazonas, e segundo, vinda de uma experiência da transamazônica, por exemplo quando pensava propriedade produtiva, imaginava áreas de 100 hectares, então o campo de pesquisa mudou, encontro famílias que cultivam nos quintais de suas casas em um sistema agroecológico, mas que também apresentam dificuldades específicas para produzir em suas localidades, sendo a educação propulsora na continuidade de suas atividades.

A educação como um processo de transformação e emancipação humana, é aquela em que a escola incorpora as raízes culturais do campo como uma “herança coletiva que mobiliza e inspira lutas pela terra, pelos direitos, por um projeto democrático e também pede educação” (ARROYO; FERNANDES, 1999, p. 24). Neste contexto, Caldart fala da importância da educação do campo para a efetivação da agroecologia.

No Brasil, muitas das organizações que estão construindo a agroecologia são também as que constroem a Educação do Campo. O desafio de dar uma dimensão social (não apenas local) às práticas agroecológicas mostra a seus sujeitos a exigência da ampliação dos processos formativos. É preciso preparar todas as gerações de trabalhadores para a construção de uma agricultura que retorna a sua raiz camponesa sem retroceder no seu desenvolvimento histórico. Agroecologia ‘chama educação’. Precisa dela para seu avanço e por isso integra as lutas da Educação do Campo (CALDART, 2021, p. 358).

Como as experiências dos alunos participantes deste trabalho são resultados de práticas agroecológicas, é válido lembrar que a agroecologia tendo sua raiz indígena e camponesa, mantendo a relação: homem e natureza, visando à produção de alimentos saudáveis na construção de agroecossistemas que respeitam os ciclos de desenvolvimento da vida, pois seu surgimento se contrapõe ao desenvolvimento tecnológico que subordina a produção agrícola à lógica imediata do lucro (CALDART, 2021).

Assim, o ressurgimento contemporâneo da agroecologia⁸ se dá pela intensificação da agricultura que já no século XIX levava à exaustão dos solos. Nos anos 1980 o termo se popularizou, com a influência dos trabalhos de *Miguel Altieri* e de *Stephen Gliessman*, pesquisadores de universidades dos Estados Unidos, reconhecendo a agroecologia como “um conjunto de práticas agrícolas tradicionais e formas de organização desenvolvidas por camponeses e povos originários, especialmente na América Latina” (GUHUR; SILVA, 2021 p. 63).

Para Caldart a Educação do campo quanto territorialização da agroecologia acontece mediante processos educativos e processos de produção material da vida:

Educação do Campo em processos de territorialização da agroecologia é o da ligação orgânica entre processos educativos e processos de produção

⁸ O termo ‘agroecologia’ surgiu pela primeira vez em 1928, em um livro escrito por *Basil Bensin* (agrônomo russo) a qual descrevia o “uso de métodos ecológicos na produção comercial de cultivos”. No Brasil, o movimento de contestação às bases da modernização conservadora da agricultura ganhou força a partir da década de 1970 (GUHUR; SILVA, 2021 p.61).

material da vida; entre educação, trabalho, cultura e produção. Essa conexão integra a tradição pedagógica emancipatória em que a Educação do Campo se insere (CALDART, 2021, p.359).

E nesta ligação intrínseca entre processos educativos e práticas de produção material da vida, unindo educação, trabalho, cultura e produção de forma orgânica, que no presente capítulo, serão abordadas as experiências agrícolas concretizadas pelos alunos do curso de agroecologia através da Pedagogia da Alternância, nas comunidades de Membeca, Vila Amazonas e Guajará.

3.1 As comunidades Guajará, Membeca e Vila Amazonas

Para Folhes (2016) seus primeiros habitantes de área de várzea e terra firme foram os indígenas, onde viviam da pesca, da caça, produção de farinha, venda de cipó artesanatos (abanos, chapéus e peneiros), casca de plantas medicinais, extração de lenha para vender para os navios que trafegavam pela região.

De acordo com o Agente Comunitário de Saúde (ACS) da comunidade Guajará, esta tem aproximadamente 78 famílias, Membeca 52 famílias (ENTREVISTADO 01) e Vila Amazonas 49 famílias (ENTREVISTADA 03), tendo sua economia baseada na agricultura (fruticultura, produção de farinha e criação de animais) na pesca, funcionários públicos, beneficiários de bolsa famílias e aposentados.

Você deve estar imaginando como são as comunidades da pesquisa? Esta são rodeadas por casas simples, por plantações, e criações e no centro uma igreja que serve como ponto de encontro espiritual e social, uma escola de ensino regular, um posto de saúde, um barracão comunitário sendo o palco de festas, reuniões e celebrações tradicionais que mantêm viva a cultura local, um campo de futebol traz momentos de lazer. Então, nesse contexto que enxergamos um lugar cheio de vida, onde o cotidiano é marcado por uma forte conexão com a terra, respondendo aos desafios de produzir o que antes tinham com fartura em suas mesas.

Figura 8: Centro da comunidade de Guajará



Fonte: Grigório; Cesar, cedida pela entrevistada 09, 2024.

Assim como Guajará, as comunidades de Vila Amazonas e Membeca também se caracterizam, com um imenso rio a sua frente, o rio Amazonas, ao observar a escadaria da comunidade de Guajará à primeira vista que se tem é da sua grandiosidade, e também da engenharia dos 165 degraus da escadaria construída pelos moradores dando acesso aos barcos que por ali passam.

Figura 9: Escadaria na frente da comunidade de Guajará



Fonte: Pesquisa Direta, 2024.

Neste contexto, os moradores que têm seus cultivos na comunidade vivem seus desafios. Quando vi a escadaria pensei como seria escoar os cultivos via barco? Como seria se caso precisassem de água no período de seca para regar os cultivos? Visto que é um barranco na frente da comunidade e por sinal bem alto.

Consequentemente, observa-se a questão do assoreamento deste na encosta da comunidade de Guajará, é uma questão preocupante e citado por dois entrevistados (05; 07), de acordo com eles na comunidade era muito presente o lixo plástico na beira do rio, sendo uma própria resposta da natureza, em relação ao comportamento do ser humano.

Viver a beira do rio Amazonas deve ser uma experiência de profunda conexão com a natureza, na várzea época em que o rio apresenta o menor volume de águas dar-se lugar a um solo renovado cheio de fertilidade, beneficiando as plantações, já na enchente quando as águas do rio sobem e inundam vastas áreas da floresta, as casas sobre palafitas se mantêm e a pesca se intensifica, e as famílias que tem casas na comunidade retornam com suas criações, e assim o ciclo natural nos ensina a resiliência com a natureza. Contudo o trabalho de pesquisa refere-se as práticas agrícolas realizadas no centro da comunidade.

3.1.1 Perfil dos alunos do curso de agroecologia da CFR

O quadro abaixo mostra sobre o perfil dos alunos do curso de agroecologia. Os participantes concluintes do curso de Agroecologia receberam um código de identificação numeral com faixa etária 34 a 58 anos de idade, quatro destes tem escolaridade superior, onde relatam que tiveram que sair da comunidade para estudar o ensino médio e a formação superior, outros tentaram mais acabaram voltando para comunidade sem concluir.

Quadro 4: Perfil dos Participantes, alunos concluintes do curso de agroecologia

Código do Participante	Idade	Gênero	Comunidade	Escolaridade	Principal fonte de Renda
Entrevistado 01	49	M	Membeca	Ensino Médio	Pesca/Agricultura
Entrevistado 02	38	F	Membeca	Ensino Médio	Agricultura
Entrevistado 03	54	F	Vila Amazonas	Ensino Superior	Professora
CONTINUA					

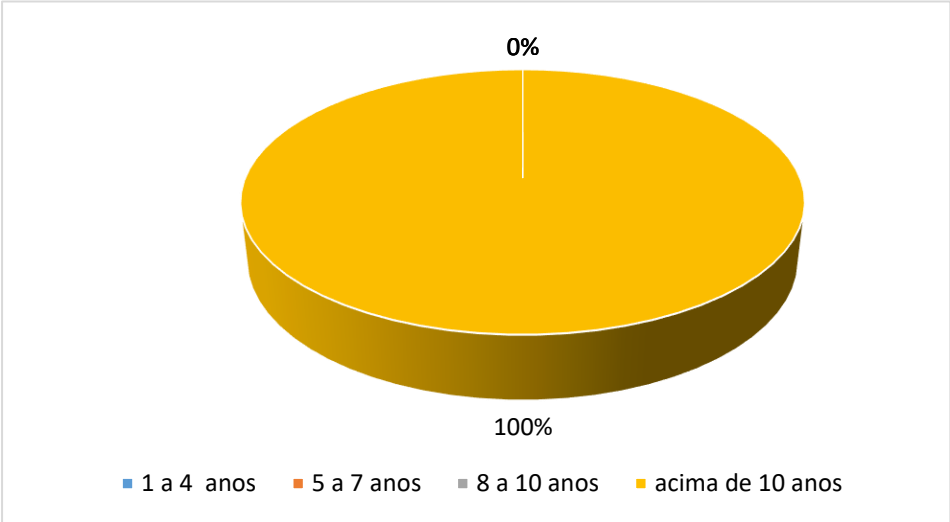
Entrevistado 04	34	F	Vila Amazonas	Ensino Médio	Agricultura
Entrevistado 05	58	M	Guajará	Ensino Superior	Diretor da escola/Criação de aves Agricultura
Entrevistado 06	36	F	Guajará	Ensino Médio	Agricultura
Entrevistado 07	57	F	Guajará	Ensino Médio	Auxiliar adm. da escola/Criação de aves
Entrevistado 08	54	F	Guajará	Ensino Superior	Professora temporária
Entrevistado 09	38	F	Guajará	Ensino Superior	Professora efetiva/Agricultura

Fonte: Pesquisa Direta, 2024.

Quanto a principal fonte de renda, observa-se que quem é funcionário público destaca que o trabalho realizado na escola de ensino regular (seja como professor, diretor ou auxiliar administrativo) é o mais importante e consequentemente a agricultura, isso na comunidade de Guajará e uma entrevistada da Comunidade de Vila Amazonas os demais destacam a agricultura como sendo a principal fonte de renda.

São pessoas que tem uma história comunitária e de envolvimento com o lugar, como mostram os dados acima, estes residem na propriedade a mais de 10 anos, participando de iniciativas comunitárias para melhorar a qualidade de vida da comunidade, os que tem formação superior saíram para estudar mais voltaram e hoje contribuem ensinando as crianças da comunidade, visto que são professores da educação básica.

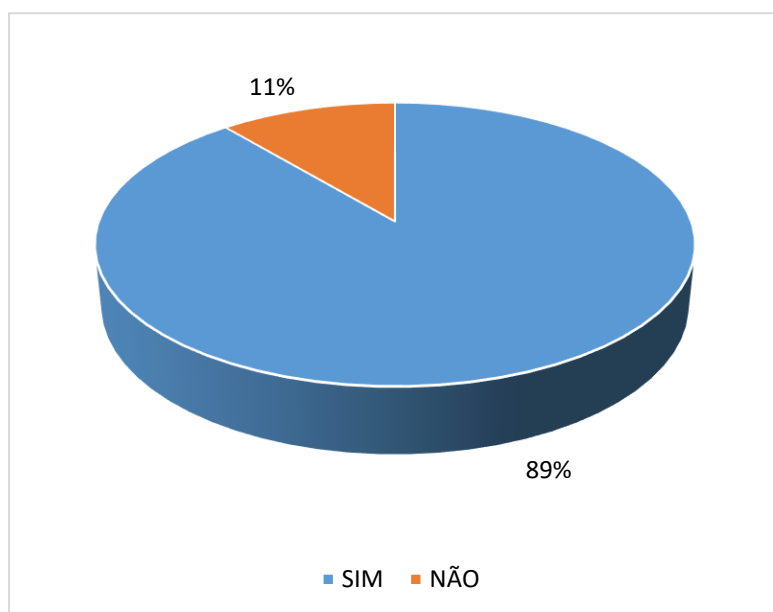
Gráfico 1 – Tempo que vive em sua propriedade.



Fonte: Pesquisa Direta, 2024.

A maioria dos participantes, 89% são associados a alguma forma de organização, seja associação de moradores da comunidade, sindicatos ou cooperativas como: Sindpesca, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém, Sindicato dos Profissionais das Instituições Educacionais da Rede Pública Municipal de Santarém – SINPROSAN, Cooperativa dos Trabalhadores Agroextrativistas do Oeste do Pará (Acosper) e 11% responderam que não são associados.

Gráfico 2 – Sócio em alguma organização.



Fonte: Pesquisa Direta, 2024.

A organização social da comunidade representa o interesse dos moradores, e a luta por melhores infraestruturas e serviços, promovendo práticas ambientais responsáveis e oferecendo apoio em momentos de necessidade. Além disso, organiza eventos e atividades que fortalecem os laços comunitários e mantém vivas as tradições locais, “as pessoas se junta para fazer os trabalhos comunitário de forma voluntária inclusive toda quarta feira, aqui tem a prática do puxirum (mutirão), fizemos 15 roçados esse ano em forma de puxirum, todos se juntam e se ajudam” (ENTREVISTADA 08)

Segundo Caldart (2021), a Educação do Campo é uma forma de luta coletiva que se centra na educação, mas não se dissocia de outras lutas fundamentais para a vida, como a luta pela terra, pelo trabalho, pela cultura, pelo alimento, pela saúde e pela participação política.

Figura 10: Alunas do curso de Agroecologia



Fonte: Entrevistada 09, 2023.

A imagem fornecida pela entrevistada 09, ilustra o envolvimento práticas de cultivo, como plantios de mudas para Sistemas Agroflorestais (SAF's). Essa representação não apenas captura o engajamento dos jovens no aprendizado prático, mas também evidencia o compromisso da instituição com a formação integrada ao campo. É um testemunho visual da importância da educação contextualizada e da Pedagogia da Alternância, que não apenas educa, mas prepara os alunos para

contribuir de maneira significativa e sustentável para suas comunidades e para a agricultura familiar.

As entrevistas com os nove alunos realizadas nas comunidades de Membeca, Vila Amazonas e Guajará, revelam como educação da CFR aliado as práticas agroecológicas podem promover a autonomia, a sustentabilidade das prosperidades rurais, contribuindo significativamente para o desenvolvimento local, com atividades que não só preservam o meio ambiente, mas também fortalecem a economia e a coesão social das comunidades.

3.2 Dados e análises das entrevistas com alunos do curso de agroecologia

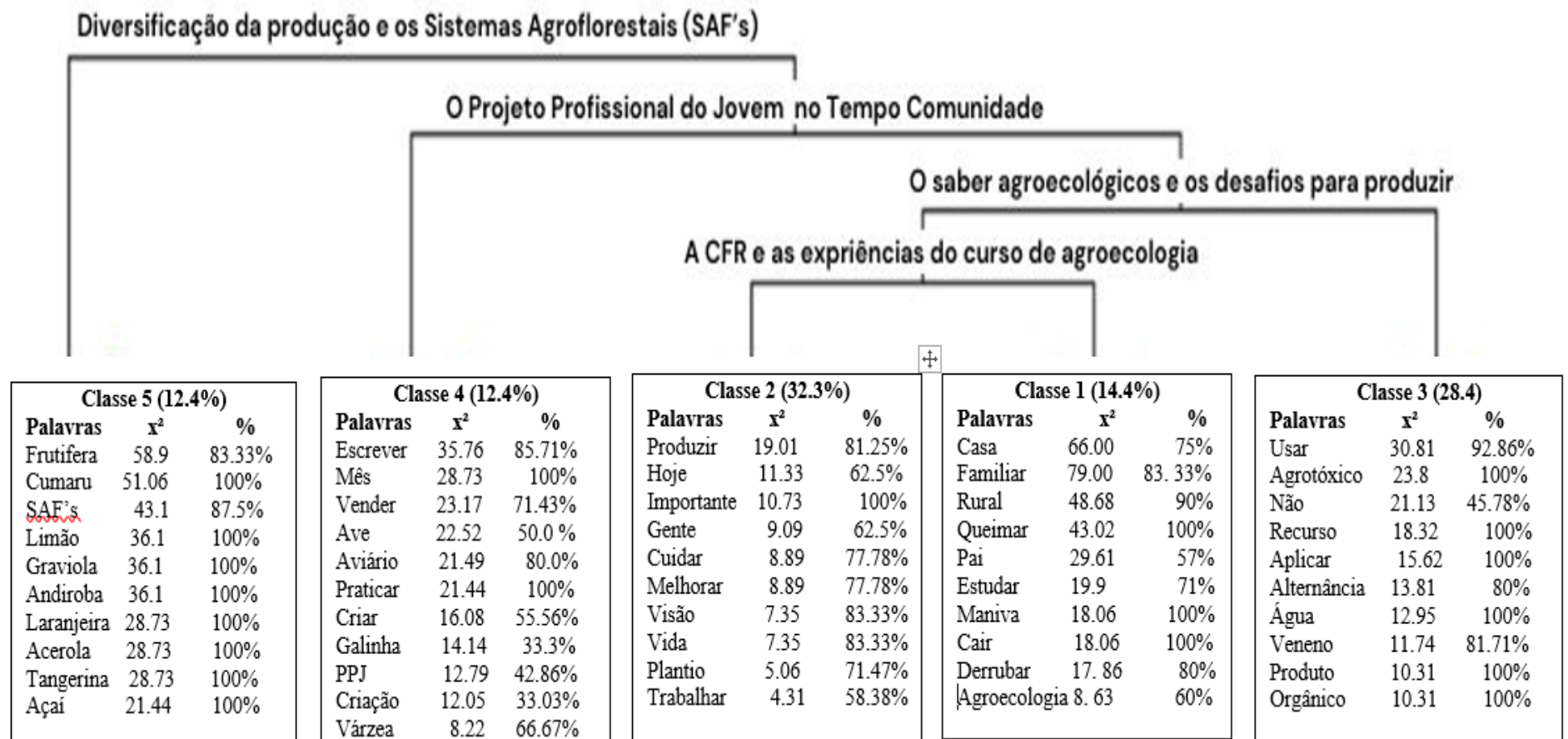
A partir da Classificação Hierárquica Descendente (CHD) das entrevistas dos alunos, obteve-se 201 segmentos classificados em 80, 40% de retenção de texto, resultando no dendrograma abaixo, mostrando como foram agrupadas as 5 classes representadas por quatro categorias, trazendo assim a percepção dos alunos do curso de agroecologia sobre as práticas agrícolas sustentáveis no Tempo Comunidade.

A primeira categoria é a **diversificação da produção e os Sistemas Agroflorestais (SAF's)**, representada pela Classe 5 com 12.4% de retenção entre os vocábulos, esta destaca o cultivo de plantas frutíferas consorciadas com plantas da floresta, onde vem sendo implementado o Sistema Agroflorestal (SAF's) em algumas propriedades dos alunos.

Consequentemente, o **Projeto Profissional do Jovem (PPJ) no Tempo Comunidade** elenca os desafios da escrita para a formalização dos PPJ's, bem como a execução destes, principalmente na criação de aves, uma prática comum entre os entrevistados (Classe 4 com 12.4%). Já a terceira fala sobre **o saber agroecológico e os desafios de produzir**, onde os alunos através da Pedagogia da Alternância, passam a adotar práticas agrícolas sustentáveis, evitando o uso de agrotóxicos em seus cultivos (classe 3 com 28.4%),

Portanto, a categoria **Casa Familiar Rural e as experiências do curso de agroecologia** dá ênfase sobre inserção de novas práticas de cultivar e produzir, uma combinação de conhecimentos tradicionais e conhecimento técnico (classe 2 com maior retenção de palavras 32.3%), evidenciando a importância do curso de Agroecologia da Casa Familiar Rural na mudança de atitudes dos alunos em relação ao cultivo agrícola e ao meio ambiente (classe 1 com 14.4%).

Figura 11: Dendrograma (CHD) – Percepção dos alunos do curso de agroecologia sobre as práticas agrícolas sustentáveis no Tempo Comunidade

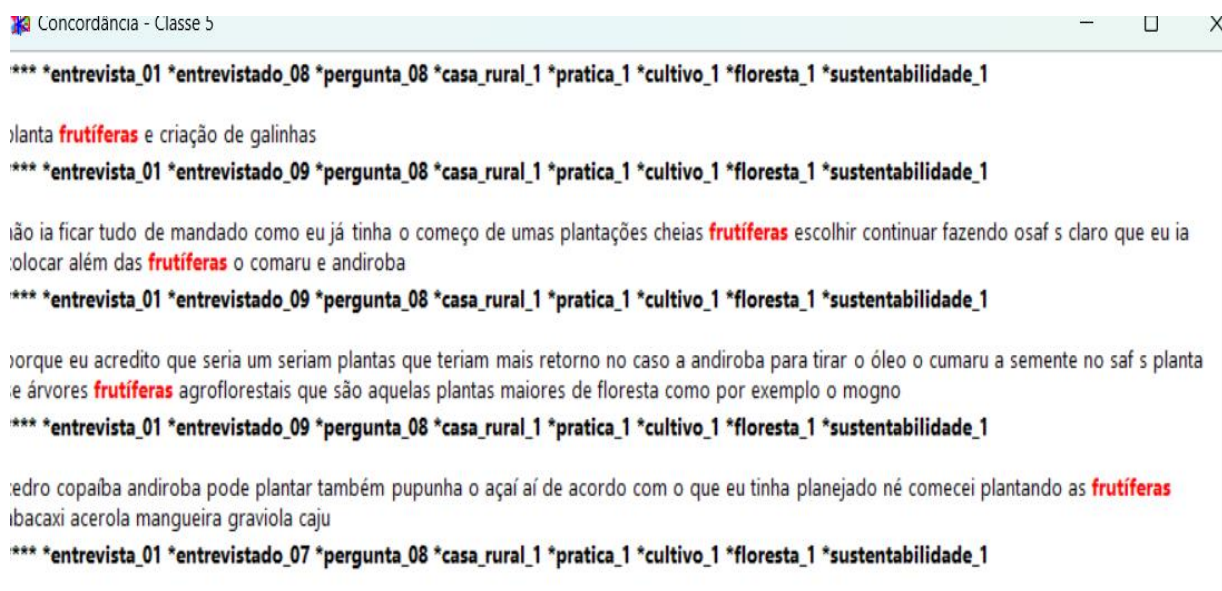


Fonte: Pesquisa Direta, 2024.

A priori, as categorias revelam integração entre teoria e prática do curso de agroecologia da CFR, bem como os desafios e as conquistas dos alunos, e a importância de uma abordagem agroecológica para a sustentabilidade agrícola das comunidades do campo, promovendo a sustentabilidade e a disseminação desses saberes.

A partir de então serão analisadas com mais ênfase as categorias mencionadas acima, utilizando os dados de concordância lexicográficas das palavras⁹ com maior frequência apresentadas em cada classe, como mostra a figura a seguir.

Figura 12: Concordância das palavras mais frequentes



Fonte: Pesquisa Direta, 2024.

Antes de analisar a percepção dos alunos do curso de agroecologia é fundamental compreender do que se trata as práticas agrícolas sustentáveis aqui mencionadas, como de fato acontece o trabalho no campo no contexto da valorização dos saberes locais e a implementação de estratégias que respeitam e se adaptam às condições específicas de cada comunidade, promovendo o equilíbrio entre a produção agrícola e a preservação do meio ambiente e qualidade de vida das famílias.

3.3 Percepção dos alunos do curso de agroecologia sobre as práticas agrícolas sustentáveis no Tempo Comunidade

⁹ De acordo Santos e Barros (2017) na CHD uma palavra é significativa para a classe quando o Qui-Quadrado (χ^2) é maior que 3.84, no entanto, foi selecionada a dez primeiras palavras de cada classe com maiores frequências e concordância na análise do dendrograma.

Para linha de chegada a agricultura sustentável não está na sua 'produção da produção', mas na 'produção da consciência', ou seja, a principal contribuição não está na criação de novas tecnologias conhecida como alternativas ou sustentáveis, mas na criação de uma nova consciência social a respeito das relações do ser humano com a natureza (SILVA, 1995).

Como buscar o equilíbrio dinâmico com o ser humano e a natureza, harmonizando os diferentes e a sustentabilidade do bem viver? (GADOTTI, 2008), neste sentido a agroecologia adota práticas que valorizem a diversidade cultural e biológica, conservando e resgatando o conhecimento tradicional das populações locais, é uma ciência que o manejo dos sistemas agrícolas, promove uma agricultura mais sustentável, (SAMBUICHI *et al*, 2017).

Na agroecologia, a preservação e ampliação da biodiversidade dos agroecossistemas é o primeiro princípio utilizado para produzir com sustentabilidade, pois a grande diversidade de espécies desenvolvendo-se simultaneamente em policultivos, prevenindo pragas e evitando sua proliferação entre indivíduos da mesma espécie, que ali se encontram relativamente isolados uns dos outros. (ALTIERI, 2004).

Assim, a sustentabilidade do bem viver é uma abordagem holística que busca criar uma consciência social sobre a relação do ser humano com a natureza. Ela critica a forma tradicional de desenvolvimento tecnológico que subordina a produção agrícola à lógica do lucro imediato e promove uma transformação histórica da agricultura baseada em princípios ecológicos e culturais. Este modelo valoriza a vida em todas as suas formas e busca uma coexistência pacífica e sustentável com o meio ambiente.

Neste contexto a sustentabilidade é uma temática que para os agricultores, estudiosos e programas do governo compreendem e tratam de uma maneira distinta. E você o que pensa e sente sobre as expressões Agricultura Familiar Sustentável? Suas características? Os cultivos? Em relação a toda cadeia produtiva dos cultivos e suas implicações na vida daqueles que querem viver com dignidade no campo? (BRASIL, 2010, p.14).

Para Mascarenhas, Santos e Marques (2022), é possível sonhar essa realidade e colocá-la em prática mediante uma educação para emancipação. Para os movimentos sociais a agroecologia pode contribuir com uma nova forma de viver no campo, pautada em uma pedagogia libertadora.

Só uma compreensão mais profunda da ecologia humana dos sistemas agrícolas pode levar a medidas coerentes com uma agricultura realmente sustentável. Assim, a emergência da agroecologia como uma nova e dinâmica ciência representa um enorme salto na direção certa (ALTIERI, 2004, p.16).

Para Fagundes e Bock (2019) o processo de ensino-aprendizagem do homem do campo na Pedagogia da Alternância, tem o potencial de desenvolvimento integrativo, para uma educação libertadora direcionada para autonomia do povo do campo, estando mais próximos das questões justas e equitativas, quanto a busca da emancipação humana.

A emancipação humana se inscreve no processo de emancipação política, social, cultural e especialmente humana, para Frigotto (2021, p.385) baseia-se em uma concepção “ser humano, de ciência ou conhecimento e de ação prática ou práxis transformadoras das relações de classe que obstaculizam ou limitam não apenas a satisfação de suas necessidades vitais”. Pensamento inerente a de Arroyo e Fernandes (1999) quanto a emancipação humana.

Neste sentido, a Educação do Campo valoriza a cultura e os saberes ancestrais dos povos do campo, bem como o modelo de produção agrícola sustentável e a agroecologia harmoniza essa prática educativa, “fundamenta-se na abordagem do campo e na produção agrícola do cuidar da natureza, do ser social, político e econômico que é o humano” (MACARENHAS; SANTOS; MARQUES, 2022, p. 99).

A agroecologia nasceu como crítica à forma de desenvolvimento tecnológico que subordina a produção agrícola à lógica imediata do lucro, “que justifica a depredação da natureza e a artificialização insana dos processos produtivos”. Esta reúne “conhecimentos científicos diversos, relações sociais, lutas políticas e práticas educativas”, pois a agroecologia tem raiz indígena e camponesa, mantendo a relação: homem e natureza, visando à produção de alimentos saudáveis na construção de agroecossistemas que respeitam os ciclos de desenvolvimento da vida, em sua diversidade (CALDART, 2021, p. 357).

A abordagem agroecológica incentiva os pesquisadores a adentrar no conhecimento e nas técnicas desenvolvidas pelos agricultores para fazer agroecossistemas, pois a “produção sustentável em um agroecossistema deriva do equilíbrio entre plantas, solos, nutrientes, luz solar, umidade e outros organismos

coexistentes” (ALTIERI, 2004, p 24), sendo produtivo e saudável quando essas condições de crescimento.

Do ponto de vista agroecológica, os Sistemas Agroflorestais (SAFs) são formas de “uso da terra que combinam a produção de culturas agrícolas e/ou animais com espécies florestais, simultaneamente ou em sequência, na mesma área”, sistema que busca conciliar o aumento de produtividade e a rentabilidade econômica e a preservação da natureza ambiental, melhorando a qualidade de vida das populações que vivem no campo. Assim a utilização sustentada dos recursos naturais acompanhada a uma menor dependência de insumos externos resulta em uma “maior segurança alimentar e econômica não apenas para os agricultores, mas também para os consumidores” (FRANCO, 2021, p. 24).

A estrutura complexa dos agroecossistemas tradicionais diminui as perdas por ação de pragas, através de uma variedade de mecanismos biológicos. O consorciamento de distintas espécies ajuda a criar habitats para os inimigos naturais das pragas, bem como hospedeiros alternativos para as mesmas. (ALTIERI, 2004, p.32)

Os estudos de práticas agroecológicas em agricultura familiar, apontam que a utilização de adubo orgânico e controle alternativo de pragas são as principais práticas adotadas, bem como a rotação de culturas, no cultivo das culturas de subsistências, consorcio de cultura, cobertura morta, controlando as plantas daninhas, doenças e pragas, proporcionando a recuperação, manutenção e melhoria dos recursos naturais, podendo resultar no aumento da produtividade (VALENTE; OLIVEIRA; VIEIRA, 2016).

A agroecologia é uma ciência que procura imitar os processos que ocorrem na natureza, orientando a prática e a adoção de tecnologias para os cultivos agrícolas sem romper o equilíbrio ecológico. No entanto, o agricultor na maioria das vezes não recebe tais orientações de como fazer essa prática, daí a importância da educação do campo das quais regem os princípios básico, fazer da agroecologia uma aliada da agricultura familiar (CALDART 2021)

Nesta abordagem, que vamos compreender como os alunos do curso de Agroecologia das Casa Familiar Rural das comunidade pesquisada fazem a sustentabilidade agrícola, mediante suas relações com a terra e a natureza durante o Tempo Comunidade do curso de agroecologia, verificando se estes aplicam os princípios da agroecologia que valorizam a biodiversidade, o conhecimento tradicional

e a convivência harmônica com o meio ambiente, indo além das questões econômicas imediatas, contribuindo para a equidade social.

3.3.1 Diversificação da produção e os Sistemas Agroflorestais – SAF's

Os participantes da entrevista cultivam diversas plantas frutíferas em suas propriedades, (limão, cacaueiro, cupuaçu, banana, coqueiro, goiaba, acerola, graviola, abacateiro, manga, abacaxi, mangueira, açaí, caju), macaxeira, plantas medicinais, horta com o típico canteiro de cebolinha e cheiro verde etc. e que aplicam os conhecimentos técnicos aprendido na CFR, “minhas plantas frutíferas tenho uma área 31x31 tento fazer do jeito que aprendi na escola plantei agora cacau, goiaba e acerola, ai já tinha graviola e ata e já deu frutas aí tem banana, coqueiro” (ENTREVISTADA 02).

A palavra ‘frutífera’ no *corpus textual* representa a importância e a diversidade das plantas que produzem frutos na comunidade, das quais contribuem para o sustento das famílias com a inserção de práticas agroecológicas e sustentáveis.

A partir do curso de agroecologia da Casa Familiar Rural destacam-se quatro experiências iniciais com Sistema Agroflorestal - (SAF's) em áreas que variam de tamanhos chegando aproximadamente de 100x80, onde alguns remanejaram suas pequenas áreas.

Plantam frutíferas consorciadas com o replantio plantas da floresta como: mogno, cedro, copaíba, andiroba, cumaru etc. “Meu é o SAF's Sistema Agroflorestal este ano a gente ampliou bastante ele tinha só as frutíferas né, esse ano a gente conseguiu colocar mais de duzentos pés de cumaru, ele está bem diversificado e bem maior também” (ENTREVISTADA 04), também faz referência que plantio já tem comprador certo a 120,00 reais o kg.

Em uma perspectiva agroecológica, os Sistemas Agroflorestais (SAF's) são formas de uso da terra que assentam com a produção de culturas agrícolas, animais e espécies florestais, respectivamente em uma mesma área, conciliando o aumento de produtividade sem prejudicar o meio ambiente e concomitantemente melhorando a qualidade de vida das comunidades rurais (FRANCO, 2021).

Para este autor essa prática é vantajosa para a agricultura familiar aumentando a produção de alimentos saudáveis e proporciona benefícios econômicos

e ambientais. A fala abaixo expõe sobre a escolha das árvores florestais plantadas junto as frutíferas:

Porque eu acredito que seria plantas que teriam mais retorno no caso a andiroba para tirar o óleo o cumaru a semente, no SAF's planta-se árvores frutíferas, agroflorestais que são aquelas plantas maiores de floresta como por exemplo o mogno” (ENTREVISTADA 09).

Assim, o conhecimento agroecológico é indissociável a boas prática de cultivo desde a escolha das espécies a serem plantadas, considerando suas necessidades de nutrientes, água, luz e espaço (altura, diâmetro e tipo de copa), características cuidadosamente combinadas com adubação natural (esterco de animais e restos de folhas ou matéria orgânica), pois não é simplesmente sair plantando, e sim conhecer as formas de ter um chão fértil, quando é preciso podar, como controlar as pragas sem agredir o meio ambiente, para então colher bons frutos.

Antes não tinha conhecimentos de remédio natural pras pragas que causa nas plantas como em hortaliças, graviola, nos citros, laranjeiras a gente plantava assim e por aí ficava e dava broca dava essas doenças da planta (ENTREVISTADA 06).

Com a diversificação da produção, cabe elencar que por si diminuem o problema com insetos e doenças, atraindo inimigos naturais contra as “pragas” e equilibra a oferta de alimento para os insetos, controlando as infestações (ALTIERI, 2004).

A agrofloresta busca da harmonia com as atividades agrícolas e os processos naturais específicos das comunidades pode proporcionar a variedade de produtos, a segurança alimentar, a sustentabilidade ambiental, o aumento da fertilidade do solo e a redução gradual dos custos de produção tornando a agrofloresta uma excelente opção de prática produtiva para a agricultura familiar local (FRANCO, 2021).

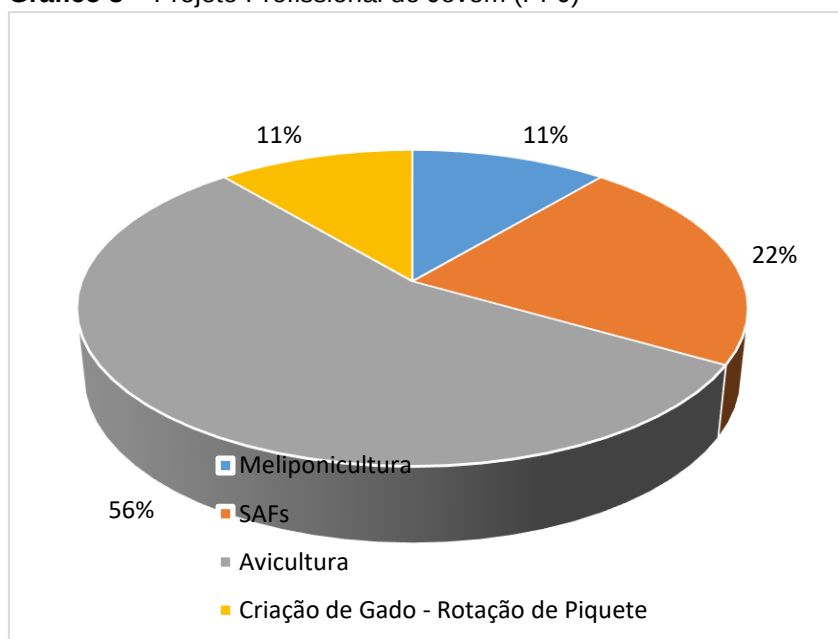
No entanto, das quatro experiências de SAF's implementadas nas comunidades, dois são resultados do Projeto Profissional do Jovem o (PPJ). No tópico a seguir apresenta a importância do planejamento bem como os desafios e perspectivas na elaboração e execução dos PPJ's.

3.3.2 O Projeto Profissional do Jovem do Jovem (PPJ) no Tempo Comunidade

No início dos estudos os alunos recebem orientações de como elaborar um sobre o Projeto Profissional do Jovem (PPJ), este é um instrumento pedagógico da Pedagogia da Alternância, este instiga o aluno a conhecer melhor a realidade social, econômica, cultural e política, é a elaborando de um projeto que faça parte de seus objetivos de vida, sendo aplicado na sua comunidade ou fora dela (ANTUNES; MASSUCATTO; BERNARTH, 2014, p.12), sendo que estes devem apresentar no final do curso.

Assim, no início da formação cada um escolheu um Projeto Profissional do Jovem (PPJ) para devida elaboração e implementação no tempo comunidade, como mostra o gráfico abaixo, a maioria com 56% escolheu a criação de aves, 22% aproveitaram os espaços com frutíferas e optaram pelo Sistema Agroflorestal (SAF's), 11% criação de abelhas sem ferrão e 11% a criação de gado com manejo rotacionado de piquete.

Gráfico 3 – Projeto Profissional do Jovem (PPJ)



Fonte: Pesquisa Direta, 2024.

A escrita para a formalização dos Projetos Profissionais dos Jovens, foi um desafio, alguns enfrentaram dificuldades para escrever por questões pessoais no decorrer do curso, como gravidez e falta de tempo (ENTREVISTADAS 02; 06), outros priorizam a prática do PPJ em vez de se concentrar na elaboração escrita. Na implementação dos Projetos de avicultura encontraram dificuldades financeiras para

a construção do aviário e divisão dos piquetes, os que não conseguiram fazer a estrutura criam as aves solta mesmo, pois é uma atividade comum entre eles.

A dificuldade da escrita pode estar relacionada também a redução dos dias de alternância e visitas no tempo comunidades pelos professores monitores, “era muito pouco as alternâncias era só as sextas, sábado e domingo uma vez no mês” (ENTREVISTADO 03). A coordenadora da CFR do Lago Grande exemplifica que sem o apoio do Estado, faltava profissionais, que na maioria das vezes eram voluntários, e uma das estratégias para não parar foi a reorganização das alternâncias, mas refletiu também na evasão dos alunos da turma.

Alguns entrevistados visualizam o PPJ apenas como um instrumento avaliativo no final do curso “o curso ensina de tudo um pouco para nós, de ave, de planta, o PPJ é apenas para você apresentar, mais não vai impedir de você fazer outras atividades” (ENTREVISTADA 09). Contudo, mesmo diante as especificidades de cada projeto, observa-se que quando planejados e detalhados por escrito tendem a alcançar resultados mais expressivos.

Apesar dos desafios, os resultados práticos de cultivos e criações são notáveis, contribuindo com a alimentação saudável na subsistência familiar até mesmo a venda do excedente. Cabe destacar também que o SAF's e o projeto de manejo de piquete para criação de gado em terra firme a qual se diferencia da criação de gado extensivo, aponta resultados positivos em relação as questões ambientais, como técnicas inovadoras na comunidade de Guajará, Membeca e Vila Amazonas.

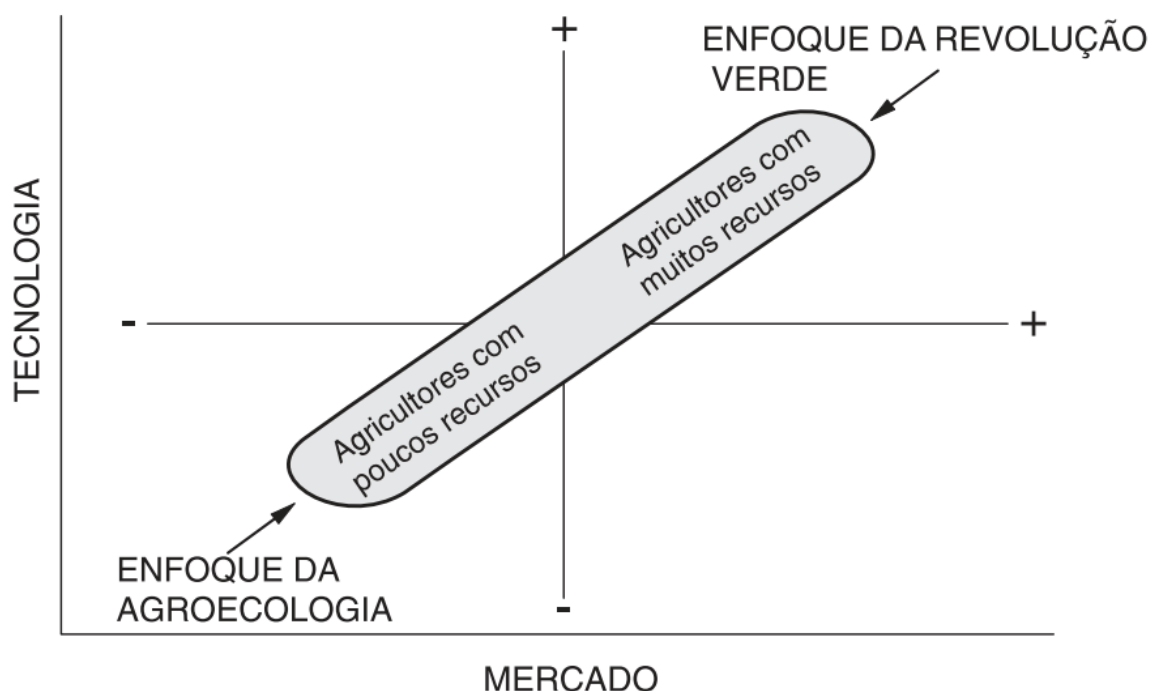
Para Altieri (2004, p. 54) “o pastejo rotativo é uma maneira eficaz de constantemente proporcionar alimento ao gado, possibilitando a rápida recuperação da pastagem e a distribuição uniforme do esterco no solo”.

Estes aprenderam a diversificar a sua produção usando os recursos da propriedade melhorando a subsistência familiar, e contribuído também para alimentação saudável daqueles que a consomem. Para Altieri (2004), a agroecologia da ênfase nos agricultores com poucos recursos, isto é, aqueles que têm o menor acesso aos insumos tecnológicos e poucas relações com o mercado, vendo estes agricultores como o ponto de partida para uma estratégia para a sustentabilidade agrícola, sendo oposto do agronegócio.

A figura abaixo mostra que ao contrário da Revolução Verde que prioriza o aumento da produtividade agrícola com uso intensivo de insumos, estabelecendo uma dependência significativa de mercados e tecnologias externas das quais favorecem

apenas grandes produtores, o enfoque agroecológico tem busca a autonomia dos pequenos agricultores e uma menor dependência desses insumos externos, valorizando a integração social e econômica das comunidades rurais.

Figura 13 – Agricultores em relação à tecnologia e aos mercados.



Fonte: Altieri, 2004.

Neste sentido, as experiências de criação de galinhas agroecológica são essenciais para promover a sustentabilidade ambiental, a saúde animal e a segurança alimentar, sublinhando a importância da alimentação saudável, “financeiramente em vez de você tá comprando uma galinha um frango cheio de hormônios você está comendo uma alimentação natural não só para você, mas também pode vender para outra pessoa” (ENTREVISTADA 07).

No sistema agroecológico de criação de galinhas caipiras, as aves são criadas soltas em piquetes, onde se alimentam de plantas, frutos, resíduos das plantações, insetos, entre outros. Esse tipo de alimentação proporciona uma dieta rica e reduz os custos com a compra de rações, diminuindo os gastos da criação. Nas figuras abaixo mostram a estrutura de um aviário e o fornecimento de alimentação alternativa para criação de aves em um espaço cercado, nesse espaço será plantado plantas para que durante o dia elas saiam para pastar.

Figura 14 – Aviário

Fonte: Pesquisa Direta, 2024.

Figura 15 – alimentação alternativa para as aves

Fonte: Pesquisa Direta, 2024.

Esta entrevistada fala de uma das técnicas aprendidas que é o cercado em volta do aviário (piquete), oferecendo qualidade para a carne da galinha visto que estas saem para pastar sem correr o risco de perdê-las no campo “meu projeto é a criação agroecológico de aves do Guajará, vejo é que qualquer pessoa pode criar galinha mais não tinha técnica, as galinhas iam embora pro campo” (ENTREVISTADA 07).

A cama do aviário (esterco), quando bem curtida, serve como adubo para as plantas. Essa prática destaca a relação benéfica entre a criação de galinhas e o cultivo de plantas, promovendo um ciclo sustentável em que os resíduos da criação são reaproveitados para melhorar a fertilidade do solo e aumentar a produtividade das culturas.

Ao mesmo tempo, que os alunos desenvolvem atividades que respeitam as questões ambientais, também mostram o aspecto educacional de conscientização comunitária “as fezes das galinhas dá pra fazer o adubo para as plantas, meu objetivo era mostrar para a nossa comunidade como é que podemos criar sem agressão ao meio ambiente, para doação dos festejo da comunidade e vender também” (ENTREVISTADA 07).

O objetivo em mostrar à comunidade como criar galinhas sem agredir o meio ambiente reforça o papel educacional dessa prática, incentivando a adoção de métodos mais ecológicos e responsáveis, quanto a produção destinada aos festejos comunitários e a venda local fortalece os laços comunitários e a economia local,

evidenciando que a sustentabilidade pode ser alcançada de forma integrada e benéfica para todos os envolvidos.

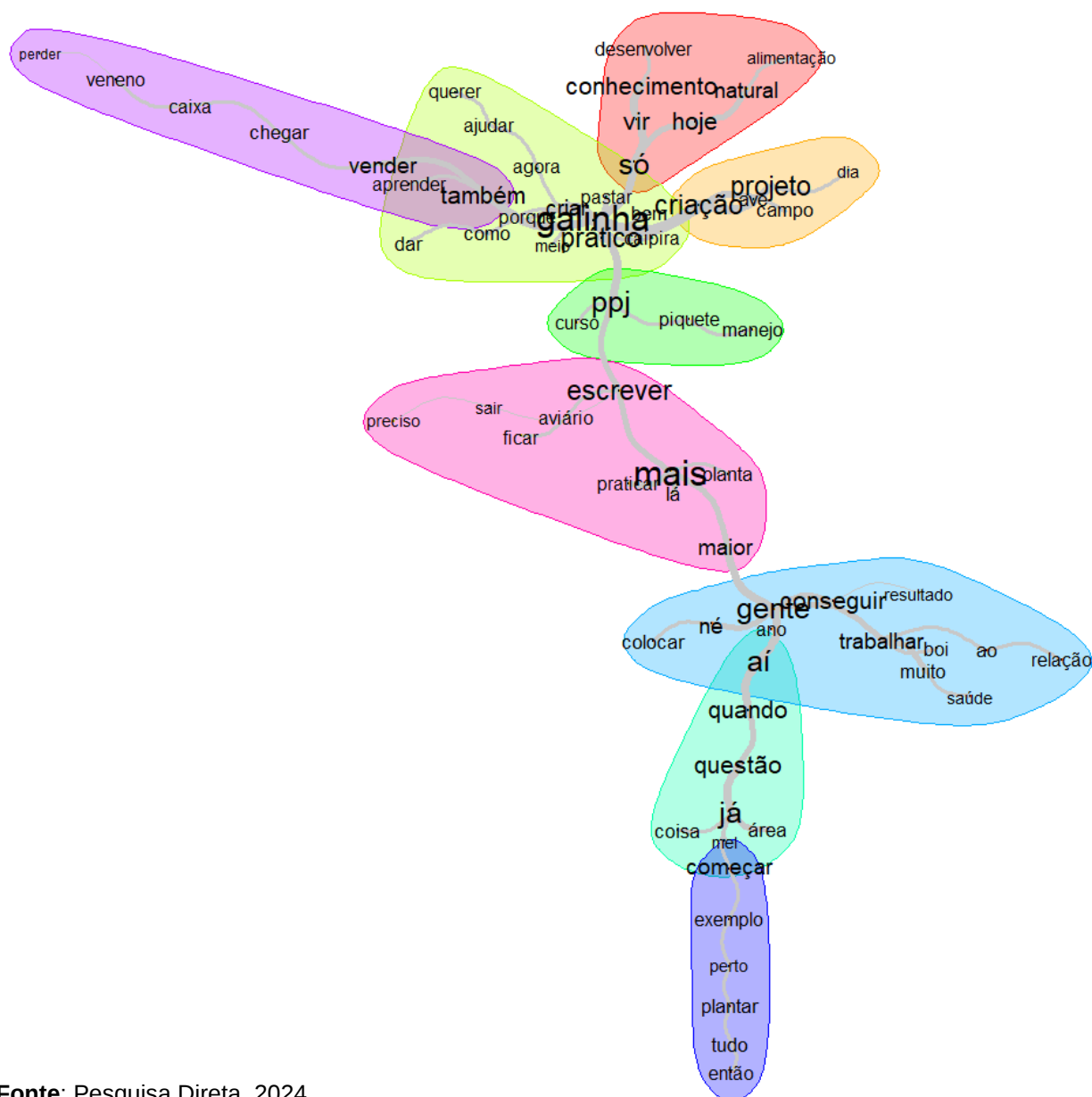
Para tanto, o conhecimento técnico permite ampliar a criação e oferecer um produto saudável como ovos e aves para o consumo local, contribuindo com a subsistência e renda familiar, “esse mês fiz mais de mil reais com criação de galinha” (ENTREVISTADA 08). A experiência do entrevistado destaca como a criação agroecológica pode ser uma atividade autossuficiente, rentável e alinhada com as necessidades do mercado local.

Eu gosto de criar animais e com esse estudo ajudou porque agora tenho meu aviário quando essas estão saindo as outras estão crescendo eu não fico sem elas aí ligam para mim, quero dez galinhas preparo e envio pagam no PIX e nem preciso sair daqui (ENTREVISTADO 05).

Em síntese, a análise de similitude (figura 16) referente ao subcorpus sobre questão 07 onde os alunos falam sobre os Projetos Profissionais do Jovem (PPJ's), destaca-se claramente a associação dos termos à criação de ‘galinhas’, evidenciando o desafio da escrita dos PPJ's em relação ao conhecimento prático realizados na propriedade inerentes a criação de animais (ave, bovino e abelha) e plantios.

Como vimos anteriormente a maioria dos PPJ são de criação de aves em sistema agroecológico. Conhecimento que tem ajudado na subsistência das famílias e geração de renda. Exatamente o que exemplifica a análise de similitude, no entanto a criação galinha está associada ao conhecimento prático, uma preferência em relação a escrita dos PPJ.

Figura 16 – Análise similitude subcorpus/PPJ



Fonte: Pesquisa Direta, 2024.

A análise dos resultados mostra que, apesar das dificuldades financeiras e de infraestrutura, os alunos conseguem aplicar os conhecimentos adquiridos, especialmente na criação de aves e sistemas agroflorestais. Os PPJ's proporcionaram uma base prática para a sustentabilidade e a diversificação da produção, contribuindo para a subsistência familiar e geração de renda. No entanto, a formalização escrita dos projetos e a necessidade de apoio contínuo destacam-se como desafios a serem superados para garantir o sucesso e a continuidade dessas iniciativas.

A agroecologia e a educação do campo demonstram seu potencial em promover uma agricultura sustentável e integrada às realidades locais, reforçando a importância de um planejamento bem estruturado e da valorização do conhecimento tradicional. Neste contexto, é importante compreender a relação entre a agroecologia e a educação do campo e de que forma a prática dos cultivos sustentáveis acontecem?

No manejo dos recursos produtivos destaca-se a diversificação com rotações e sequência em um sistema misto de plantio e criação de animais, reciclando nutrientes e matéria orgânica: esterco, urina, restos de folhas, casca de pau etc., sem uso de insumos químicos. Todavia, esse não é o único objetivo da agroecologia, pois a sustentabilidade não é possível sem a preservação da diversidade cultural que nutre as agriculturas locais, a qual este conhecimento pode resultar em estratégias produtivas multidimensionais de uso da terra, e a autossuficiência alimentar das comunidades (ALTIERI, 2004).

Para Caldart (2021) a educação do campo e agroecologia não supõem padronização de métodos, pois interagem com cada realidade por meio de alguns princípios básicos, e um deles é ligação orgânica entre processos educativos e processos de produção material da vida e o outro é a diversidade, pois as pessoas constituem suas formas de luta, de trabalho e de cultura, representando as experiências acumuladas de interação com o meio ambiente.

Assim, a prática dos cultivos sustentáveis na agroecologia integra-se à educação, incluindo o uso de técnicas que maximizem a biodiversidade, a rotação de culturas e a integração de animais, sempre com a preocupação de manter a saúde do solo e do ambiente como um todo, um caminho onde o conhecimento tradicional das comunidades e a inovação agroecológica devem caminhar juntas, promovendo sustentável agrícola que seja inclusivo e equitativo.

3.3.3 O saber agroecológico e os desafios para produzir

A agroecologia, como toda produção humana, deve ser compreendida dentro do contexto das relações sociais e de seu desenvolvimento histórico, embora o termo tenha ganhado destaque no século XX, suas raízes estão nas práticas agrícolas dos povos originários e camponeses, que ao longo de gerações identificaram, domesticaram, selecionaram e conservaram espécies desenvolvendo

ferramentas, técnicas de produção que configuraram agroecossistemas adaptados a diversas condições, em um processo de coevolução com a natureza (GUHUR; SILVA, 2021).

Entretanto, esse modo tradicional de apropriação do ecossistema presente na agricultura se transformou significativamente a partir da revolução industrial e científica, com a consolidação do capitalismo e a integração da agricultura no processo de reprodução do capital, modificando essas relações de produção do ser humano e a natureza, pois um conhecimento que era produzido e compartilhado pela cultura e pela relação íntima com os ciclos ecológicos se tornou artificial e se transformou em mercadoria. (FERRARI; SILVA; SILVA, 2021).

Os povos da floresta são os moradores tradicionais da Amazônia, como indígenas e seringueiros, que sustentam seu modo de vida através da extração de recursos naturais como borracha, seringa, óleos vegetais, além de praticarem caça, pesca e agricultura de subsistência (PIRES, 2012), aquelas pessoas que habitam a comunidades a algum tempo que visam a qualidade de vida sem agredir o meio ambiente “como os meus pais não usavam agrotóxico aí deu certo com o que o curso que traz essa mesma linguagem de tradição antiga” (ENTREVISTADA 07).

Infelizmente vivemos em uma era em que as práticas de cultivos convencionais como a monocultura exemplifica a “contradição entre agronegócio e natureza” (CASTRO; SANTOS, 2021), pois o desequilíbrio ambiental impacta também o cultivo do agricultor familiar, as pragas, as doenças findam por se afugentar os seus cultivos, e se estes quando não têm o conhecimento técnico de combater-las com alternativas orgânicas, vai parar de produzir seu próprio sustento, ou passa a utilizar o veneno colocando em risco sua condição de sobrevivência ou em outros casos vendem sua terra.

Neste contexto, o curso de agroecologia com a metodologia da Pedagogia da Alternância trouxe mudanças resgatando o olhar dos seus antepassados que cultivavam sem veneno “mudou principalmente a questão do uso da terra do solo, tentando ajudar o solo mais fraco contribuindo com o orgânico e a gente consegue usar termos mais técnicos (ENTREVISTADO 01).

Para este entrevistado a comunidade de Membeca não perdeu a tradição aprendida com os pais em relação produção de farinha e que hoje está fazendo um trabalho mais técnico a ‘produção de farinha orgânica’, pois não usa mais a tintura na farinha e assim agrega valor no que produz.

A imagem abaixo mostra a família fazendo farinha de mandioca artesanal o processo pode até ser parecido com o industrial, mais aqui não tem equipamentos sofisticados e nem produção em grande escala, quando cheguei para realizar a entrevista a mandioca já estava descascada e lavada, enquanto faziam a prensa da massa esfarelada no Tipiti (uma espécie de espremedor de palha trançada usado para escorrer e secar raízes de mandioca, um objeto muito usual por povos indígenas e ribeirinhos na região amazônica) os outros fazia o processo de torração da farinha.

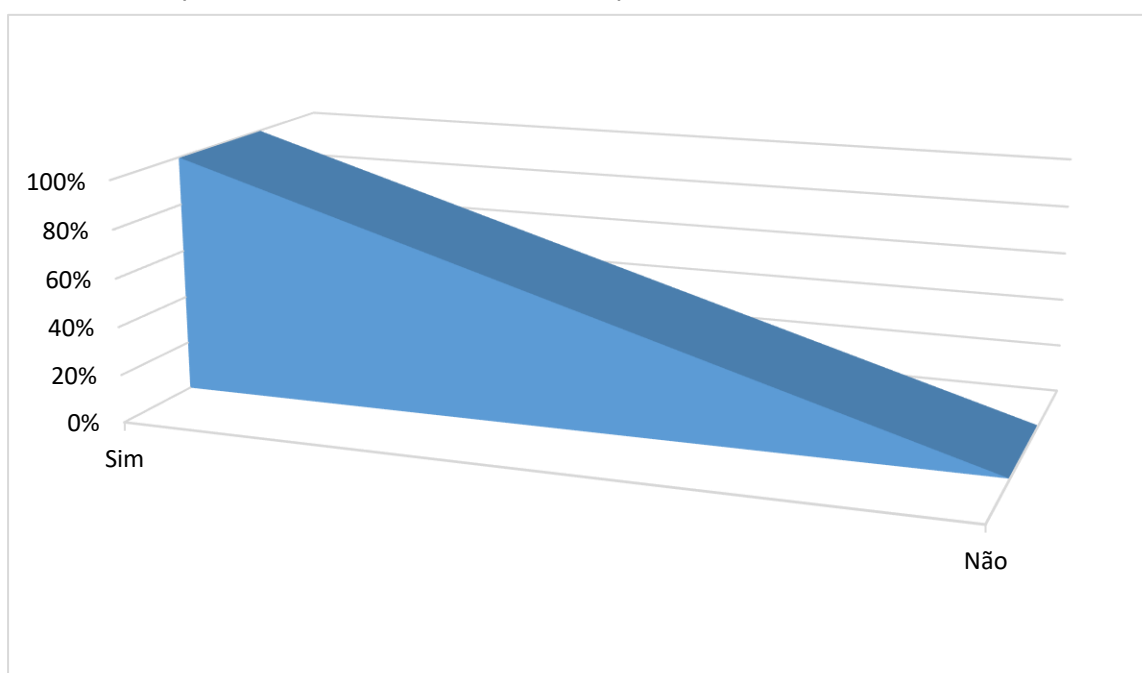
Figura 17 – Preparo da farinha de mandioca



Fonte: Pesquisa Direta, 2024.

A prática sempre foi realizada, um conhecimento passado de geração, no entanto, já não era mais que nem o pai fazia, pois usavam tinturas, hoje com os conhecimentos técnicas aprendidas no tempo escola na CFR e implementadas em suas experiências no tempo comunidade já não usam a tintura para da cor a farinha, produzindo com mais consciência e qualidade. Quando questionado aos alunos se estes aplicavam as aprendizagens da CFR em seus cultivos agrícolas e criações, todos respondem que sim.

Gráfico 4 – Aplica os conhecimentos da CFR nas práticas de cultivos



Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Para esta entrevistada o diferencial da Pedagogia da Alternância está relacionado ao conhecimento prático:

O que mais encantava era colocar a mão na massa, esse é o diferencial porque nas escolas comum a gente não tem, a partir desse conhecimento eu como professora eu já tento introduzir aos poucos de levar as crianças para fazer um canteirinho (ENTREVISTADA 09).

A fala da entrevistada destaca integração entre teoria e prática na educação do campo da Casa Familiar Rural, um diferencial significativo em relação ao ensino tradicional. O 'encanto' refere-se ao envolvimento direto dos alunos com a terra e os processos de cultivo, permitindo uma aprendizagem ativa e experiencial

ausente nas escolas comuns. A entrevistada (09) que é professora da escola regular e leva suas experiências práticas para ensinar as crianças da comunidade a cuidar de pequenos canteiros, despertando senso de responsabilidade e conexão com a natureza.

Com o curso de agroecologia por meio da Pedagogia da Alternância as práticas de cultivos não são as mesmas, “antes do curso a gente usava mesmo veneno, que a gente chama de Mirex, mas agora a gente está mudando a realidade (ENTREVISTADO 04). De acordo com os alunos, Mirex trata-se de um inseticida utilizado para o controle de formigas cortadeiras/saúvas, no entanto, atualmente usam alternativas orgânicas para fazer o controle ao ataque de formigas (saúva), como por exemplo o tucupí, urina da vaca e a folha da mamona.

Passaram a adotar métodos e técnicas que beneficiem a saúde das plantações e criações “aí nós fizemos um produto lá óleo detergente e a gente vai aplicar, mas a gente não usa agrotóxico” (ENTREVISTADO 01). A percepção sobre o uso de agrotóxico e as queimadas mudaram no sentido de reconhecer que são prejudiciais à saúde humana e a natureza.

As queimadas, ocorrem como um pretexto de abertura de áreas nativas, ocasionando o desmatamento ilegal e a maior parte desta degradação é causada com justificativas do desenvolvimento do sistema que assinala o atual meio de produção de alimentos, o agronegócio (CASTRO; SANTOS, 2021). Por isso a importância da educação do campo no sentido de orientar o agricultor familiar frente a estas questões, considerando seu modo de viver, os cultivos e tradições no sentido de fortalecer a comunidade, com uma preposta de ensino articulada com as formas de produzir e viver em comunidade.

Mesmo diante da falta de apoio do Estado as famílias na medida do possível arcaram com os custos para o estudo e implementação dos PPJ's, onde dão ênfase que a “CFR não tem recurso financeiro para os PPJ's só orientação técnica mesmo, a questão financeira tem que depender de mim agricultora” (ENTREVISTADO 02). Apesar disso, a visão de sustentabilidade adquirida no curso de agroecologia ajuda as comunidades a perceberem que possuem potencial suficientes para subsistência, necessitando comprar apenas o básico na cidade para seu sustento.

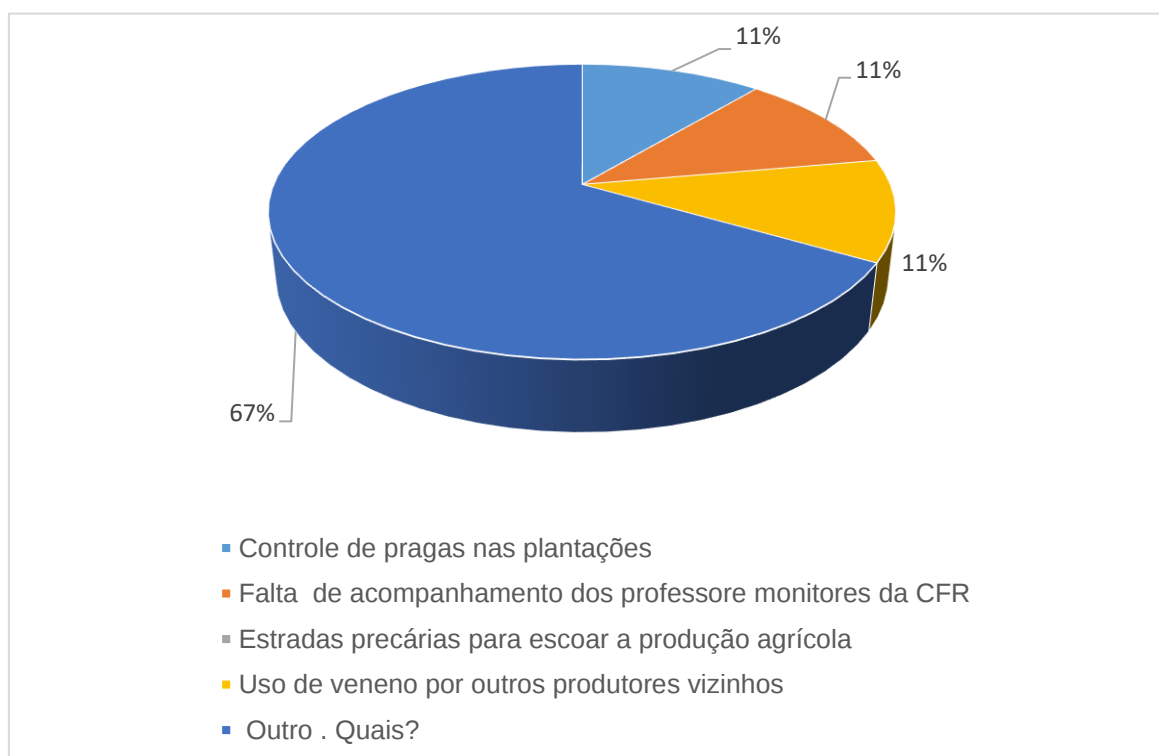
A “Pedagogia da Alternância com o curso de agroecologia contribui com a sustentabilidade quando a gente aprende que devemos cuidar da terra e aos poucos vamos levando isso para a comunidade” (ENTREVISTADO 02), esta é vista como um

instrumento para multiplicar o saber e aplicar na prática os ensinamentos baseados nos princípios agroecológico, que envolve uma preocupação com o uso sustentável da terra, no entanto, os desafios vão além da questão financeira.

Quando questionados sobre as dificuldades em relação aos cultivos agrícolas e criação de animais, os entrevistados mencionaram os seguintes pontos: uso de veneno por produtores vizinhos com 11%, essa questão relaciona-se a uma situação específica do PPJ de um aluno que chegou a perder seu projeto de criação de abelhas nativas “e cheguei a ter 17 caixas de abelhas eu estava crescendo foi avante bem rápido aí quando a gente estava montando as caixas que era pra dobrar a quantidade foi o período que fizeram a aplicação do veneno” (ENTREVISTADO 01);

Controle de pragas nas plantações 11%, mas que consegui combater com alternativas orgânicas; 11% a falta de acompanhamento dos professores monitores e 67% respondem que são outras questões, destacando a falta de recursos financeiros e a falta de água nas comunidades.

Gráfico 5 – Principais dificuldades para o cultivo agrícola



Fonte: Pesquisa Direta, 2024.

Este último refere-se às dificuldades de disponibilidade água, que é precário na comunidade em virtude de problemas no poço, pois recebem água um dia sim outro não e isso afeta a rega das plantações, pois no verão muitos deles perderam produção, visto que nessa época a rega se intensifica “plantamos várias plantas frutíferas com esse verão morreram demais, a seringueira esta como sombra temos o abacateiro temos cacaueiro, cupuaçu, laranjeira, manga e etc.” (ENTREVISTADO 03).

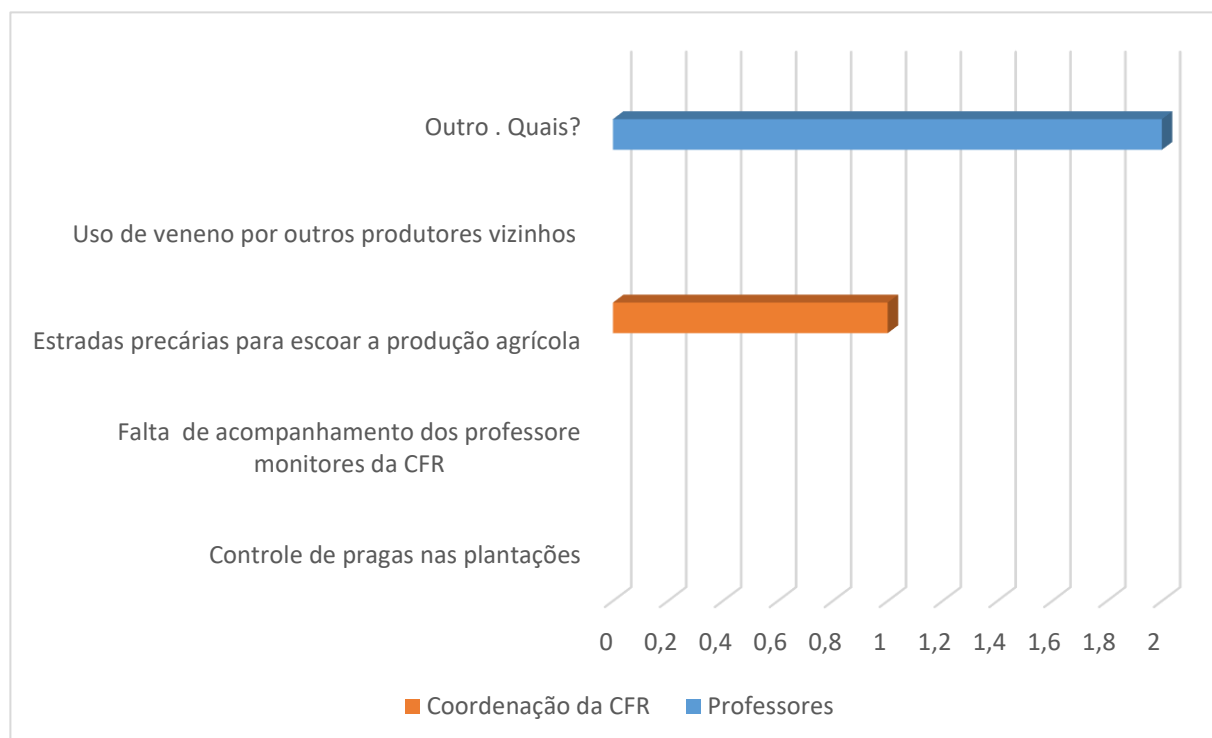
É de conhecimento notório que as mudanças climáticas ocasionado pela destruição da natureza tem prologado e intensificado a estiagem na Amazônia, fenômeno que afeta diretamente as práticas agrícolas, pois no período da estiagem o viável seria adotarem um sistema de irrigação para não comprometer o desenvolvimento dos cultivos, sendo necessário recursos para resolverem a situação do poço e implementarem o sistema de irrigação.

As formas de cultivo e práticas que evitam o uso de agrotóxico e adubo químico priorizam a saúde, tanto do solo quanto dos consumidores na produção de alimentos saudáveis é extremamente relevante, no entanto, mesmo havendo a mudança na forma de plantar seguindo os princípios agroecológicos, vimos que as práticas de cultivo do outro interferem nas plantações ou criações, como é o caso da criação racional de abelhas nativas citada anteriormente, onde o vizinho passou o veneno na sua área de plantação matando as abelhas do entrevistado 01.

As abelhas têm um raio de ação (500m a 1,5Km) para visitar as flores para coletar pólen e néctar, fazendo um bem para a natureza que é o serviço de polinização, mas quando estão em contato com o veneno, enfraquece o enxame susceptível ao seu fim, e assim, esse é um exemplo que cada vez mais se torna um desafio produzir de maneira sustentável.

Quanto as questões do gráfico acima, na visão dos professores monitores que acompanham as experiências práticas dos alunos, citam que são outras questões, essas outras se resumem em todas as questões citadas (controle de pragas nas plantações, falta de acompanhamento dos monitores, estradas precárias, uso de veneno por outros produtores vizinhos, somando a falta de água e principalmente a questão financeira). Já para a coordenação da CFR, esta cita que a dificuldade está nas estradas precárias para escoar a produção.

Gráfico 6 – Principais dificuldades para o manejo agrícola na visão dos professores e coordenação da CFR



Fonte: Pesquisa Direta, 2024.

O fazer agroecológico é importante para superar tais desafios, com uma abordagem integrada e holística da agricultura, ligada a educação do campo que tem um papel fundamental permitindo que os agricultores locais recuperem e inovem suas práticas de cultivo, capacitando os agricultores com conhecimento técnico, mas também reforçando a importância da preservação ambiental e da autossuficiência das comunidades rurais na produção de alimentos saudáveis.

3.3.4 A Casa Familiar Rural e as experiências do curso de agroecologia

O curso de agroecologia da CFR por meio da pedagogia da alternância trouxe técnicas que valorizam a biodiversidade e permitem a produção de alimentos saudáveis nas comunidades em pesquisa. Neste contexto "produzir" no *corpus* textual refere-se ao cultivo de alimentos e criação de animais de forma sustentável, aproveitando o conhecimento tradicional combinado com conhecimentos técnico direcionado as práticas agroecológicas para melhorar a qualidade de vida nas comunidades rurais.

Enfatizam que antes da Casa Familiar Rural, os cultivos que poderiam ser produzidos na propriedade eram comprados na cidade, como por exemplo, o cheiro verde, o refrigerante invés do aproveitamento da polpa para fazer o suco natural, o pão ao invés da tapioca, como posto neste fragmento pelo entrevistado 09, a qual faz referência ao café da manhã oferecido a pesquisadora.

Tudo que a gente queria na cidade um cheiro verde vai comprar na cidade, uma couve, é como a gente diz a gente não produz tudo, mas a gente está tentando né, então por exemplo, olha hoje não tinha nenhum pão né, mas tinha o que? tinha uma tapioca que é produzido aqui na comunidade e tem uma banana para fazer o mingau no lugar do refrigerante (ENTREVISTADA 09).

Produzir é saber o que está comendo e isso reflete no bem-estar e na qualidade de vida das famílias, “antes comprava frango de granja hoje como galinha e ovos caipira até minha pressão controlou, pois, tudo natural faz bem” (ENTREVISTADO 05).

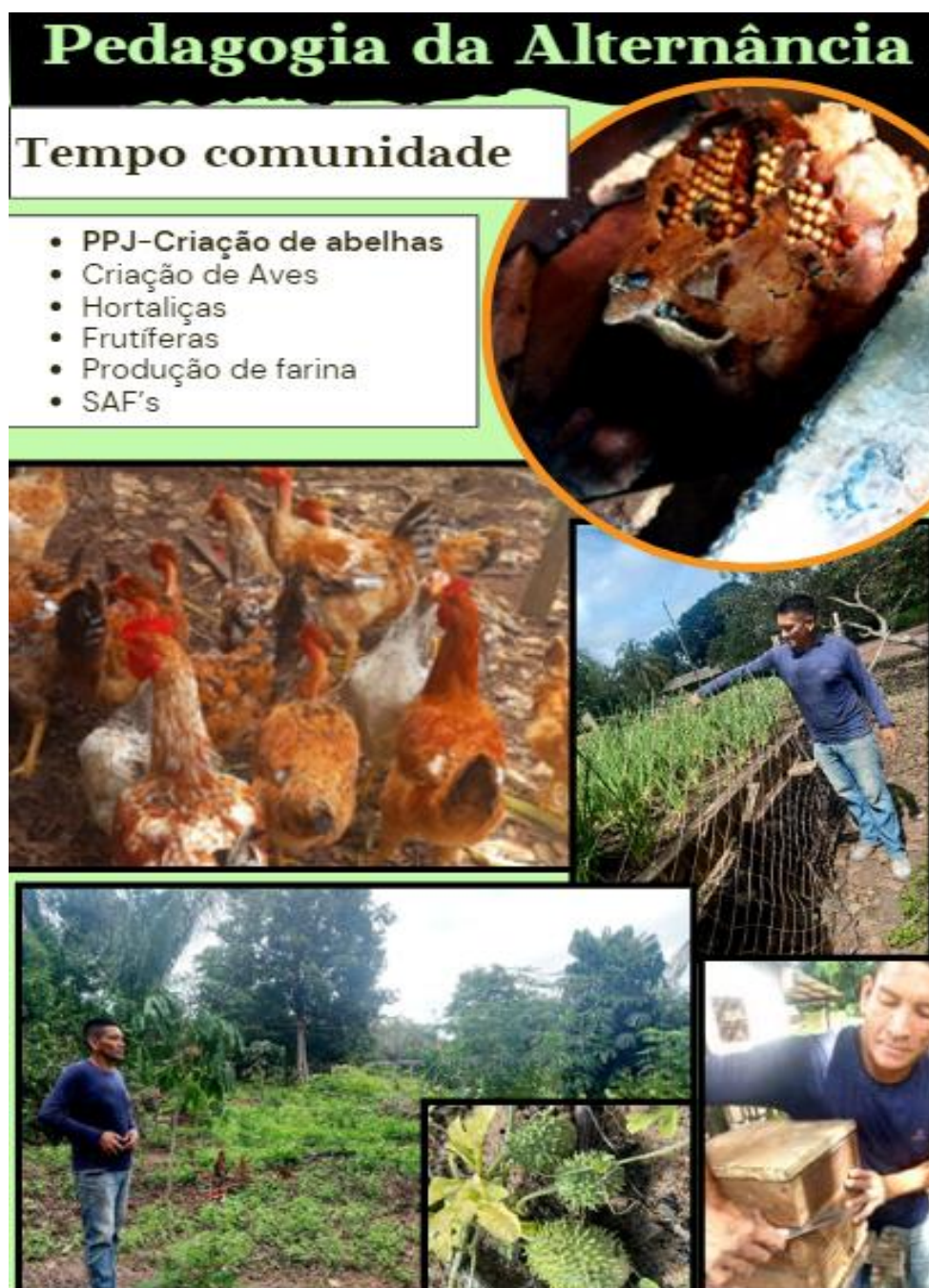
Nas visitas práticas realizadas pela pesquisadora nas propriedades observou-se a coerência do que se disse em entrevistas com o presenciado na prática, pois atualmente, eles produzem de forma diversificada em pequenos espaços que poderia chamar de chácara ou fundo de quintais “tenho várias espécies e um pedaço bem pequeno de terra então isso pra mim foi muito importante porque a gente plantava como se a terra fosse pouca pra gente ter grande quantidade né, e hoje eu vejo que não é, basta organizar a área e saber produzir” (ENTREVISTADO 04).

No contexto das visitas realizadas em cada propriedade após as entrevistas, oportunizou mostrar as experiências realizadas pelos participantes, podendo você também fazer sua análise visual além dos dados encontrados que estão sendo aqui contextualizados. Este momento denomina-se de Tempo Comunidade, refere-se as práticas de cultivos e criações além do Projeto Profissional do Jovem (PPJ) que estão desenvolvendo hoje, como destaca o conjunto de imagem referente a cada visita.

3.3.4.1 Tempo comunidade – Das experiências de cultivo e criações

O tempo comunidade é o memento em que o aluno desenvolve juntamente com sua família as atividades de cultivos ou pequenas criações de animais, veja a seguir o registro das experiências do entrevistado 01.

Figura 18 – Registro dos cultivos e criações - entrevistado 01



Fonte: Pesquisa Direta, 2024.

Nos registros é possível notar que este entrevistado produz além da farinha de mandioca para seu sustento, pois cria galinha caipira com estrutura de aviário, abelhas para produção de mel com caixa racional para sua criação, horta e SAF's recentemente plantado, uma inovação da forma de produzir na comunidade trazida pelo curso de agroecologia.

No seu cultivo ele fala do feijão porco¹⁰ e sua importância para nitrogenar o solo, visto que é uma leguminosa utilizada como fonte de adubação verde e cobertura do solo consorciado com a andiroba, graviola, maracujá e outros.

Depois dos registros realizados na visita, a manhã já tinha passado e era hora de seguir, mas recebi o convite para almoçar, e não deixaria de relatar o que tinha na mesa? Galinha caipira e um suco natural, e a farinha crocante e o melhor sem corante, talvez você esteja se perguntando aonde quero chegar com essa conversa, mas após a análise desta pesquisa você entenderá.

Agradecida pelo que vi, logo ao lado cheguei na casa da próxima entrevistada 02, esta não trabalha com o SAF's mas tem suas plantas frutíferas, na criação de aves não foi possível construir o aviário conforme PPJ, mas cria solta mesmo, e tenta colocar as técnicas aprendidas na CFR para produzir, para ela não se trata de simplesmente plantar, mas de produzir e de olhar para uma fruteira por exemplo, e enxergar um fruto saudável para comer e isso exige conhecimento técnico sobre como fazer a adubar a orgânica, poda, enxertia etc.

Para adubar a terra reaproveitam o estrume natural dos animais (cama de aviário, esterco de bovinos e até mesmo as folhas que antes queimavam) e evitando o uso de fertilizantes químicos preservando a biodiversidade, “dá pra gente produzir sem produtos químicos e ao mesmo tempo conseguir alternativas para continuar produzindo” (ENTREVISTADA 02).

¹⁰ O feijão-de-porco é uma planta que promove cobertura do solo e adubação verde, controlando a proliferação de plantas invasoras e incorporando matéria orgânica no solo mantendo a sua fertilidade (ALVARENGA et al., 1995; DUARTE JÚNIOR; COELHO, 2008).

Figura 19 – Registro dos cultivos e criações - entrevistado 02

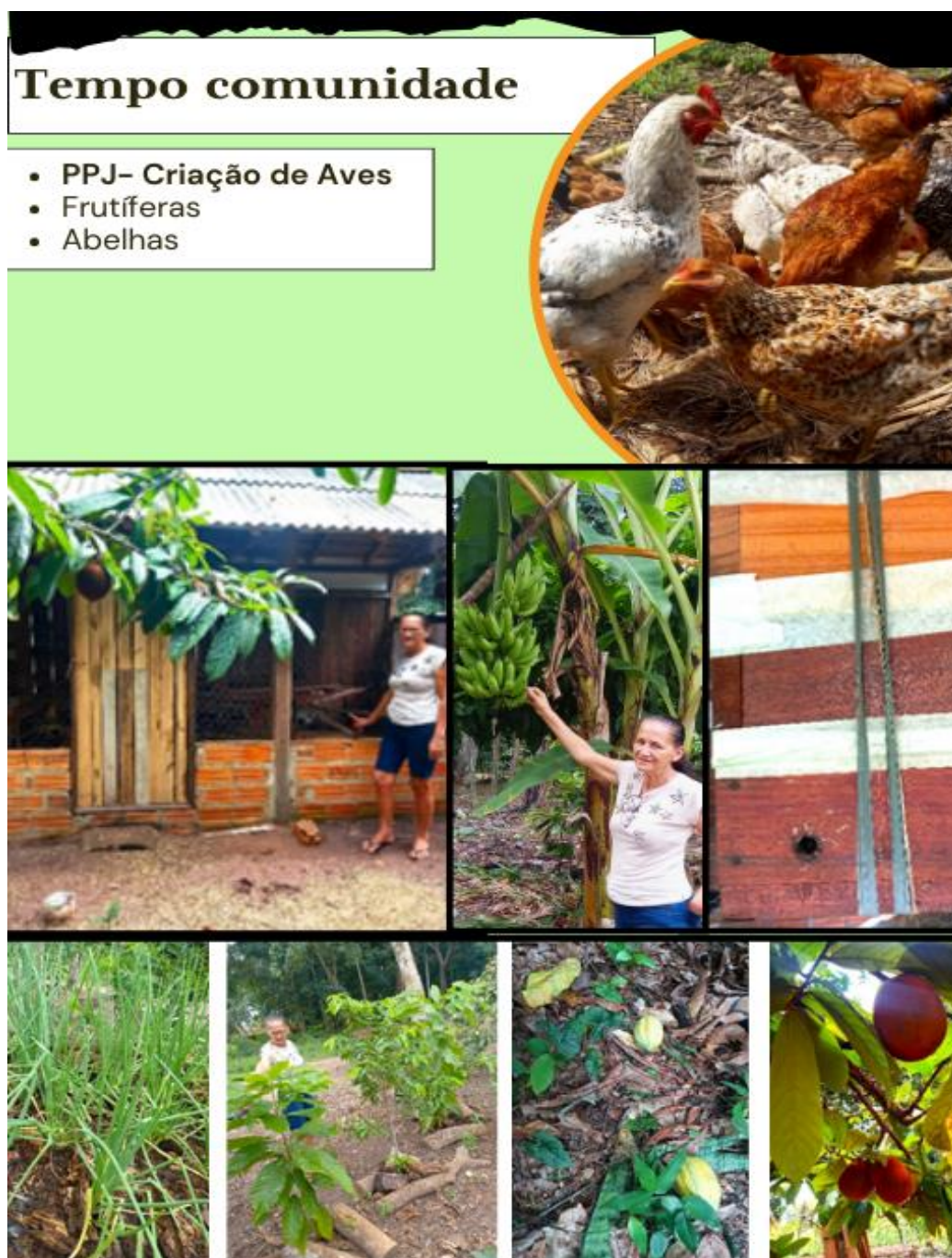


Fonte: Pesquisa Direta, 2024.

Na comunidade de Membeca foram entrevistados dois alunos (as), e assim seguiu mais quinze minutos de moto até a próxima comunidade: Vila Amazonas a qual foi entrevistado mais 2 alunos (as), as imagens abaixo mostram que além de ser professora da comunidade de Guajará do ensino regular, a entrevistada 03 desenvolve criações de ave com estrutura adequada, várias caixas de abelhas sem

ferrão e cultivos de frutíferas, como o cacau, banana, cupuaçu etc., um canteiro com cheiro verde.

Figura 20 – Registro dos cultivos e criações - entrevistado 03.



Fonte: Pesquisa Direta, 2024.

Para ela o que foi investido no PPJ no caso a construção do aviário, ainda não havia retorno, o que percebi é que esta tem dificuldade comercializar suas

criações, pois a quantidade de aves que esta tinha no aviário dava para cobrir o investimento e comprar outro lote.

Os registros da entrevistada 04, apresentam sua criação de aves, algumas caixas de abelhas nativas e o PPJ de Sistema Agroflorestal, a qual planta acerola, açaí, banana, milho e principalmente o cumaru e que este ano plantou mais de cento e trinta pés deste, afirma também que seu companheiro realiza trabalho com algumas cabeça de gado na várzea.

Figura 21 – Registro dos cultivos e criações - entrevistado 04



Fonte: Pesquisa Direta, 2024.

E assim seguimos até Guajará por alguns minutos. No dia seguinte o caminho foi até a escola de ensino regular onde os entrevistados desta comunidade trabalham, a qual tiraram um tempo para contribuir com a pesquisa. O entrevistado 05, filho desta comunidade mostra com empolgação o que faz nas horas vagas da escola que é o PPJ de criação de aves e os cultivos de frutas no fundo do quintal.

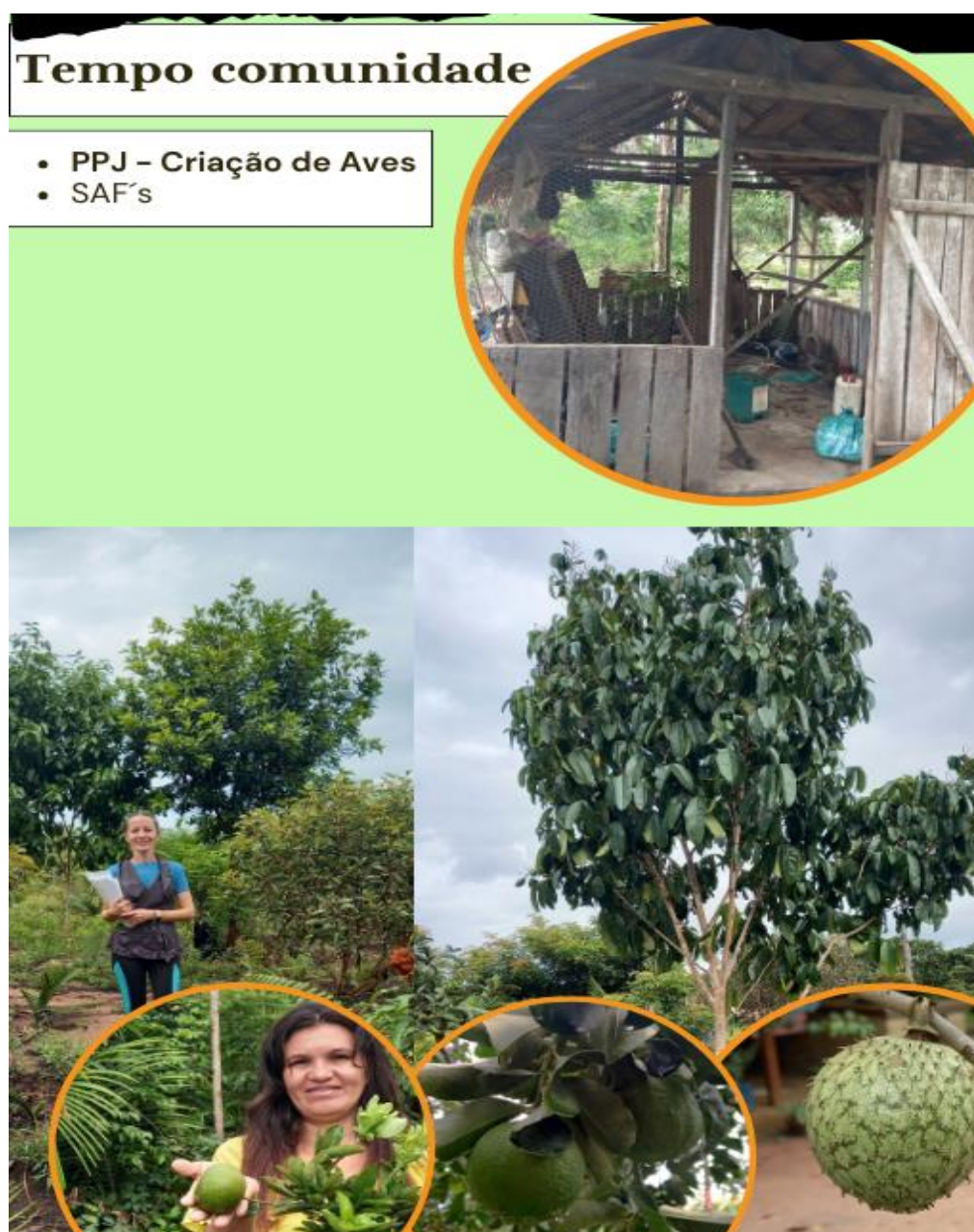
Figura 22 – Registro dos cultivos e criações - entrevistado 05.



Fonte: Pesquisa Direta, 2024.

A entrevistada 06 mostrou o seu Sistema Agroflorestal, e ali verificou muito alegre que seu pé de laranja enxertada já estava dando a primeira colheita, e pelo meio vamos encontrando, tangerina, ypé, Itaúba, fruta do conde, cumaru, colorau, macaxeira etc., no entanto, afirma que sua principal fonte de renda é produção de farinha e que o PPJ que é a criação de aves está parado, como mostra a análise da categoria anterior que fala dos PPJ's, como mostra a imagem o aviário foi construído e está faltando dividir os piquetes para soltar as aves, fala da importância do apoio da família na efetivação do projeto.

Figura 23 – Registro dos cultivos e criações - entrevistada 06



Fonte: Pesquisa Direta, 2024.

A dedicação no PPJ de avicultura nas horas vagas e aos finais de semana, é uma atividade de realização para essa entrevistada, ela mesma tritura o milho e faz a ração, cria as galinhas em um sistema semi-intensivo, as aves recebem alimentação alternativa quando soltas, produz ovos, frutas e horta em sistema de mandala (feijão corda, cebolinha, couve, tomate, macaxeira).

Figura 24: Registro dos cultivos e criações - entrevistado 07



Fonte: Pesquisa Direta, 2024.

Já a entrevistada 08 tem uma experiência diferenciada que vai além dos cultivos e da criação de galinhas e frutas, pois desenvolve o PPJ de rotação de piquetes para a criação de gado, um método que permite um uso mais eficiente e sustentável das pastagens, promovendo a regeneração do solo e a saúde do gado, evitando a degradação do solo e melhorando a qualidade do pasto contribuindo para um manejo mais equilibrado dos recursos naturais, refletindo um compromisso com práticas agrícolas sustentáveis que beneficiam tanto a produção quanto o meio ambiente.

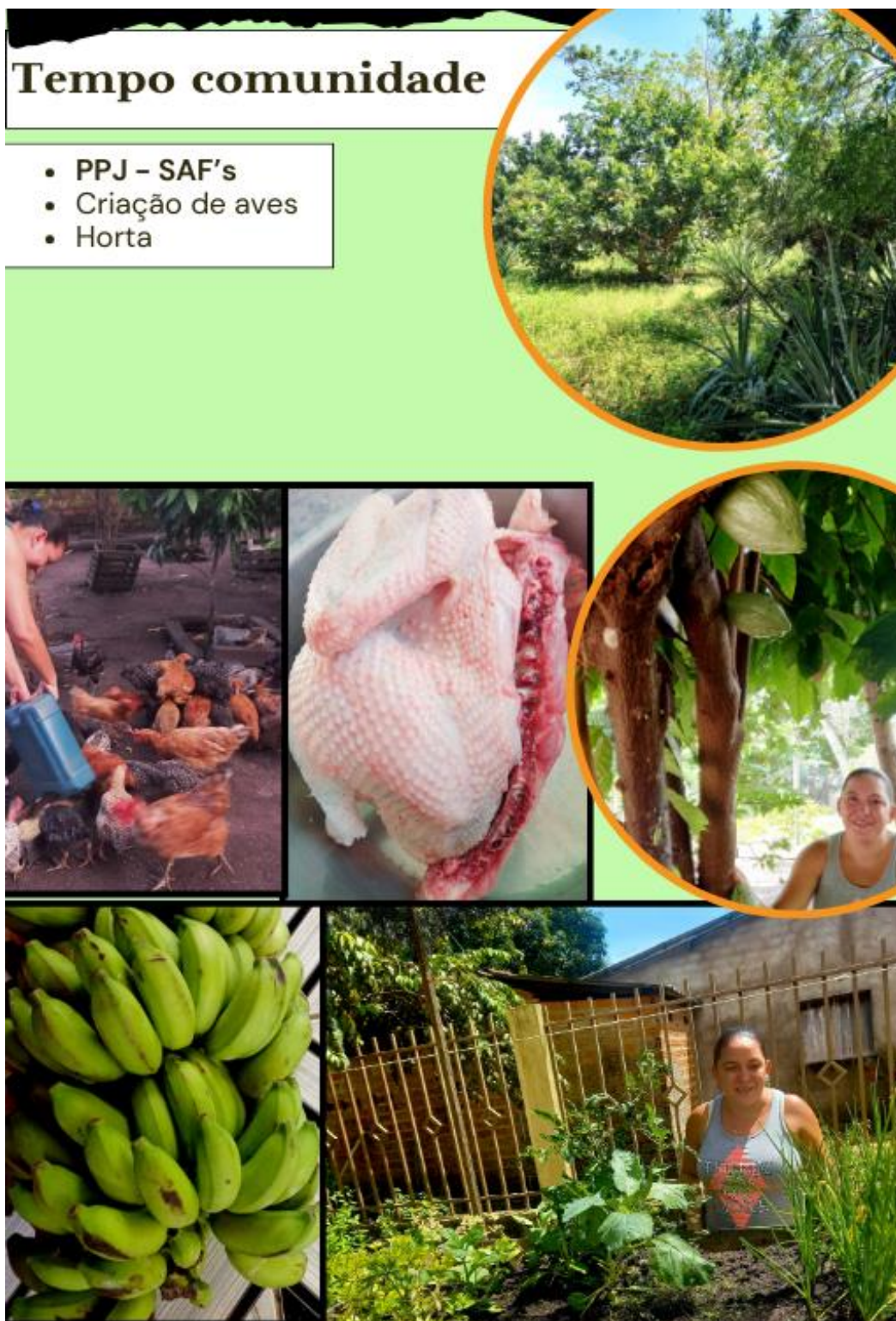
Figura 25: Registro dos cultivos e criações - entrevistado 08



Fonte: Pesquisa Direta, 2024.

Na propriedade da entrevistada 09, apresenta o cultivo de criação de aves, horta, e o Sistema Agroflorestal que é o seu PPJ.

Figura 26 – Registro dos cultivos e criações - entrevistado 09



Fonte: Pesquisa Direta, 2024.

Portanto, a intenção dos registros fotográficos das experiências na propriedade dos alunos é documentar e ilustrar as diversas práticas agrícolas que estes desenvolvem. Além disso, compartilhar as implementações de novas experiências valorizando o trabalho dos alunos e promovendo o reconhecimento de suas iniciativas.

Vi e comi fruta do pé, umas com as técnicas de enxertia, outras que faziam tempo que não produziam, mas que com os tratos culturais naturais começaram a dar frutos, “os cacaueiros tinha anos que não davam cacau, quando foi esse ano já produziu, é saber o que plantar para que uma não prejudique a outra, o conhecimento tradicional ele complementa com o curso de agroecologia” (ENTREVISTADO 04).

Presenciei uma família inteira produzindo farinha e seus derivados, a criação de gado no sistema rotacionário de piquetes, criação de aves e abelhas, e os Sistemas Agroflorestais com técnicas que de fato não agredem o meio ambiente e que ajudam a melhorar a produção.

O conhecimento técnico aliado às atividades práticas e ao conhecimento tradicional promoveu mudanças significativas e melhorias na criação de pequenos animais e cultivos.

Mudou porque eu sentir firmeza naquilo que eu estava fazendo na prática nos plantios e nas criações de animais, eu só fazia criar e jogar aquele milho e pronto hoje já fabrico aqui a ração oferecemos também a alimentação alternativa como por exemplo as folhas de bananeira e plantas do campo” (ENTREVISTADO 03).

Além do manejo responsável da terra, sem causar danos às gerações futuras, revela também o potencial da produção do local, muitas vezes subestimado “a gente aprende a lidar com a terra sem gerar danos para nós, para as futuras gerações aprendemos sobre o nosso território que muitos não dão valor e não imaginam que o nosso lugar pode dar renda (ENTREVISTADO 06)

Ao analisar a classe 1 do dendrograma, observa-se que as três primeiras palavras insere-se em um contexto onde os alunos falam dos conhecimentos técnicos do curso de agroecologia da Casa Familiar Rural, frisando que este veio aperfeiçoar a forma de trabalhar os cultivos agrícolas, trazendo mudanças de atitude em relação a forma de ver natureza, passando por exemplo a destinar corretamente os resíduos sólidos, bem como reaproveitar a matéria orgânica para adubar as plantas, “olha eu aprendi muitas coisas quando a gente plantava, plantava de qualquer jeito agora as

minhas plantas frutíferas eu planto conforme eu aprendi na casa a questão do adubo” (ENTREVISTADA 02).

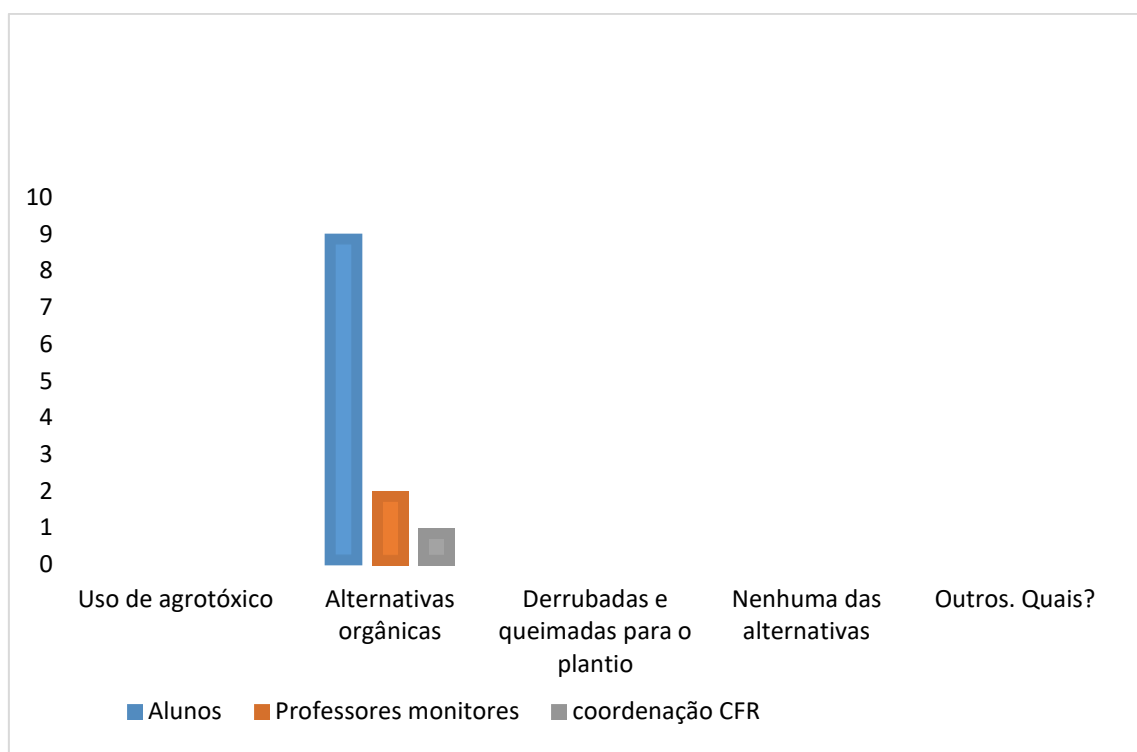
Além disso nota-se no fragmento abaixo, que os alunos já evitam fazer as queimadas, pois enxergam outras possibilidades mediante os conhecimentos aprendidos na CFR “tanto é se for olhar aqui a gente pode plantar debaixo dessas arvores de acordo com a planta que vai se adaptar com a sombra a gente já tem o conhecimento de quais são sem precisar derrubar as arvores e sem queimar” (ENTREVISTADA 03).

Contudo, deixam evidente que cresceram vendo os seus pais prepararem o roçado a base de derrubadas e queimadas e que estes era o único mal que faziam a terra, e que até a chegada da Casa Familiar Rural na comunidade essa prática para eles era vista como normal, e não levavam em conta as consequências, hoje tentam compartilhar as aprendizagem com a comunidade, mesmo sendo difícil, tentam mostrar que as folhas que caem da árvore serve para adubar as plantas e não precisar queimar, pois a própria natureza nos ensina.

Observa-se também que por mais que os pais preparassem o roçado com derrubadas e queimadas fazia plantios com diversas culturas em uma mesma área “antes plantava só a roça com meus pais, a maniva e pelo meio melancia, o maxixe a gente plantava consorciado” (ENTREVISTADO 09), se contrapondo ao sistema convencional de agricultura as chamadas monoculturas.

De acordo com eles a agroecologia vem resgatar a forma de plantar de antigamente, pois os saberes tradicionais e o conhecimento técnico do curso de agroecologia se somam, “o cultivo da maniva aprendi com minha mãe e meu pai, abre a cova e quando a maniva é bonita a gente planta dois pauzinhos de olho pra cima se for pra baixo vai para o Japão coloca deitadinha e coloca terra” (ENTREVISTADO 02)

A partir do conhecimento da Casa Familiar Rural os nove alunos entrevistados relatam que o trabalho com a terra tem enfoque com práticas agroecológicas, percebendo a coerência na fala dos demais envolvidos na entrevista como a coordenação da CFR e os professores que acompanham as experiências no tempo comunidade.

Gráfico 7 – Manejo da terra e controle de pragas

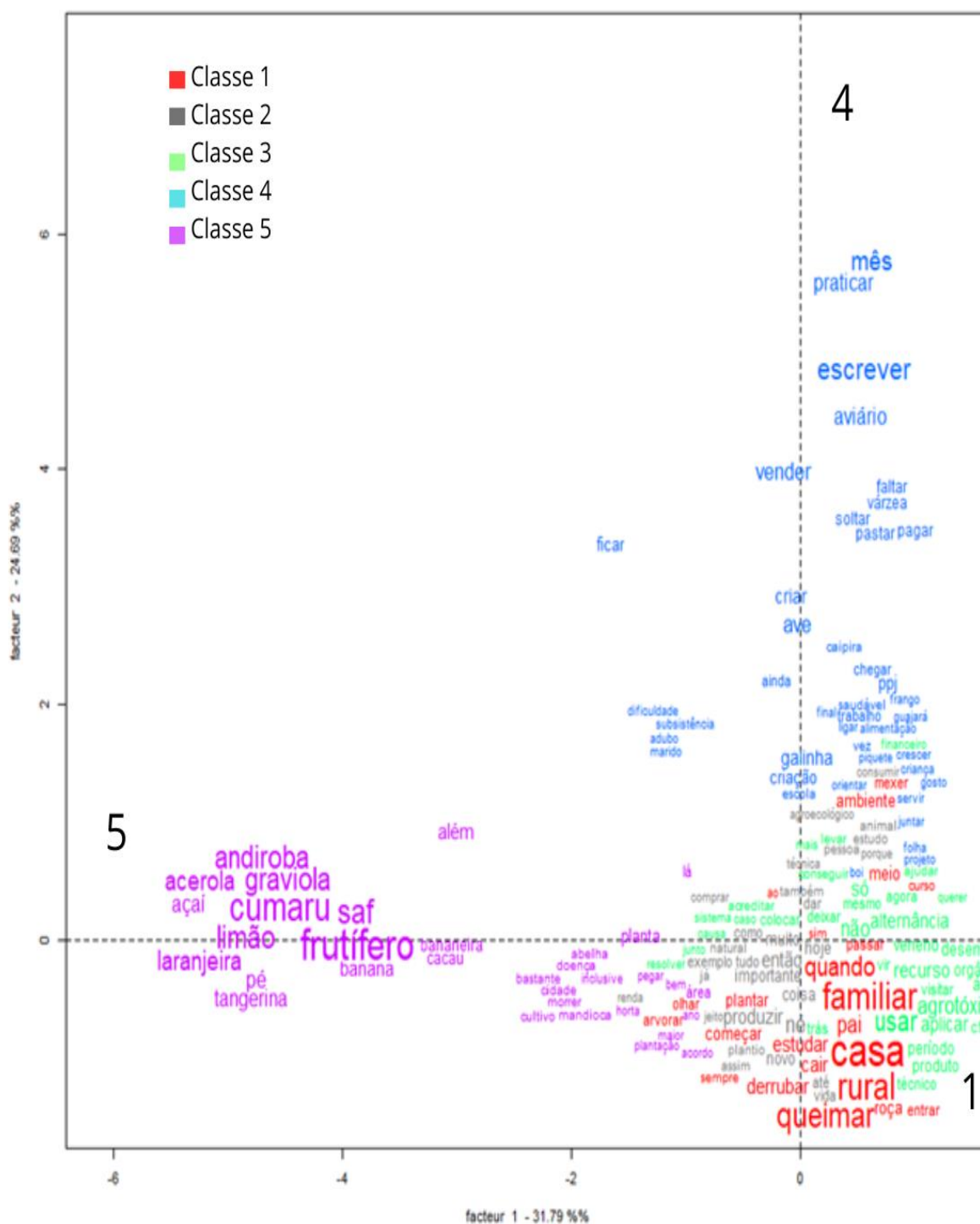
Fonte: Pesquisa Direta, 2024.

Portanto, na análise Fatorial de Correspondência (AFC) podemos analisar o distanciamento entre as classes 1, 4 e 5, fazendo uma síntese das categorias analisadas.

Nota-se que nos vocábulos da Classe 1, (2 e 3) tem uma proximidade referindo-se as práticas de cultivos convencionais (derrubadas, queimadas e uso de veneno) mostrando como era o antes do curso de agroecologia da Casa Familiar Rural, a qual se distâcia da classe 4, pois os vocábulos mostram as dificuldades que os alunos enfrentam para colocar em prática projetos com cunho sustentável, repercutindo na escrita por falta de acompanhamento continuo dos monitores, bem como a questão financeira para a implementação PPJ.

E em outra vertente (classe 5), temos o resultado do conhecimento técnico do curso de agroecologia que seria as experiências de diversificação da produção com os Sistemas Agroflorestais SAF's, mostrando a oposto do que faziam antes nas comunidades.

Figura 27 – Análise Fatorial de Correspondência (AFC) entrevista com os alunos



Fonte: Pesquisa Direta, 2024.

Na perspectiva de analisar sobre as atividades práticas de cultivos e acompanhamentos dos PPJ's desenvolvidos pelos alunos bem como as contribuições e desafios da Pedagogia da Alternância foram entrevistados dois professores monitores da base técnica de formação do curso de agroecologia da Casa Familiar

Rural de Lago Grande, das quais acompanharam os trabalhos de cultivos na prática no Tempo Comunidade.

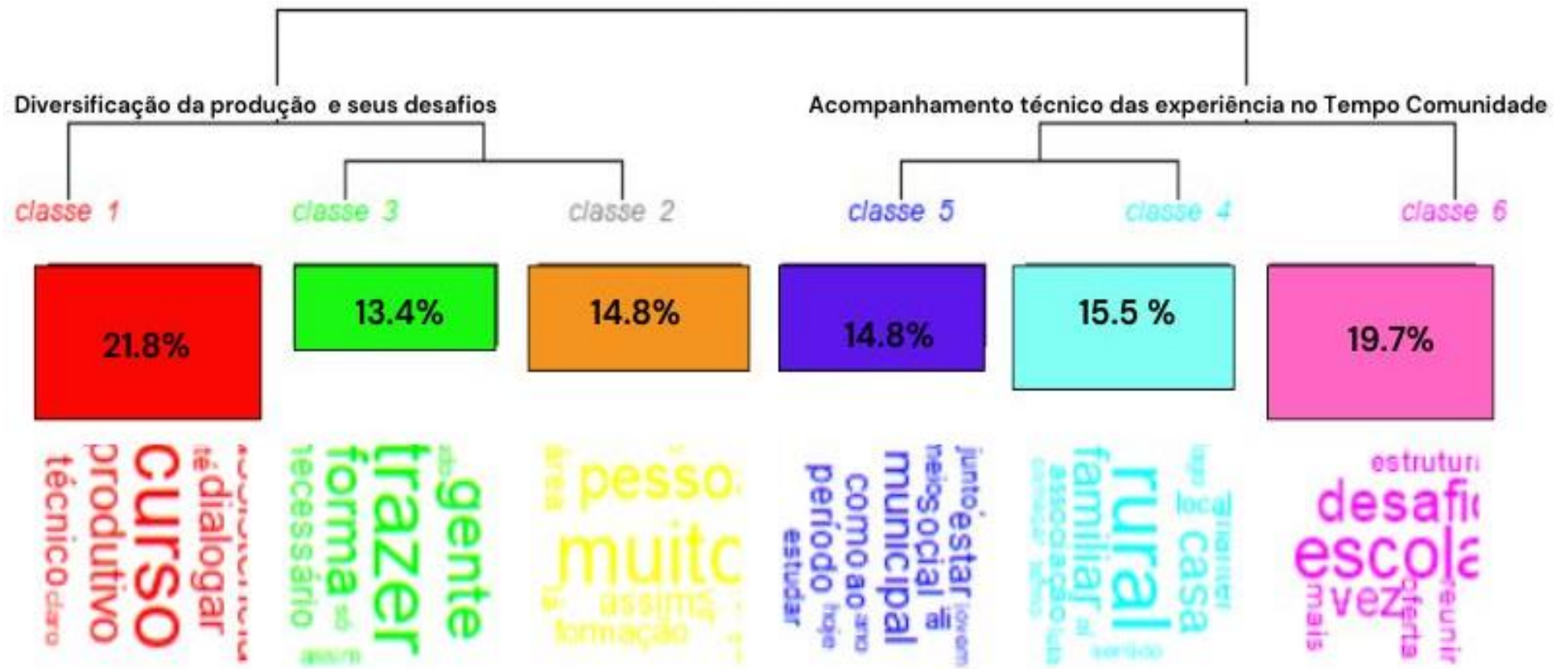
3.4 Dos dados e análise das entrevistas com professores monitores do curso de agroecologia

O Dendrograma (Figura 28) da Classificação Hierárquica Descendente (CHD) teve aproveitamento de 115 segmentos correspondendo a 79,86%, onde os entrevistados reforçam dois pontos, o curso dialoga com as práticas produtivas (Classe1- com 21.8%), reforçando os desafios que a escola enfrenta (Classe 6) para efetivar a Pedagogia da Alternância.

Neste contexto, o dendrograma foi caracterizado em: diversificação da produção e seus desafios, e o acompanhamento técnico das experiências no tempo comunidade, a fim de analisar a percepção dos professores sobre as experiências desenvolvidas pelos alunos do curso de agroecologia, contrapondo algumas questões postas nas entrevistas anteriores, como:

Qual é a contribuição da Pedagogia da Alternância? O curso de agroecologia melhora o sistema produtivo com a diversificação da produção, proporcionando a qualidade de vida das famílias? Como a falta de financiamento afetou as alternâncias da CFR de Lago Grande? Por que as Alternâncias foram reduzidas? Quais os desafios para execução dos PPJ's? Essas e outras respostas serão achadas no decorrer da análise das categorias

Figura 28 – Dendrograma CHD – Percepção dos professores sobre a experiência do curso de agroecologia.



Fonte: Pesquisa Direta, 2024.

3.4.1 Diversificação da produção e os desafios para produzir

As classes 1,2, e 3 destacam que a Pedagogia da Alternância contribui com o conhecimento técnico para melhorar a produção nas propriedades das famílias, incentivando a diversificação da produção agrícola com os Sistemas Agroflorestais SAF's, das quais incluem áreas de produção bem pequenas na perspectiva de produzir com sustentabilidade, “a propriedade e o quintal de casa tem áreas 30 de frente por 80 de fundo, as áreas já estão cheias de plantas frutíferas e florestais” (PROFESSOR 02), por outro lado mostra os desafios enfrentados para implementar as práticas agroecológicas na região do Lago Grande.

A Pedagogia da Alternância melhora a produção que já existe na propriedade, pois a “maior parte das famílias dos jovens já tem uma atividade produtiva”, e a partir do conhecimento técnico implementam a diversificação da sua produção “como você vê hoje não é só farinha, a questão do modo de plantar hoje eles respeitam o espaçamento de uma planta para outra a época certa de plantar” (PROFESSOR 02).

Para tanto, é necessário os professores conhecer a realidade de vida de quem mora no campo para com o respeito dos saberes locais alinhados aos saberes agroecológicos, para enfrentar os desafios da região do Lago Grande que não são poucos, primeiro “o deslocamento dessas pessoas para a unidade escolar, a questão financeira que nem todo tempo tem”, a utilização de agrotóxicos por produtores que mantêm práticas de cultivos convencionais aos redores das comunidades com uso “Randap”, a falta de água e sistemas de irrigação no período de seca que a Amazônia vem enfrentando (PROFESSOR 01).

Produzir nos dias atuais sem o conhecimento técnico tem sido um desafio, pois o “agricultor não tem acesso à tecnologia, ele trabalha o tradicional” e o que se nota é que o tradicional citado aqui está contaminado pelas práticas convencionais de cultivo (agrotóxico, adubo químico) que vem chegando as comunidades de qualquer jeito, fazendo com que os jovens fiquem sem perspectivas, pois suas práticas de cultivos quando utilizado esses insumos deixa a terra infértil e sem recurso financeiro não produzem quanto antes, então já não querem permanecer na comunidade (PROFESSOR 02).

Essa realidade tem mudados nas comunidades pesquisadas, os alunos colhem semente, produzem mudas trabalham dentro da técnica da diversificação de

suas culturas “hoje eles não plantam de qualquer jeito”, mas é preciso investimento para captação de água para a irrigação de plantios no sentido de potencializar as atividades agrícolas e frutíferas, bem como o beneficiamento das polpas de fruta para a comercialização, podendo favorecer significativamente as famílias que implementam Sistemas Agroflorestais (SAFs), promovendo uma produção diversificada e sustentável:

Então a potencialização da utilização dessas frutíferas para atingir a retirada da polpa e comercialização isso vai ajudar muito na implementação das famílias em sistema SAF's que é o sistema do agrofloresta você tem que ter frutíferas florestais e madeireira no mesmo espaço (PROFESSOR 01).

Além do beneficiamento, pensam em estratégias como a inserção da produção artesanal no Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) “fazer com que o próprio governo do município consuma esses produtos desses agricultores e agricultores que estão produzindo nas suas comunidades a própria escola consumir”, incentivando a potencialização de sua propriedade aquilo que eles aprenderam na prática agroecológica, melhorar sua condição alimentar (PROFESSOR 01, 2024).

Dentro desta perspectiva, a CFR da Vila Curuai, realiza a Feira do produtor “hoje tem vários produtores, e tem os jovens que vendem nessa feira, farinha, cará, banana, já é resultado da produção deles”, uma oportunidade para comercializar a produção artesanal. Então a propriedade agrícola pode gerar “muito mais renda do que ser empregado em empresa, o jovem tem que enxergar o empreendimento” diz o professor (PROFESSOR 02).

Portanto, o conhecimento técnico fortalece as das comunidades, melhorando a questão alimentar, financeira da família e preservando o meio ambiente, “pois além dele colocar em prática o que ele aprendeu, seria uma fonte de renda para família, uma atividade que serviria de modelo para as outras famílias da comunidade” (PROFESSOR 02), visto que “muita gente deixou de produzir por conta deste bendito bolsa família” (PROFESSOR 01).

3.4.2 Acompanhamentos técnico das experiências no Tempo Comunidade

As classes 3, 2, e 1 abordam a compreensão da Pedagogia da Alternância e Agroecologia apontando principalmente as dificuldades enfrentadas pelos alunos

nas Alternâncias e na efetivação dos PPJ's (o dendrograma apresenta 19.13% na classe 2 com maior ocorrência em seu vocábulo) e conseqüentemente menciona as estratégias utilizadas pela CFR de Lago Grande para seu funcionando no período de paralização das escolas do campo e seus reflexos para a produção sustentável na região Amazônica.

Quando os professores entrevistados falam em compreender a Pedagogia da Alternância e a agroecologia envolve conhecer a realidade das comunidades amazônicas e a natureza “entender a dinâmica do solo da tua terra, teu modo de vida, qual que é o modo de vida dos comunitários nas comunidades amazônicas? É singular é diferente” assim antes de você realmente atuar dentro da pedagogia você precisa conhecer essa realidade, “buscar conhecer a realidade daqueles alunos pra entender a dinâmica porque que eles estão ali”.

A Casa Familiar Rural desempenha um papel crucial ao fomentar atividades rurais nas propriedades dos alunos, combinando períodos de estudo na escola com atividades práticas no campo, com a “dinâmica da pedagogia da alternância que seriam sete dias na escola sete dias na de atividade do campo né” (PROFESSOR 01). Para a entrevistada tem a perspectiva de “fomentar a renda desse aluno pra aumentar né, a nossa ideia é fazer com que a propriedade seja altamente sustentável então nessa prática se tivesse fomento de verdade e é ia estourar essa região de produto”.

Como se nota, a falta de recurso é umas das dificuldades que ocasiona outras, por exemplo, a contratação de monitores para o acompanhamento na implementação dos Projetos Profissionais Juvenis (PPJ's), “tinha encontro que era só três dias de aula, alimentação não era tanto o problema e sim a falta de monitores”, os alunos contribuíam com a própria alimentação durante as alternâncias de estudos e ainda garantam ajuda de custo para o monitor (PROFESSOR 01). A participação das famílias foi importante para que o processo continuasse, mesmo assim, por questões financeiras e a pandemia houve desistência considerada.

Contudo, por mais que a Pedagogia da Alternância seja diferenciada “para esse grupo de pessoas que estão ali naquele âmbito, naquela comunidade e que buscam o entendimento dentro do aspecto da educação para garantir que tenham conhecimento técnico e científico” voltado para diversificação da produção sustentável ao mesmo tempo o “Estado não está interessado nisso o Estado ele não quer nem saber da gente entendeu” (PROFESSOR 01).

Nesse sentido, cabe algumas reflexões: como ofertar um ensino de qualidade se falta combustível para o transporte até a comunidade para realizar as visitas técnicas e acompanhamento dos projetos ou das próprias alternâncias, se não tem salário para os professores no final do mês?

Por conta de todas estas questões os professores afirmam que os alunos sentiram dificuldades na elaboração escrita do PPJ, “para os próprios alunos é difícil porque nós que já temos acesso à tecnologia estamos na cidade com telefone computador e já é difícil a gente conseguir, por exemplo é fazer pesquisas balizadas com termos éticos e técnicos” (PROFESSOR 02).

Consequente a falta de contratação de monitores e recursos refletiu no acompanhamento dos projetos e também na execução dos PPJ’s e a implementação das práticas realizadas durante o curso, pois muitas famílias tem o da sobrevivência, a “dificuldade que eu acho que é a questão do acompanhamento técnico do projeto e o financeiro para implementar esse projeto né tipo a criação de galinha a gente passa a questão de infraestrutura o que ia levar o valor tudo” (PROFESSOR 01, 2024), mas na hora de executar nem todos tem recurso para fazer.

No período de paralização das Casas Familiares no Baixo Amazonas a Casa Familiar Rural de Lago Grande continuou com suas atividades sem apoio do Estado, os professores eram voluntários sendo realizado parcerias com Centro de Apoio a Projetos de Ação Comunitária (CEAPAC) e Fundo Dema e principalmente o apoio das famílias “era uma corrente para não parar os estudos e para casa não fechar teve várias casas que paralisaram devido a questão de recursos de monitores era difícil tinha mês que não tinha aula (PROFESSOR 02). Atualmente a Casa Familiar Rural de Lago Grande conseguiu que o Estado assinasse o contrato deste ano como apresenta o fragmento a seguir:

Então assim nós conseguimos nos manter até o dia de hoje, o ano passado o governo do Estado do Pará resolveu apoiar a casa agora estamos com profissionais contratadas para atuarem nas casas familiares rurais de Santarém, Lago Grande e das demais casas que estão funcionando. (PROFESSOR 02).

Mesmo diante de todas as questões pontuadas como dificuldades, a Casa Familiar Rural é vista pelos educadores como “uma solução diretamente ligado as comunidades rurais, os jovens são filhos de agricultores trabalham diretamente na agricultura e a CFR é uma possibilidade deles continuarem na comunidade

(PROFESSOR 02), pois com o conhecimento técnicos este podem não somente potencializar os seus cultivos com sustentabilidade, mas defender o seu território, pois região de “Lago Grande é um território ameaçado pela mineração” (PROFESSOR 01).

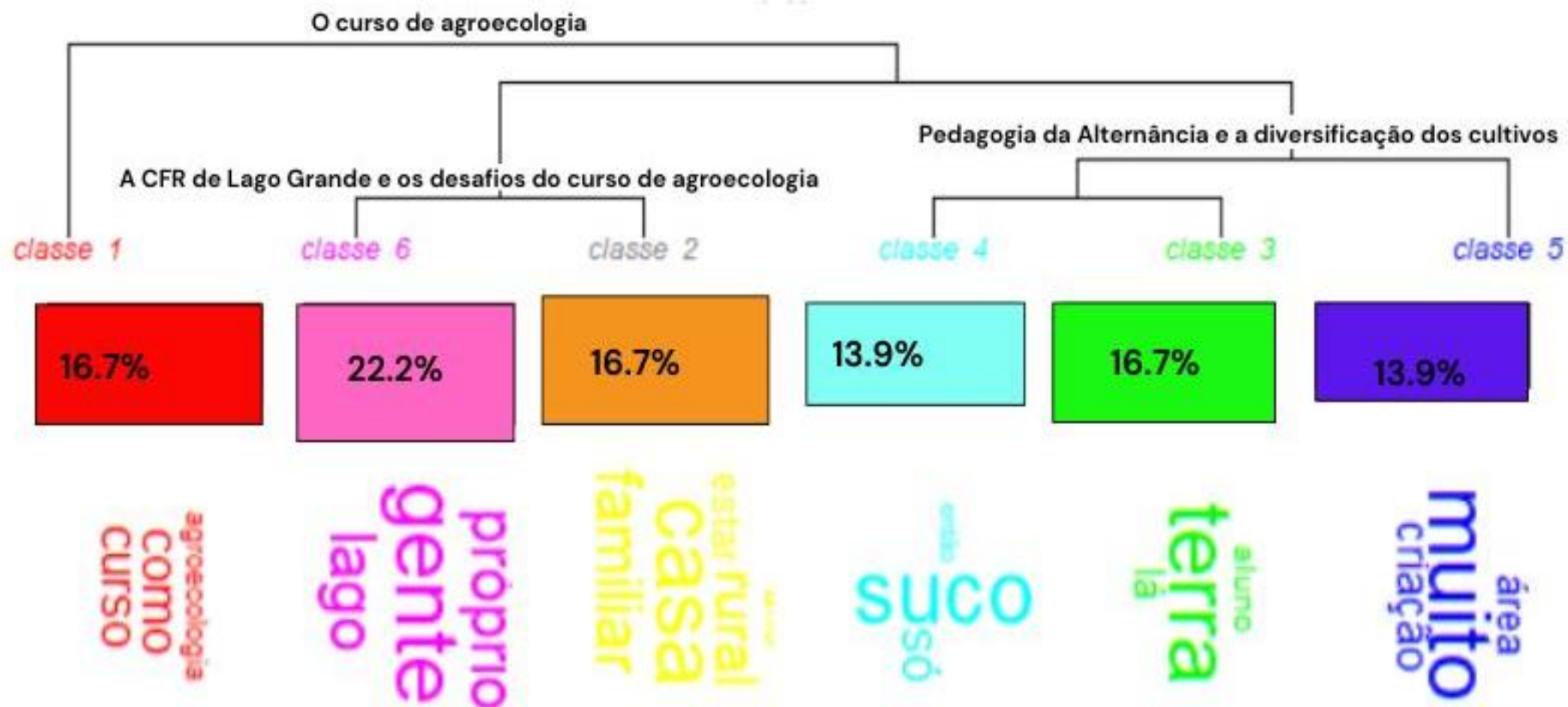
Portanto, nota-se a ligação de ocorrência entre as duas categorias, pois os desafios encontrados durante as Alternâncias resultaram em experiências de diversificação da produção por meio do curso de agroecologia superadas pela parceria principalmente da família, reforçando a importância das práticas sustentáveis para melhorar suas condições de vida ,como por exemplo, além do SAF´s o projeto de criação de gado com manejo de piquetes, um experiência inovadora no Lago Grande “tu só vai ver uma única família que trabalhar com piquete que foi uma família que eu orientei bastante quer criar gado a gente pode criar gado chamado gado verde” (PROFESSOR 01), práticas diferentes das quais não agredem o meio ambiente.

Paralelo a esta visão, segue as análises da entrevista com a Coordenadora da CFR de Lago Grande conforme apresentação do dendrograma abaixo com respectiva Classificação Hierárquica Descendente, contendo 39 segmentos com 70,59% de aproveitamento do texto analisado.

3.5 Dos dados e análises da entrevista da coordenadora da CFR de Lago Grande

O dendrograma (Figura 29), a partir da nuvem de palavras (classe 1) representada pela categoria: O curso de agroecologia, traz informações sobre este e consequentemente as classes (5,4 e 3) refere-se a Pedagogia da Alternância e a diversificação dos cultivos nas comunidades de Membeca, Vila Amazonas e Guajará as Classes (2, 6) sobre os desafios vivenciados pelo curso de agroecologia, como pontua percentualmente com 22.2% (classe 6) com maior retenção de palavras.

Figura 29 – Dendrograma CHD – Percepção da Coordenadora da CFR sobre a experiência do curso de agroecologia.



Fonte: Pesquisa Direta, 2024.

3.5.1 O Curso Técnico em Agroecologia

O curso técnico subsequente em Agroecologia, com duração de dois anos, é destinado a quem concluiu o ensino médio e visa fortalecer as comunidades em pesquisa. De acordo com a coordenadora da Casa Familiar Rural (CFR), o curso ajuda os alunos a reconhecerem e formalizarem práticas agroecológicas que já realizavam intuitivamente, “eles já faziam, mas não sabiam como viviam essa agroecologia” (COORDENADORA CFR, 2024).

A entrevistada enfatiza que a formação abrange a produção de alimentos orgânicos, cuidados ambientais e a defesa do território, promovendo o uso sustentável dos recursos locais e que a maioria dos concluintes são profissionais da escola regular da comunidade de Guajará, que aprendem e repassam os conhecimentos adquiridos às crianças do ensino fundamental, fomentando a agroecologia e a sustentabilidade desde cedo.

Elenca também que futuramente os alunos poderão beneficiar sua produção principalmente as frutas na comunidade de Guajará, visto que existe um local sendo preparado para o beneficiamento de frutas:

Guajará tem uma despoldadeira com equipamento para eles fazer o beneficiamento de tanta fruta que estraga na região que aí eles tendo o conhecimento que é ganho, eles passam a incentivar outras pessoas que não estavam no curso para fazer o mesmo (COORDENADORA CFR, 2024).

Neste contexto, a Casa Familiar Rural, meio da Pedagogia da Alternância vem sendo implementado nas comunidades onde os alunos moram diversificando os cultivos orgânicos.

3.5.2 A Pedagogia da Alternância e a diversificação dos cultivos

A Pedagogia da Alternância implementada CFR de Lago Grande tem promovido uma transformação significativa na segurança alimentar e práticas sustentáveis da comunidade “desperta muito a segurança alimentar alternativa dentro da agroecologia a hortaliça tem que ser orgânica a criação tem que ser orgânica a própria alimentação deixar o que é artificial e o que tem conservante e usar o que tem na propriedade” (COORDENADORA CFR, CLASSE 5)

Os alunos são orientados a valorizar e utilizar os recursos naturais disponíveis em suas propriedades, reduzindo o uso de produtos artificiais e conservantes, “não tem queimada, desmatamento, eles estão valorizando muito mais o que eles têm eles não estão usando produtos químicos e agrotóxicos nas plantações e criações, então esta mudança eu vejo neles muito visível” (COORDENADORA CFR, CLASSE 5)

Apesar de alguns desafios, como a perda de um projeto de criação de abelhas devido à contaminação por agrotóxicos de fazendeiros vizinhos, os alunos mostram mudanças visíveis em suas práticas agrícolas. A entrevistada fala do caso de sucesso, como o da aluna que gerencia a criação de gado com manejo de piquetes, exemplificam a atuação positiva da Pedagogia da Alternância na vida dos jovens rurais e na valorização da agricultura familiar “temos o caso de experiência comprovada de uma aluna que o tem fazenda com uma escala de 50 a 70 cabeça de gado e não precisou mais levar para várzea e o pai e irmãos cortar capim”

O manejo sustentável em pequenas áreas tem beneficiado as famílias, que agora produzem uma variedade abundante de frutas e vegetais, como banana, cacau, abacate, mamão, manga, jerimum etc., promovendo a sustentabilidade, pois os alunos e suas famílias têm para seu sustento e comercializam o excedente cuidando do seu lugar.

Quando questionado sobre a inserção da produção na merenda escolar, alega que ainda não é uma realidade das comunidades, mas que indiretamente o que é produzido chega até a escola para complementar a merenda escolar, como por exemplo o cheiro verde, a polpa para fazer o suco “com o Pnae não, só o que os alunos levam então assim hoje é sopa então as crianças levam verduras de casa tem biscoito e não tem suco aí as crianças trazem o fruto e a merendeira faz o suco” (COORDENADORA CFR, CLASSE 5).

Menciona que as comunidades mantem a cultura do puxirum, “puxirum é muito da cultura antiga, eles convidam os vizinhos, por exemplo, o meu roçado é hoje então vou convidar a família só dá alimentação e a bebida de suco, aí no outro período de outra pessoa, é uma troca” envolve a colaboração comunitária, fortalece a troca de conhecimentos. Apesar de desafios como a falta de recursos, a CFR proporciona um entendimento profundo da importância da terra, no entanto, reforça a importância do recurso financeiro:

Se tivessem recurso para iniciar o Projeto Profissional do Jovem seria positivo para eles gerar renda com a propriedade hoje em algumas famílias elas não sabem o valor da propriedade porque não tem o incentivo na produção na criação (COORDENADORA CFR, CLASSE 4).

O valor da propriedade está diretamente relacionado ao seu potencial de produção. Contudo, muitas famílias, por falta de conhecimento técnico e incentivo, não exploram esse potencial e, como resultado, não reconhecem o verdadeiro valor de suas terras. Neste contexto a Casa Familiar Rural (CFR) se distingue das escolas regulares por integrar formação técnica necessária para que os jovens permaneçam e produzam com qualidade no campo.

3.5.3 A CFR de Lago Grande e os desafios do curso de agroecologia

A Casa Familiar Rural do Lago Grande no de período de paralização das escolas do campo, as alternâncias do curso de agroecologia foram reorganizadas, considerando datas compatíveis ao tempo dos alunos, mesmo assim “reduziu a participação da juventude em função de nós não termos parceria com o governo nem do município nem do Estado”, mas a força das famílias, foi que fez com que o curso continuasse.

A família sentiu a necessidade de continuar e nós tivemos uma metodologia de que, de considerar a melhor forma de trabalhar com os alunos, as datas de alternância compatíveis ao tempo deles e isso contribuiu para que a Casa Familiar de Lago Grande não fechasse. Começamos com 26 alunos concluindo apenas 9 alunos, então a causa da desistência foi a política pública que não chegou a tempo e o curso tinha custo família porque a gente não tinha recurso para pagar monitor (COORDENADORA CFR, classe 6).

Aqui identificamos a possível causa da desistência da maioria dos alunos, inerente aos desafios elencados anteriormente quanto a efetivação do PPJ's e consequentemente a falta de acompanhamento contínuo dos monitores no tempo comunidade, deixando evidente a importância da efetivação das políticas públicas para a educação do campo.

A coordenadora fala da recente assinatura de um convênio com o Estado, pois atualmente conta com recursos para todas as CFR's apenas para um ano, a qual é gerido pela Arcafar do Oeste do Pará. A assinatura do termo de fomento trouxe a contratação de novos profissionais, embora com desafios, pois são professores que desconhecem a realidade de Lago Grande e nem a Pedagogia da Alternância.

Assim a CFR de Lago Grande enfrenta desafios relacionados ao recente convênio firmado no final do ano de 2023, que ainda não atende plenamente às necessidades locais. A comunidade se mantém firme na intenção de indicar seus próprios monitores para garantir a continuidade e qualidade do ensino, visto que teve professores que trabalhou os anos anteriores como voluntários, “o Lago Grande está no desafio a Casa Familiar Rural entrou no processo de convênio deste ano só que estamos sendo firmo porque é nós que queremos indicar nossos monitores”. (COORDENADORA CFR, CLASSE 2).

A CFR implementa uma educação prática e aplicada, e que desperta nos estudantes a importância de buscar mercados e formalizar suas produções, na região do Lago Grande, não é o caso das comunidades pesquisadas ainda, mais alunos já possuem suas ‘empresas’, vendendo produtos como cheiro verde e artesanato, demonstrando a efetividade da formação agroecológica na geração de renda e sustentabilidade local.

3.6 Apontamentos dos resultados das entrevistas dos alunos, professores e coordenação CFR

A análise das entrevistas com os alunos de curso de agroecologia, professores monitores, e a Coordenadora da Casa Familiar Rural (CFR) de Lago Grande, revelam resultados positivos e desafios para a oferta da educação do campo.

Um dos resultados é que as experiências agrícolas desenvolvidas a partir do curso de agroecologia destacam-se por sua capacidade de otimizar o uso dos recursos disponíveis na própria propriedade, promove um manejo mais sustentável e integrado, em pequenos espaços rurais, combinando conhecimentos tradicionais e inovações tecnológicas para criar sistemas agrícolas que são ambientalmente saudáveis, economicamente viáveis e socialmente justos.

Além do uso eficiente dos recursos locais, outros benefícios estão atrelados ao aumento da biodiversidade, trazendo resiliência do sistema agrícola e para a conservação dos ecossistemas locais, na redução de impactos ambientais, visto que não se usa insumos químicos, valorizando o conhecimento local e promovendo a inovação participativa, bem como a segurança alimentar e nutricional da comunidade.

Neste contexto, a diversificação das culturas e melhoria da qualidade do solo resultam em uma produção mais rica em nutrientes proporcionando alimentação

orgânica, pois para alguns entrevistados além da subsistência familiar as criações e venda de frutas tem gerado renda.

Diante da adversidade pandêmica e financeira, um total de nove participantes proporcionam a sua família uma nova perspectiva agroecológica de lidar com a terra. Você deve estar se perguntando, mas eles já faziam a agroecologia? Sim, mas estavam deixando de fazer, e não porque eles queriam, mas sim porque a natureza responde as questões climáticas, responde ao agronegócio o qual dá exemplo de como não se deve produzir, porque na maioria das vezes sem assistência técnica o agricultor já não consegue combater as pragas afugentadas das grandes lavouras que usam agrotóxicos e tecnologias avançadas.

Todavia, a agricultura convencional, permite apenas um sistema de produção simples e de curta permanência, pois a terra não é fértil, devido as derrubadas e queimadas, feitas por agentes mais capitalizados, sendo insustentável tanto no nível econômico, quanto no ecológico, devido as condicionantes: Ecológica – solos pobres em nutrientes, com a predominância de ervas daninhas pragas; Econômicos - falta de infraestrutura e acesso ao crédito e à assistência técnica (BEZERRA, 2011).

A prática da monocultura requer mais tempo de trabalho para o mesmo cultivo e utilização de defensivos agrícolas (SCHMITZ, 2007). Hoje os alunos não plantam só a mandioca hoje eles plantam consorciado e não plantam de qualquer jeito, mas dentro das técnicas agroecológicas e das condições e a própria natureza lhe oferece.

A questão é que com a Pedagogia da Alternância precisaram reaprender com a natureza, evitando as pequenas queimadas, substituindo o uso de agrotóxicos, replantando, reaproveitando o adubo disponível na propriedade, agregado ao seu saber local novas alternativas que hoje resulta na diversificação dos cultivos, técnicos que irão contribuir com o conhecimento nas comunidades.

Os agricultores familiares lidam com os reflexos da globalização mediados pelos grandes projetos na Amazônia, sendo importante que o conhecimento científico dialogue com os saberes tradicionais. Pedagogia da Alternância faz essa educação do campo na prática quando o filho do agricultor recebe a formação técnica para trabalhar na terra, contribuindo para o enfrentamento da crise ambiental no processo de organização da produção agrícola, estabelecendo, em seus territórios outras

práticas de organização da produção, a partir da compreensão dos agroecossistemas (HAGE; MOLINA; MCCOWAN, 2022).

Para tanto, a sua implementação requer uma nova forma de educar, dialógica e problematizadora na articulação dos saberes tradicionais e científico, uma educação que some com a vida no meio que está inserido (MACARENHAS; SANTOS; MARQUES, 2022).

Os alunos aplicam na prática os conhecimentos aprendidos na CFR, pois a formação em agroecologia tem promovido uma nova consciência sobre a relação entre ser humano e natureza e o território que este está inserido, destacando a importância das práticas agrícolas sustentáveis e a valorização dos saberes locais, onde a teoria e prática do curso tem resultado na melhoria da qualidade de vida das famílias tanto para a subsistência, quanto para a geração de renda.

Assim, a Casa Familiar Rural é vista como uma solução para manter os jovens nas comunidades rurais, contribuindo com a diversificação da produção, na qual nos últimos tempos tem se mantido com apoio das famílias e algumas parcerias e captação de recursos externas.

Agora imaginemos, se além de nove alunos fosse os 27 alunos? E, se realmente tivesse uma constância de recurso para a educação do campo? Garantindo qualidade do ensino na execução do instrumento pedagógico PPJ's, como a contratação de professores monitores e apoio logístico para transporte e visitas técnicas.

Reconhecemos que uma educação transformadora, enraizada na realidade e nas experiências dos alunos, é essencial para a formação de cidadãos críticos. Freire defendia uma pedagogia que valoriza o diálogo, a conscientização e o aprendizado mútuo, onde educadores e educandos se envolvem em um processo contínuo de descoberta e reflexão, exatamente o que prega a educação do campo.

A Pedagogia da Alternância não apenas troca conhecimentos técnicos, mas também desperta a consciência social e política, capacitando os indivíduos a questionar, compreender e transformar suas realidades. Ao promover uma educação que emerge da base, conectada às vivências e necessidades das comunidades, formamos indivíduos capazes de identificar problemas, propor soluções inovadoras e atuar ativamente no desenvolvimento social e cultural, fortalecendo assim a autonomia e o empoderamento coletivo.

Então, olhando os registros fotográficos no tempo comunidade, bem como a análise dos dados dos entrevistados, nota-se com ênfase a questão da diversificação da produção com os Sistemas Agroflorestais a partir do curso de Agroecologia, embora os PPJ's não tenham recurso para efetivação prática, os alunos não deixam de fazer com os recursos que tem, indo além deste, pois realizam outras atividades práticas aproveitando os recursos oferecidos pela natureza.

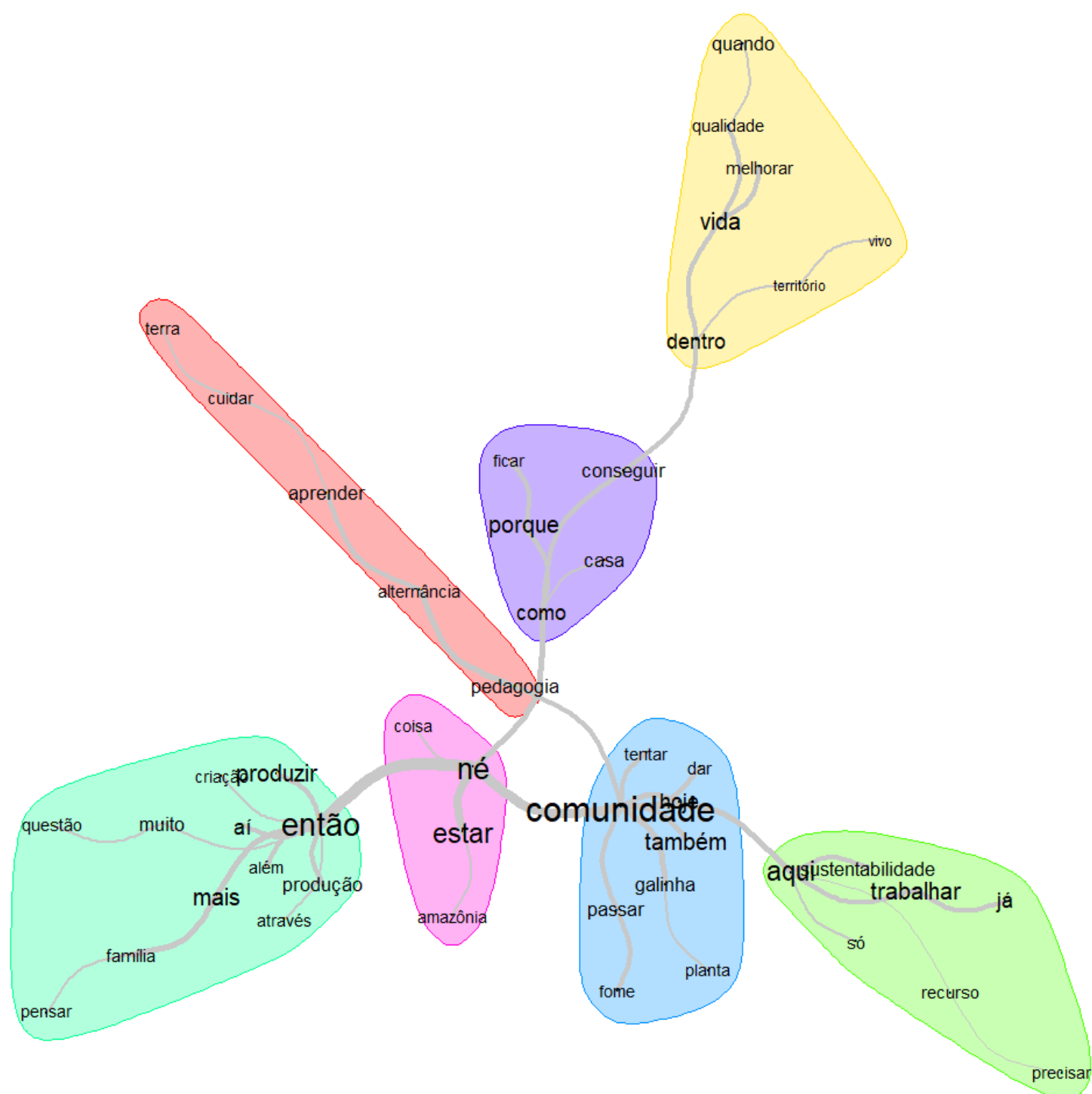
A diversificação Agrícola, vem contribuindo com a segurança alimentar e a valorização dos recursos locais destacando os benefícios da educação agroecológica quanto os desafios enfrentados para sua implementação eficaz, sublinhando a importância de recursos adequados e a efetivação de políticas públicas para o sucesso das práticas sustentáveis nas comunidades rurais.

Neste contexto das políticas públicas educacionais para a formação técnica, os questionamentos agora são: como potencializar a produção quanto ao beneficiamento e a comercialização? Como inserir os produtos que por sinal são orgânicos no Pnae? O que falta para a despoldadora da comunidade de Guajará funcionar? Qual a logística para participar da feira do produtor? Assuntos que requerem conhecer a realidade para compreender a dinâmica em que estão inseridos, encaminhamentos para uma outra pesquisa quem sabe, mas que são caminhos que podem ser avançados.

Diante do apresentado, trazendo uma visão mais específica da percepção de todos os entrevistados (alunos, professores, coordenadores CFR e Arcafar) sobre as contribuições da Pedagogia da Alternância para a sustentabilidade agrícola na Amazônia Paraense, temos o recorte abaixo da análise de similitude testada com a variável sustentabilidade.

A contribuição da Pedagogia da Alternância para a sustentabilidade na Amazônia reflete diretamente na permanência do jovem na comunidade, melhorando as práticas produtivas e consequentemente a qualidade de vida. Essa abordagem educacional, fez com que os alunos aprendessem novas técnicas associadas ao seu saber local, das quais passaram a produzir com mais diversidade. Além das plantações, as criações de galinhas para seu sustento e renda para as famílias, fortalecendo a economia local e garantindo segurança alimentar ajudando a eliminar a fome e a promover uma vida digna no campo.

Figura 30 - Percepção todas as categorias: Pedagogia da Alternância e sua contribuição para a sustentabilidade agrícola na Amazônia Paraense.



Fonte: Pesquisa Direta, 2024.

SENTIMENTOS CONCLUSIVOS

A Pedagogia da Alternância na formação profissional do jovem do campo tem proporcionado a implementação de experiências de cultivos sustentáveis alinhadas a agroecologia, sendo crucial para o fortalecimento das comunidades do campo de Membeca e Vila Amazonas e Guajará, visto que a modalidade de ensino Educação do Campo valoriza os conhecimentos práticos dos saberes da comunidade associado ao conhecimento técnico científico.

A partir da compreensão do surgimento da Pedagogia da Alternância e a aplicação de seus instrumentos pelas Casas Familiares Rurais (CFR's) no Brasil, mais precisamente na Amazônia Paraense, de forma mais exata no Lago Grande, esta tem se mostrado favorável a agricultura sustentável e a permanência dos jovens em suas comunidades de origem.

Por meio da alternância entre períodos de ensino formal e vivência prática nas propriedades rurais, esse modelo educativo valoriza o conhecimento local e as raízes culturais, ao mesmo tempo em que capacita os jovens com técnicas sustentáveis de produção agrícola. Esse processo educativo não apenas corrobora para a conservação do território, mas também reforça o sentido de pertencimento dos jovens, permitindo que reconheçam suas origens e atuem como agentes transformadores de suas comunidades.

Como já afirmado neste trabalho por Arroyo e Fernandes (1999): “terra é mais do que terra”, no entanto, não tem como separar os cultivos agrícolas de uma educação para sustentabilidade, educação esta que situe a realidade vivenciadas de quem vive no campo. Assim, o ‘Tempo Comunidade’ é um momento de colocar a mão na terra, na certeza da colheita, contribuindo com a segurança alimentar das comunidades mediante a diversificação da produção, pois a perspectiva agroecológica preserva os ecossistemas locais e promove a biodiversidade.

Saber-se-á que não se trata apenas de plantar, é necessário buscar conhecimento para diversificar a produção, resiliência para enfrentar os desafios do século XXI e resolver os problemas socioeconômicos ambientais que refletem na infestação de pragas ocasionadas pelo desequilíbrio ambiental, a falta de água, as altas temperaturas etc. Através da educação do campo, os alunos podem enxergar sua realidade de diferentes ângulos, como observa-se do decorrer da pesquisa, os nove alunos conseguem implementar suas experiências agroecológicas e se

preocupam em compartilhar o conhecimento com sua respectiva comunidade, isso é interessante no sentido de unir forças para reivindicar novas propostas e incentivos para o crescimento do território.

Neste sentido, a sustentabilidade está estritamente ligada aos princípios agroecológicos, onde o fortalecimento da diversificação das cadeias produtivas locais e a geração de renda das experiências, contribuem significativamente para a sustentabilidade socioeconômica e ambiental das comunidades pesquisadas no Lago Grande.

Sendo evidente a importância do papel da CFR ao dispor de uma educação que contextualiza a realidade dos jovens, onde estes utilizam recursos disponíveis na natureza, minimizando custos com insumos e práticas que por sua vez eram prejudiciais à saúde e a natureza. Dessa forma, passam a responder as adversidades climáticas e a se opor as formas não sustentáveis de produzir da perspectiva do agronegócio.

Diante dos momentos de crise ambiental, as questões climáticas têm assustado o mundo, e isso nada mais é, que uma resposta ao comportamento do ser humano em relação a natureza, sendo crucial mudar nossas atitudes. Lamentavelmente, o território da Amazônia paraense tem sofrido com a intensificação das queimadas e a vazante do rio, questões que comprometem seriamente a segurança alimentar e a vida humana. Nota-se então, a relevância da adoção de uma educação para a sustentabilidade de práticas agrícolas que se desenvolva em harmonia com a natureza, sendo esta, uma necessidade urgente, pois a educação do campo deve ir além dos bancos escolares e de um currículo urbanocêntrico padronizado e tradicional.

Este trabalho reafirma a proeminência da educação do campo, aquela que vá além da socialização de conhecimentos técnicos, mas que promova a formação de cidadãos reflexivos e críticos, capazes de transformar suas realidades, e a Pedagogia da Alternância alinhada com práticas agroecológicas, se mostra uma alternativa poderosa para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável, respeitando as particularidades e potencialidades dos povos do campo.

Mas, esta educação mesmo comprometida com o fortalecimento e engajamento dos movimentos sociais, das quais têm sido fundamentais na luta pela democratização da educação do campo e pela promoção de uma agricultura

sustentável, enfrenta inúmeros desafios, e o principal deles é a falta de recursos para que a educação do campo que incide na qualidade do ensino.

No entanto, é válido ressaltar que os resultados significativos das experiências agroecológicas é fruto da persistência desse engajamento da Associação de pais da CFR, mas a continuidade e expansão dessas práticas no Lago Grande a qual compreende a Casa Familiar Rural da Vila Curuai depende do comprometimento efetivo e contínuo por parte do Estado em promover uma educação que valorize as culturas locais e os saberes tradicionais, pois o que se nota é que há um descompasso entre as políticas legais e sua aplicação prática.

É necessário que aconteça a formalização de convênio com o Estado recorrente a duração do curso profissionalizante, para não comprometer o período de formação, haja visto que os contratos geralmente são de um ano. Quanto a captação de recurso externo também é uma alternativa, mas dependendo da localidade, nem sempre é o suficiente para atender a demanda educacional.

Assim, é cogente compreender a conjuntura das políticas públicas educacionais do campo, bem como saber reivindicar e acompanhar para que estas saiam do papel. Todavia, o Estado deve reconhecer e garantir o acesso a uma educação do campo inclusiva, com qualidade, equidade, respeito a suas especificidades, identidades culturais, modos de vida, a fim de promover a sustentabilidade das experiências vivenciadas em cada comunidade, pois as escolas se fecham quando o ensino é fragmentado, quando a educação parte de uma tendência tradicional desvinculada da identidade de quem vive no campo, quando a formação não é significativa.

Vide que as políticas de educação do campo devem ser articuladas com outras políticas públicas, como aquelas voltadas para agricultura, saúde, saneamento e infraestrutura etc., mas educação, neste contexto, é vista como parte de um projeto maior, um direito humano, que contribui para transformação da vida das pessoas, aquela que permite a emancipação da população do campo, e a partir de então estes estão preparados para reivindicar outras políticas para a melhoria de qualidade de vida.

Neste sentido, com a formação do curso de agroecologia os alunos passam a promover práticas agrícolas que conciliem a produção de alimentos com a conservação ambiental em pequenos espaços, garantindo a sustentabilidade dos recursos naturais a longo prazo através da diversificação da produção.

Para tanto, incluem-se incentivos à adoção de tecnologias agroecológicas, conservação do solo e da água, manejo sustentável das florestas, e estímulo à agricultura familiar, que é essencial para a segurança alimentar e para a geração de renda no campo, onde estes podem se inserir em programas de aquisição de alimentos orgânicos ou tentar acessar crédito rural, favorecendo a transição para sistemas produtivos mais sustentáveis e resilientes frente às mudanças climáticas.

Portanto, esta pesquisa tem como desígnio deixar pistas e abrir caminhos para novas investigações sobre educação do campo e a agroecologia na Amazônia Paraense, e que você, caro leitor, possa refletir a partir dos dados apresentados e tirar suas próprias considerações sobre o papel transformador das Casas Familiares Rurais mediante a Pedagogia da Alternância, sendo base inspirada para futuras pesquisas, debates e ações que promovam experiências sustentáveis agrícolas, a preservação do meio ambiente e a construção de uma sociedade mais justa.

REFERÊNCIAS

- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- ALTO, Rosana Lacerda Monte. **Saberes e fazeres quilombolas**: diálogos com a Educação do Campo. 2012. Dissertação (Mestrado) – Programa de Mestrado em Educação, Universidade de Uberaba, Uberaba, 2012.
- ALVARENGA, R.C. et al. Características de alguns adubos verdes de interesse para conservação e recuperação de solos. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, Brasília, v. 30, n. 2, p. 175-185, 1995.
- ANTUNES, Letícia Cristina. MASSUCATTO, Nayara. BERNARDET, Maria de Lourdes. A pedagogia da alternância no contexto mundial: educação do campo para a formação do jovem rural. *In*: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED, 10. 2014, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UDESC, 2014.
- ARAÚJO, Thaciane Carneiro; SOUZA, Antônio José de. Identidade e Cultura na docência do campo/roça: reflexão sobre a docência em classes multisseriadas. *In*: SOUZA, Antonio José de; SOUZA, Heron Ferreira (org.). **Educação no/do Campo entre o concebido o vivido e o percebido**. Curitiba: CRV, 2020.
- ARROYO, Miguel Gonzalez. Educação e exclusão da cidadania. *In*: BUFFA, E. et al. **Educação e cidadania**. Quem educa o cidadão? São Paulo: Cortez, 1995.
- ARROYO, Miguel Gonzalez; FERNANDES, Bernardo Mançano. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília, DF, 1999. (Coleção Por Uma Educação Básica do Campo).
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ - ALEPA. **As Casas Familiares Rurais foram pauta de reunião na Alepa**. Belém: ALEPA, 2019. Disponível em: <https://www.alepa.pa.gov.br/Comunicacao/Noticia/6124/as-casas-familiares-rurais-foram-pauta-de-reuniao-na-alepa>. Acesso em: 03 nov. 2023.
- BARDIN L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BORGES, Heloisa da Silva. Educação do Campo como processo de Luta por uma sociedade justa. *In*: GHENDIN, Evandro. **Educação do campo**: epistemologia e prática. São Paulo: Cortez, 2012;
- BEZERRA, Nicolle Rafaella Costa. A Amazônia e os novos paradigmas de desenvolvimento rural: uma breve reflexão teórica. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 6, n. 2, p. 40-54, 2011. ISSN: 1980-9735. Disponível em: https://orgprints.org/id/eprint/23063/1/Bezerra_Amaz%C3%B4nia.pdf. Acesso em: 05 nov. 2023.

BENTES, Glez Rodrigues Freitas; COLARES, Anselmo Alencar. Casa familiar rural (CFR) de Santarém-Pará: práticas, resistência e luta emancipatória. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 18, n. 49, p. e11301, 2022. DOI: 10.22481/praxisedu.v18i49.11301. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/11301>. Acesso em: 3 set. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Constituição 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 09 jul. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da educação. Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002. Institui diretrizes operacionais para a Educação nas Escolas do Campo. Brasília: MEC, 2002. Disponível em: https://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/mn_resolucao_%201_de_3_de_abril_de_2002.pdf. Acesso em: 25 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **II Conferência Nacional Por Uma Educação do Campo**. Declaração Final (Versão Plenária): por uma política pública de educação do campo. Luziânia, GO: MEC, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Agricultura familiar: identidade, cultura, gênero e etnia: caderno pedagógico educadoras e educadores**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação continuada, Alfabetização e Diversidade, 2010.

BRASIL. Mapas de conflitos e injustiça ambiental e saúde no Brasil. **Centenas de comunidades de assentados de Lago Grande são ameaçadas pela mineração enquanto aguardam os títulos coletivos de suas terras**. 2019. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/pa-centenas-de-comunidades-de-assentados-de-lago-grande-sao-ameacadas-pela-mineracao-enquanto-aguardam-os-titulos-coletivos-de-suas-terras/#sintese>. Acesso em: 09 jul. 2023.

BOF, Alvana Maria *et al* (Orgs.). **A educação no Brasil rural**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_interdisciplinares/a_educacao_no_brasil_rural.pdf. Acesso em: 09 jul. 2023.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: A escola é mais do que escola**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

CALDART, Roseli Salete. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 7, n. 1, p. 35–64, mar. 2009.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo e Agroecologia. In: DIAS, Alexandre Pessoa *et al.* (Orgs.) **Dicionário de Agroecologia e Educação**. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021, p. 355-361. Disponível em: https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/dicionario_agroecologia_nov.pdf. Acesso em: 24 fev. 2022.

CALDART, Roseli Salete. **Educação do Campo 25 anos**: legado político-pedagógico. In: I Seminário Piauiense Híbrido de Educação do Campo, do Setor de Educação do MST e do Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC), 1. Teresina, 2022.

CAMARGO, Leila Maria *et al.* Diversidade sociocultural e currículo nas Amazônias: Desafios no enfrentamento à monocultura das mentes. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 20, n.1, p. 238-261, jan./mar. 2022. ISSN: 18093876, 2022. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/54813/39320>. Acesso em: 02 out. 2023.

CARRIÈRE, Jean-Paul; CAZELLA, Ademir Antônio. Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. **Eisforia**, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, v.1, Florianópolis: PPGAGR, 2003.

CASTRO, Ricardo Alexandre. SANTOS, Arlete Ramos dos. Educação do campo e a agroecologia: proteção, avanço e emancipação, da natureza. In: SANTOS, Arlete Ramos dos *et al.* (Orgs.). **Diálogos sobre políticas educacionais**: resistências na educação do Campo. Curitiba: CRV, 2021. p. 93-110.

DALLABRIDA, V. R. Governança territorial: do debate teórico à avaliação da sua prática. **Análise Social**, v. 2, n. 215, p. 304-328, 2015.

DALLABRIDA, V. Roque *et al.* Abordagem territorial do desenvolvimento: Categorias conceituais e pressupostas metodológicas. **Guaju: Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 8–80, 2021. DOI: 10.5380/guaju.v7i1.80437. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/guaju/article/view/80437>. Acesso em: 3 nov. 2023.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006, 432 p.

ELIAS, Denise. Agronegócio globalizado, uso corporativo do território, pobreza e desigualdades socioespaciais no Brasil. In: ARROYO, Monica; SILVA, Adriana M. Bernades (Org.). **Instabilidade dos territórios**: por uma leitura criticada conjuntura a partir de Milton Santos. São Paulo: FFLCH/USP, 2022. p. 113-135.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 69 – 86.

ESTEVAM, D. O. **Casa Familiar Rural**: a formação com base na Pedagogia da Alternância. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2012.

FAGUNDES, Elizabeth Macedo. M.; BOCK, Maria Lediane. A Pedagogia da Alternância: inclusão social e humanização do homem do campo. **Revista Práxis**, Volta Redonda, v. 11, n. 22, p. 75-83, dez. 2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Reforma agrária e Desenvolvimento**: desafios e rumos da política. São Paulo: [s.n.], 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MOLINA, Mônica Castagna. O campo da educação do campo. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire S. FERRARI, Eugênio A. SILVA, Nívia Regina. SILVA Márcio Gomes da. Conhecimento agroecológico. In: DIAS, Alexandre Pessoa et al (Orgs.). **Dicionário de agroecologia e educação**. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: EPSJV, 2021.

Azevedo de. (org). **Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo**. Caderno 5. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2004. p. 32-53. Disponível em: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/livros-diversos/contribuicoes-para-a-construcao-de-um-projeto-de.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2023.

FOLHES, Ricardo Theophilo. **O Lago Grande do Curuai**: história fundiária, usos da terra e relações de poder numa área de transição várzea-terra firme na Amazônia. 2016. 299 f. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Pará, Museu Paraense Emílio Goeldi, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Belém, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/9918>. Acesso em: 02 mar. 2023.

FONSECA, Maria Rosa; MOURÃO, Arminda Rachel Botelho. A Educação do campo uma realidade construída historicamente. In: GHENDIN, Evandro (org.). **Educação do campo**: epistemologia e prática. São Paulo: Cortez, 2012.

FRANCO, Fernando Silveira. Agrofloresta – Sistemas Agroflorestais. In: DIAS, Alexandre Pessoa et al. (Orgs.) **Dicionário de Agroecologia e Educação**. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021, p. 84-89. Disponível em: https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/dicionario_agroecologia_nov.pdf. Acesso em: 24 fev. 2022.

FRAZÃO, Gabriel Almeida; DÁLIA, Jaqueline de Moraes Thurler. Ecologia política e pedagogia da alternância: Diálogos possíveis para uma nova extensão Rural. **Revista IDeAS**, v. 8, n. 1, p. 160-197, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **A importância do Ato de Ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 54. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Emancipação Humana. *In*: DIAS, Alexandre Pessoa *et al.* (Orgs.) **Dicionário de Agroecologia e Educação**. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021, p. 383-389. Disponível em: https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/dicionario_agroecologia_nov.pdf. Acesso em: 12 set. 2022.

FURTADO, Letícia dos Santos; OLIVEIRA, Waldma Máira Menezes de. O território educativo das águas: a relação do currículo das escolas ribeirinhas de ponta de pedras com os saberes marajoaras. *In*: SILVA, H. S. A; SABOIA, T. C; OLIVEIRA, W. M. M. (Org.). **Licenciatura em Educação do Campo UFPA Cametá: 10 anos de trajetórias formativas no baixo Tocantins**. São Carlos, 2023.

GADOTTI, Moacir. **Educar para a sustentabilidade**: Uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Editora e livraria Instituto Paulo Freire, 2008.

GERHARDT, Cleyton H. A invisibilização do outro nos discursos científicos sobre áreas naturais protegidas. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v.15, n. 2, p. 268-309, 2007.

GIMONET, Jean-Claude. **Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAs**. 1. ed. Tradução de Thierry de Burghgrave. Petrópolis, RJ: Vozes, Paris: AIMFR Associação Internacional dos Movimentos Familiares Rurais, 2007.

GUHUR Dominique. SILVA, Nívia Regina da. **Agroecologia**. *In*: DIAS, Alexandre Pessoa *et al.* (Orgs.) **Dicionário de Agroecologia e Educação**. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021, p. 355-361. Disponível em: https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/dicionario_agroecologia_nov.pdf. Acesso em: 24 fev. 2022.

HAGE, Salomão Antônio Mufarrege; ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel; MICHELOTTI, Fernando. Formação em Alternância. *In*: DIAS, Alexandre Pessoa *et al.* (Orgs.) **Dicionário de Agroecologia e Educação**. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021, p. 429-437. Disponível em: https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/dicionario_agroecologia_nov.pdf. Acesso em: 24 fev. 2022.

HAGE, Salomão Antônio Mufarrege. **Educação do campo na Amazônia**: Retratos de realidade das escolas multisseriadas no Pará. Belém, 2005.

HAGE, S. A. M. Transgressão do Paradigma da (multi)Serição como referência para a construção da Escola Pública do Campo. **Educação & Sociedade**, v. 35, n. 129, p. 1165–1182, out. 2014.

HAGE, Salomão Antônio Mufarrege; CRUZ, Carlos Renilton. Protagonismo, precarização e regulação como referências para análise das políticas e práticas em Educação do Campo. **Agricultura Familiar, formação e desenvolvimento**, Belém, v. 11, n.1, p.173-186, 2015. ISSN 1414-0810.

HAGE, S. A. M.; CRUZ, C. R. C. Protagonismo dos movimentos sociais por educação do campo e a educação básica nas escolas do meio rural. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, v. 11, n. 11, jan-jun. 2015, Belém. Disponível em: <https://www.periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/viewFile/4684/4312#:~:text=S%C3%A3o%20eles%3A%20o%20protagonismo%20das,na%20rela%C3%A7%C3%A3o%20das%20popula%C3%A7%C3%B5es%20e>. Acesso em: 05 jul. 2023.

HAGE, Salomão Antônio Mufarrege; MOLINA, Monica; MCCWAN, Tristan. Mudanças climáticas e o papel das universidades: o potencial da educação de professores baseada na terra e da agroecologia. **Rev. Bras. Polít. Adm Educ.** v. 38, n. 01 e 122906, 2022.

LEFF, Enrique. Agroecologia e saber ambiental. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, v. 3, n. 1, p. 36-51, 2002.

LEFF, Enrique. A ecologia política na América Latina: Um campo em construção. *In*: Alimonda, Héctor (org.). **Os tormentos da matéria**: Aportes para uma ecologia política latino-americana. Buenos Aires: CLACSO, Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais, Buenos Aires, 2006. p. 21-39.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental**: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Trad. Lúcia Mathilde Endlich Orth. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro. Agrobiodiversidade. *In*: CALDART, I. B. P.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

LIMA, Vanderlei Rocha Lima; MARQUES, Tatyane Gomes. Conquistas e desafios para materialização do direito à Educação dos povos do Campo. *In*: SANTOS, Arlete Ramos dos et al (Orgs.). **Educação do campo**: políticas, sujeitos e movimentos. Curitiba: CRV, 2022. p. 19-40.

MARQUES, Tatyane Gomes; LEAL, Hete Teixeira. Políticas Públicas de Educação do Campo: revisando a bibliografia acerca do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – Pronera. *In*: SANTOS, A. R. et al. (Orgs.). **Diálogos sobre políticas educacionais: resistências na educação do campo**. Curitiba: CRV, 2021.

MASCARENHAS, ANA Debora Costa do Nascimento. SANTOS, Arlete Ramos dos. MARQUES, Tatyane Gomes. Agroecologia como princípio da educação do campo. *In*: SANTOS, A. R. et al. (Orgs.). **Educação do campo**: Políticas, e sujeito em movimento. Curitiba: CRV, 2022.

MELAZZO, Everaldo santos. Problematizando o conceito de políticas públicas: desafios à análise e à prática do planejamento e da gestão. **Revista Tópos**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 9 - 32, 2010.

MOLINA, Mônica Castagna. A educação do campo e o enfrentamento das tendências das atuais políticas públicas. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 6, n. 2, p. 378-400, jul./dez. 2015.

MONTEIRO, Marcel Stanlei. **Políticas públicas**. Gama, DF: UNICEPLAC, 2022.

MONTEIRO, M. S. C. *et al.* Avaliação da aprendizagem na educação do campo e sua interface com a legislação: conquistas e desafios. In: SANTOS, A. R. *et al.* **Diálogos sobre políticas educacionais**: resistências na educação do campo. Curitiba: CRV, 2021.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. **Ciência & Educação**, v. 12, n. 1, p. 117-128, 2006.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. As pesquisas sobre instituições escolares: balanço crítico. In: **Navegando na história da educação brasileira**. Disponível em: https://www.histedbr.fe.unicamp.br/pfhistedbr/paolo_nosella_e_ester_buffa_artigo.pdf. Acesso em: 05 jul. 2023.

NOSELLA, Paolo. **Educação no Campo**: Origens da Pedagogia da Alternância no Brasil. Vitória: EDUFES, 2012.

PASSOS, Maria das Graças; MELO, André de Oliveira. Casa Familiar Rural da França à Amazônia: Uma proposta da Pedagogia da Alternância. A Educação do campo uma realidade construída historicamente. In: GHENDIN, E. (Org.). **Educação do campo**: epistemologia e prática. São Paulo: Cortez, 2012.

PETERSEN, Paulo. Agricultura Alternativa. In: CALDART, I. B. P.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

PIRES, Angela Monteiro. **Educação do campo como direito humano**. São Paulo, 2012.

PRAZERES, Maria Sueli Corrêa dos. Educação do campo e pedagogia da alternância no brasil e na Amazônia: bases históricas. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 52, p. 357-371, 2013.

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa *et al.* **A Política Nacional de Agroecologia e Produção orgânica no Brasil**. Brasília, DF: IPEA, 2017.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço – técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. O Dinheiro e o Território. **GEOgraphia**, v. 1, n. 1, p. 7-13, 1999.

SANTOS, Arlete Ramos dos; NUNES, Cláudio Pinto. **Reflexões sobre políticas públicas educacionais para o Campo no contexto brasileiro**. Salvador, BA, 2020

SANTOS, José Eduardo Ferreira. Prefácio. O fio da cultura, memória e identidade nas narrativas educativas no campo/roça na contemporaneidade e suas inquietações. *In*: SOUZA, Antonio José de; SOUZA, Heron Ferreira (Orgs.). **Educação no/do Campo entre o concebido, percebido e vivido**. Curitiba: CRV, 2020. p. 9.

SANTOS, Ramofly Bicalho. **História da educação do campo no brasil: O protagonismo dos movimentos sociais**. DOI: 10.12957/teias, 2017.

SANTOS, Marco Aurélio Oliveira. BARROS, Vanessa Aparecida Moreira de **Introdução a análise quantitativa de dados textuais: Utilização dos Softwares Alceste e Iramuteq**. MG: [s.n], 2017.

SAQUET, Marcos Aurelio. A descoberta do território e outras premissas do desenvolvimento territorial. **Rev. Bras. Estud. Reg.**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 479-505, set./dez. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeur/a/3bck5hHGnk5FrRWJ6JDXYWt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 jul. 2023.

SARAIVA Enrique. **Introdução à teoria da política pública**. *In*: SARAIVA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Orgs.). **Políticas públicas** - coletânea. Brasília: ENAP, 2006.

SAVIANI, Dermeval. **A pedagogia no Brasil: história e teoria**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

SCHMITZ, Heribert. A transição da agricultura itinerante na Amazônia para novos sistemas. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v.2, n.1, fev. 2007.

SILVA José Graziano da. Agricultura sustentável: um novo paradigma ou um novo movimento social?. **Informações Econômicas**, SP, v.25, n.11, nov. 1995.

SILVA, Lourde Helena da. **Experiência de formação de Jovens do Campo: Alternância ou Alternâncias**. Curitiba: CRV, 2012.

SILVA, Donária Souza. Pedagogia da Alternância e suas Bases Legais numa Perspectiva de Educação Desafiadora para o Campo: Escolas Comunitárias Casas Famílias Rurais no Estado do Pará. **Revista InSURgência**, Brasília, ano 1, v.1, n.2, p. 277-304, 2015. ISSN 2447-6684.

SILVA, José Bittencourt da; SIMONIAN, Ligia Terezinha Lopes. População tradicional, Reservas Extrativistas e racionalidade estatal na Amazônia brasileira. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Paraná, v. 33, p. 163-175, abr. 2015.

SOUSA, Poliana Fernandes Sena; SOUSA, Werlison Silva de; ROCHA, Solange Helena Ximenes. Educação e pedagogia da alternância na Amazônia: o protagonismo e a resistência do jovem alternante. **Inter-Ação**, Goiânia, v.48, n.1, p. 200-215, 2023.

SOUSA, Yuri Sá Oliveira. O Uso do Software Iramuteq: Fundamentos de Lexicometria para Pesquisas Qualitativas. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, [S. l.], v. 21, n. 4, p. 1541–1560, 2021. DOI: 10.12957/epp.2021.64034. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revispsi/article/view/64034>. Acesso em: 3 nov. 2023.

SOUZA, Adria Simone Duarte de; MENDES, Geancarla Coelho. O trabalho docente do educador do campo e a pedagogia da Alternância: Elementos para uma reflexão e discussão. In: GHEDIN, Evandro (Org.). **Educação do campo**: epistemologia e práticas São Paulo: Cortez, 2012. p. 251-270.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**: a Pesquisa Qualitativa em Educação: O Positivismo, A Fenomenologia, O Marxismo. São Paulo: Atlas, 2009. 175p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA. In: SEMINÁRIO DE COMBATE AO FECHAMENTO DE ESCOLAS DO CAMPO NO ESTADO DO PARÁ, 2. 2019. **Documento final**. Castanhal, PA: UFPA Campus Castanhal, 2019. Disponível em: https://www.anais.anped.org.br/sites/default/files/images/documento_final_do_ii_seminario_de_combate_ao_fechamento_de_escolas_do_campo_no_estado_do_para_-_2019.pdf. Acesso em: 03 nov. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA. SEMINÁRIO DE COMBATE AO FECHAMENTO DE ESCOLAS DO CAMPO, 7. 2023. Castanhal, PA: UFPA Campus Castanhal, 2023. Disponível em: [https://campuscastanhal.ufpa.br/wp-content/uploads/2023/arquivos/Carta do VI Seminario de Combate ao Fechamento de Escolas do Campo 2023 final.docx.pdf](https://campuscastanhal.ufpa.br/wp-content/uploads/2023/arquivos/Carta_do_VI_Seminario_de_Combate_ao_Fechamento_de_Escolas_do_Campo_2023_final.docx.pdf). Acesso em: 11 jul. 2023.

VALENTE, Andria Simone Oliveira; OLIVEIRA, Elaine Cristina Pacheco de; VIEIRA, Thiago Almeida. Práticas agroecológicas em sistemas de uso da terra em uma comunidade rural na Amazônia Oriental, Brasil. **Revista Espacios**, v. 38, n. 22, 2016.

VIERO, Janisse; MADEIROS, Liziany Müller. **Princípios e concepções da educação do campo**. 1. ed. Santa Maria, RS: UFSM, NTE, 2018.

APÊNDICE



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PRÓ REITORIA DE PESQUISA PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SOCIEDADE MESTRADO ACADÊMICO EM
CIÊNCIAS DA SOCIEDADE

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA - Coordenador Pedagógico Arcafar

Ao coordenador Pedagógico Associação das Casas Familiares Rurais do Estado do Pará (ARACAFAR-PA)

TEMA: “POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO: Pedagogia da Alternância como perspectiva prática para desenvolvimento agrícola sustentável na Amazônia, coordenado pela pesquisadora *Edna Oliveira Padilha*, regularmente matriculada no Programa de Pós-graduação em Ciências da Sociedade da Universidade Federal do Oeste do Pará – PPGCS/Ufopa, sob a orientação do professor Dr. Abner Vilhena de Carvalho e coorientação da professora Dr^a Ednéa do Nascimento Carvalho

A sua participação será voluntária, os dados coletados serão tratados de modo confidencial e utilizado apenas para fins acadêmicos.

1. Nome completo:
2. Função
3. Tempo atuação
4. Fale brevemente sobre a sua trajetória nos movimentos sociais e sua atuação na Associação Regional das Casas Familiares Rurais (Arcafar)?
5. O que representa a Arcafar no Estado do Pará?
6. O que representa as Casas Familiares Rurais do Estado Pará?
7. Fale sobre a paralização das Casas Familiares Rurais do Baixo Amazonas no Ano de 2022?
8. Quais os principais impasses para o funcionamento da CFR?
9. Quantas Casas estão funcionando hoje no Estado do Pará?
10. Quais os municípios do Baixo Amazonas que tem a experiência da Casas Familiares Rurais (CFR)?
11. Como você avalia a atuação do Estado e articulação dos movimentos sócias na efetivação das políticas públicas educacionais do campo?

12. A educação do campo é uma modalidade de ensino. Diante dos avanços e conquistas em relação a legislação, podemos considerar que a Pedagogia da Alternância é uma política pública relevante para educação da Amazônia Paraense?
13. Como acontece a formação dos professores para trabalhar a educação do campo? Houve um edital para contratação?
14. Na perspectiva da Pedagogia da Alternância qual a definição de sustentabilidade agrícola?
15. Qual o diferencial da Pedagogia da Alternância no processo de ensino aprendizagem do aluno no curso de agroecologia?
16. Como acontece o acompanhamento técnico dos alunos no Tempo Comunidade em relação ao desenvolvimento do Projeto Profissional do Jovem?
17. O que é o Projeto Profissional do Jovem (PPJ)?
18. Qual a contribuição da Pedagogia da Alternância para a sustentabilidade agrícola na Amazônia paraense?



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PRÓ REITORIA DE PESQUISA PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SOCIEDADE MESTRADO
ACADÊMICO EM CIÊNCIAS DA SOCIEDADE

**APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA DE CAMPO - Coordenadora
CFR Lago Grande**

A Coordenadora Pedagógica da Casa Familiar Rural/Curso de agroecologia – Lago Grande

TEMA: “POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO: Pedagogia da Alternância como perspectiva prática para desenvolvimento agrícola sustentável na Amazônia, coordenado pela pesquisadora *Edna Oliveira Padilha*, regularmente matriculada no Programa de Pós-graduação em Ciências da Sociedade da Universidade Federal do Oeste do Pará – PPGCS/Ufopa, sob a orientação do professor Dr. Abner Vilhena de Carvalho e coorientação da professora Dr^a Ednéa do Nascimento Carvalho.

A sua participação será voluntária, os dados coletados serão tratados de modo confidencial e utilizado apenas para fins acadêmicos.

1. Idade

2. Naturalidade:

3. Gênero: Masculino () Feminino ()

4. Formação:

5. Tempo da sua atuação na Pedagogia da Alternância

6. Você participou do processo de fundação da CFR da região de Lago Grande?

7. O que é Casa Familiar Rural (CFR) e qual a relevância da educação do campo na região de Lago Grande?

8. Fale sobre a experiência de educação do campo do curso de agroecologia nas comunidades de Membeca e Vila Amazonas e Guajará?

9. No Ano de 2022 a maioria das CFR's do Baixo Amazonas encontrava-se paralisadas, a CFR do Lago Grande em algum momento paralisou?

10. Qual o principal desafio da educação do campo nas comunidades Membeca, Vila Amazonas e Guajará, quanto as questões socioeconômicas e ambientais do local?

- 11.Qual o diferencial da Pedagogia da Alternância no processo de ensino aprendizagem do aluno no curso de agroecologia?
- 12.Os alunos conseguem problematizar a realidade vivenciada confrontando com o conhecimento científico em busca de soluções práticas para o cultivo da terra?
- 13.No manejo da terra e no controle de praga, o que os alunos utilizam?
- a) () Uso de agrotóxico
 - b) () Alternativas orgânicas
 - c) () Derrubadas e queimadas para o plantio
 - d) () Nenhuma das alternativas
 - e) () Outros. Quais
- 14.Como acontece o acompanhamento técnico dos alunos no Tempo Comunidade em relação ao desenvolvimento do Projeto Profissional do Jovem?
- 15.O que é o Projeto Profissional do Jovem (PPJ)?
- 16.Na sua concepção qual a maior dificuldade dos alunos em relação ao PPJ?
- 17.Existe incentivos financeiros para a realização do PPJ?
- 18.Além do PPJ, que tipo de cultivo e criações existe hoje na propriedade dos alunos?
- 19.Como é que a pedagogia da alternância contribui para qualidade de vida e geração de renda das famílias?
- 20.Qual é a principal dificuldade dos alunos para desenvolver as atividades agrícolas em sua propriedade?
- a) () Controle de pragas nas plantações;
 - b) () Falta de acompanhamento dos professores monitores da CFR;
 - c) () Estradas precárias para escoar a produção agrícola;
 - d) () Uso de agrotóxicos por outros produtores vizinhos;
 - e) () Outro. Quais?_____
- 21.Na sua visão como isso poderia ser resolvido?
- 22 Como acontece o planejamento das atividades agrícolas no tempo comunidade?
- a) () A família ajuda nas atividades
 - b) () Não há participação da família no planejamento
 - c) () o aluno socializa com a família os saberes e faz o planejamento juntos
 - d) () Nenhuma das alternativas.
 - e) () Outras. Quais?
- 23 Como se dá o processo de formação dos professores que trabalham na CFR?

- 24 O que mudou com o curso de agroecologia nas comunidades Membeca, Guajará, Vila Amazonas em relação ao manejo da terra?
- 25 As produções dos cultivos resultantes do PPJ são comercializadas, ou somente utilizadas para subsistência familiar?
- 26 Existe algum incentivo da introdução alimentar orgânica na merenda escolar na comunidade de Guajará?
- 27 A Casa Familiar Rural contou com parcerias para o desenvolvimento dos Projetos Profissionais dos Jovens? Quais?
- 28 Quais as perspectivas pós conclusão do curso de agroecologia para a continuidade do Projeto Profissional do Jovem?
29. Qual a contribuição da Pedagogia da Alternância para a sustentabilidade agrícola na Amazônia paraense?



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PRÓ REITORIA DE PESQUISA PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SOCIEDADE MESTRADO
ACADÊMICO EM CIÊNCIAS DA SOCIEDADE

**APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA DE CAMPO - Professor Técnico
Casa CFR/Curso de agroecologia – Lago Grande**

Professor Técnico Casa Familiar Rural/Curso de agroecologia – Lago Grande

TEMA: “POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO: Pedagogia da Alternância como perspectiva prática para desenvolvimento agrícola sustentável na Amazônia, coordenado pela pesquisadora *Edna Oliveira Padilha*, regularmente matriculada no Programa de Pós-graduação em Ciências da Sociedade da Universidade Federal do Oeste do Pará – PPGCS/Ufopa, sob a orientação do professor Dr. Abner Vilhena de Carvalho e coorientação da professora Dr^a Ednéa do Nascimento Carvalho.

A sua participação será voluntária, os dados coletados serão tratados de modo confidencial e utilizado apenas para fins acadêmicos.

1.Idade

2.Naturalidade

3.Gênero: Masculino () Feminino ()

4.Formação

5.Tempo de atuação na Pedagogia da Alternância

6. O que é Casa Familiar Rural (CFR) e qual a relevância da educação do campo na região de Lago Grande?

7.Fale sobre a experiência de educação do campo do curso de agroecologia nas comunidades de Guajará, Membeca e Vila Amazonas?

8.Qual o principal desafio da educação do campo nas comunidades Membeca, Guajará e Vila Amazonas quanto as questões socioeconômicas e ambientais do local?

9.Qual o diferencial da Pedagogia da Alternância no processo de ensino aprendizagem do aluno no curso de agroecologia?

10. Os alunos conseguem problematizar a realidade vivenciada confrontando com o conhecimento científico em busca de soluções práticas para o cultivo da terra?
11. No manejo da terra e no controle de praga, o que os alunos utilizam?
- a) ☐ Uso de agrotóxico
 - b) ☐ Alternativas orgânicas
 - c) ☐ Derrubadas e queimadas para o plantio
 - d) ☐ Nenhuma das alternativas
 - e) ☐ Outros. Quais
12. Como acontece o acompanhamento técnico dos alunos no Tempo Comunidade em relação ao desenvolvimento do Projeto Profissional do Jovem?
13. O que é o Projeto Profissional do Jovem (PPJ)?
14. Na sua concepção qual a maior dificuldade dos alunos em relação ao PPJ?
15. Existe incentivos financeiros para a realização do PPJ?
16. Além do PPJ, que tipo de cultivo e criações existe hoje na propriedade dos alunos?
17. Como é que a pedagogia da alternância contribui para qualidade de vida e geração de renda das famílias?
18. Qual é a principal dificuldade dos alunos para desenvolver as atividades agrícolas em sua propriedade?
- a) ☐ Controle de pragas nas plantações;
 - b) ☐ Falta de acompanhamento dos professores monitores da CFR;
 - c) ☐ Estradas precárias para escoar a produção agrícola;
 - d) ☐ Uso de agrotóxicos por outros produtores vizinhos;
 - e) ☐ Outro. Quais?
19. Na sua visão como isso poderia ser resolvido?
20. Como acontece o planejamento das atividades agrícolas no tempo comunidade?
- a) ☐ A família ajuda nas atividades
 - b) ☐ Não há participação da família no planejamento
 - c) ☐ o aluno socializa com a família os saberes e faz o planejamento juntos
 - d) ☐ Nenhuma das alternativas.
 - e) ☐ Outras. Quais?
21. Como se dá o processo de formação dos professores que trabalham na CFR?
22. O que mudou com o curso de agroecologia nas comunidades Membeca, Guajará, Vila Amazonas em relação ao manejo da terra?

23. As produções dos cultivos resultantes do PPJ são comercializados, ou somente utilizadas para subsistência familiar?

24. Existe algum incentivo da introdução alimentar orgânica na merenda escolar nas comunidades pesquisadas?

25. A Casa Familiar Rural contou com parcerias para o desenvolvimento dos Projetos Profissionais dos Jovens? Quais?

26. Quais as perspectivas pós conclusão do curso de agroecologia para a continuidade do Projeto Profissional do Jovem?

27. Qual a contribuição da Pedagogia da Alternância para a sustentabilidade agrícola na Amazônia paraense?



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PRÓ REITORIA DE PESQUISA PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SOCIEDADE MESTRADO ACADÊMICO EM
CIÊNCIAS DA SOCIEDADE

APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA DE CAMPO - alunos da CFR/Curso de agroecologia

Aos alunos da Casa Familiar Rural/Curso de agroecologia

TEMA: “POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO: Pedagogia da Alternância como perspectiva prática para desenvolvimento agrícola sustentável na Amazônia, coordenado pela pesquisadora *Edna Oliveira Padilha*, regularmente matriculada no Programa de Pós-graduação em Ciências da Sociedade da Universidade Federal do Oeste do Pará – PPGCS/Ufopa, sob a orientação do professor Dr. Abner Vilhena de Carvalho e coorientação da professora Dr^a Ednéa do Nascimento Carvalho.

A sua participação será voluntária, os dados coletados serão tratados de modo confidencial e utilizado apenas para fins acadêmicos.

1. Nome
2. Idade
3. Naturalidade
4. Comunidade
5. Escolaridade
6. Principal fonte de renda
7. Gênero: Masculino () Feminino ()
8. Você é associado em algum Sindicato? Qual?
9. Há quanto tempo reside na sua propriedade?
 - a) () 1 a 4
 - b) () 5 a 7
 - c) () 8 a 10
 - d) () acima de 10'
10. Quantas pessoas compõem a sua família?
 - a) () 1 a 4

- b) () 5 a 7
- c) () 8 a10
- d) () mais de 10 pessoas

11.Você aplica os conhecimentos aprendidos na Casa Familiar Rural nas atividades agrícolas em sua propriedade?

12.O que mudou em relação a forma de lidar com a terra com o curso de agroecologia?

13. No manejo da terra e no controle de praga, você utiliza?

- a) () Uso de agrotóxico
- b) () Alternativas orgânicas
- c) () Derrubadas e queimadas para o plantio
- d) () Nenhuma das alternativas
- e) () Outros. Quais_____

14.Utilizava outras práticas antes do curso?

15. Para você qual a importância dos saberes tradicionais em sua comunidade relacionados a agroecologia?

16. Fale sobre Projeto Profissional do Jovem (PPJ) desenvolvido em sua propriedade?

17.Além das atividades do Projeto, que tipo de cultivo e criações existe hoje em sua propriedade?

18.As atividades desenvolvidas em sua propriedade contribuem na qualidade de vida, gerando renda para a família?

19. A sua renda familiar aumentou com a formação do curso de agroecologia?

20. As produções dos cultivos resultantes do PPJ são comercializados, ou somente utilizadas para subsistência familiar?

21. Você comercializa a produção ou vende para atravessadores?

22. Qual é a principal dificuldade para desenvolver as atividades agrícolas em sua propriedade?

- a) () Controle de pragas nas plantações;
- b) () Falta de acompanhamento dos professore monitores da CFR;
- c) () Estradas precárias para escoar a produção agrícola;
- d) () Uso de veneno por outros produtores vizinhos
- e) () Outro . Quais?

23. Na sua visão como isso poderia ser resolvido?

24. Como acontece o planejamento das atividades agrícolas em sua propriedade rural?

- a) ☐ A família ajuda nas atividades
- b) ☐ Não há participação da família no planejamento
- c) ☐ Você socializa com a família os saberes e faz o planejamento juntos
- d) ☐ Nenhuma das alternativas.
- e) ☐ Outras. Quais?

25. Como acontece o acompanhamento técnico no Tempo Comunidade em relação ao desenvolvimento do Projeto Profissional do Jovem?

26. Qual a principal transformação que Pedagogia da Alternância proporcionou na sua vida com o curso de agroecologia da Casa Familiar Rural?

27. Qual a contribuição da Pedagogia da Alternância para a sustentabilidade agrícola na Amazônia paraense?



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PRÓ REITORIA DE PESQUISA PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SOCIEDADE MESTRADO ACADÊMICO EM
CIÊNCIAS DA SOCIEDADE

APÊNDICE E – POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO:
Pedagogia da Alternância como perspectiva prática para desenvolvimento agrícola
sustentável na Amazônia

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DA PESQUISA:

Descrição das etapas	Execução das Atividade	
	MÊS/ANO (início)	MÊS/ANO (fim)
Levantamento bibliográfico	08/2022	07/2024
Reuniões preliminares para solicitação de autorização de pesquisa	02/2023	04/2023
Escrita dissertação	11/2022	07/2024
Apresentação da qualificação	18/09/2023	18/09/2023
Envio do projeto CEP	01/11/2023	01/11/2023
Envio dos ajustes do projeto avaliado pelo CEP/Ufopa	09/01/2024	09/01/2014
Realização da pesquisa de campo nas comunidades de Guajará/Membeca e Vila Amazonas	25/02/2024	29/02/2024
Projeto aprovado pelo CEP	03/2024	03/2024
Pesquisa de campo nas comunidades	15/04/2029	18/04/2024
Transcrição das entrevistas e análise dos dados da pesquisa	04/2024	07/2024

Defesa da dissertação	08/2024	08/2024
Reuniões devolutivas	09/2024	09/2024

Fonte: Elaborado pela autora, 2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - UFOPA

APÊNDICE F – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa intitulada: “**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO**: Pedagogia da Alternância como perspectiva prática para o desenvolvimento agrícola sustentável na Amazônia”. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, este documento deverá ser assinado em duas vias, sendo a primeira de guarda e confidencialidade do Pesquisador (a) responsável e a segunda ficará sob sua responsabilidade para quaisquer fins.

Em caso de recusa, você não será penalizado (a) de forma alguma. Em ocorrência de dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável Edna Oliveira Padilha através do telefone: (93)991740047 ou através do e-mail (padilhaapis@hotmail.com). Em caso de dúvida sobre a ética aplicada a pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Oeste do Pará (situado na Rua Vera Paz, s/nº, Unidade Tapajós, sala 05, CEP 68040-255, Santarém, Pará) pelo telefone: (93) 2101-4926 ou pelo email: cep@ufopa.edu.br.

1. Justificativa, os objetivos e procedimentos

A presente pesquisa é motivada pelo anseio de analisar sobre as políticas públicas de educação do campo na Amazônia, tendo em vista que educação é um direito de todos e a educação do campo dá ênfase nos os saberes tradicionais e a diversidade cultural dos povos que ali vivem, bem como suas formas de produzir sem destruir a natureza direcionados a sustentabilidade e qualidade de vida das famílias. Neste contexto, os alunos do curso de agroecologia das comunidades: Guajará,

Membeca, e Vila Amazonas (na região de Lago Grande), desenvolvem atividades agrícolas em sua propriedade através da Pedagogia da Alternância. Assim, o objetivo desse projeto é analisar a contribuição da Pedagogia da Alternância nas atividades agroecológicas para a sustentabilidade da Amazônia.

A tabela abaixo, retrata os objetivos específicos, participantes, e instrumentos a serem utilizados na pesquisa.

Objetivos	Participantes	Instrumentos
1-Compreender a conjuntura das políticas públicas educacionais do campo, e o processo de articulação dos movimentos sociais;	-	Revisão Bibliográfica
2-Entender o contexto atual da Educação do Campo das Casas Familiares Rurais do Baixo Amazonas;	Presidente pedagógico da Arcafar-PA	Revisão Bibliográfica Entrevista;
3- Verificar as contribuições da Pedagogia da Alternância para o manejo sustentável da terra;		
4-Analisar a prática de ensino da Pedagogia da Alternância inerente ao 'tempo comunidade' quanto a efetivação de alternativas agrícolas sustentáveis na CFR de Lago Grande;	Coordenador pedagógico da CFR 02 - Professores da área Técnica; 12- Alunos concluintes do curso de agroecológica	Revisão Bibliográfica Entrevista

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

A condução desta pesquisa aconteceu mediante a articulação via ofício a Associação da Casa Familiar Rural (CFR) região do Lago Grande, assim como a autorização Presidente da Federação das Associações de Moradores e Comunidades do Assentamento Agroextrativista da Gleba Lago Grande – Feagle para adentrar ao campo de pesquisa. Participarão da pesquisa aqueles maiores de Idade que autorizarem participar da pesquisa, visto que as comunidades pesquisadas denomina-se área de assentamento. Neste contexto, a formalidade se deu conforme previsto na resolução 510/2016, a qual dá ênfase nos seguintes documentos: Carta de Aceite da Associação Casa Familiar Rural (CFR) da região de Lago Grande e Arcafar-PA, emitida pela presidência; Carta de Anuência do CEP/Ufopa e Termos de Consentimento Livre Esclarecido – TCLE E Termo de Assinatura de Imagem e Voz.

No entanto, após o parecer final da Comissão de Ética autorizando a pesquisa a pesquisadora informará via ofício a Federação das Associações de Moradores e Comunidades do Assentamento Agroextrativista da Gleba Lago Grande – Feagle e Casa Familiar Rural do Lago Grande cientes da realização da pesquisa, sobre a realização da pesquisa nas comunidades de Guajará, Vila Amazonas e Membeca.

Neste contexto, a abordagem aos participantes acontecerá mediante o diálogo explicando do que se trata a pesquisa, quanto a seus objetivos e procedimentos envolvidos, informando que sua participação é livre, podendo desistir sem prejuízo algum, tendo a liberdade de pedir informações sobre a pesquisa a qualquer momento. Na ocasião será feito a leitura com linguagem clara do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE, perguntado ao entrevistado (a) se aceita participar da pesquisa, mediante o aceite será assinado TCLE.

Somente após a assinatura, as entrevistas com roteiros (semiestruturados) acontecerão preferencialmente na propriedade rural de cada participante, estando presente a pesquisadora e o entrevistado (a), podendo este decidir se outras pessoas poderão estar presentes no local de realização da entrevista. A gravação do áudio da entrevista será realizada com o aparelho celular, sendo o equipamento de gravação utilizado de forma discreta e respeitosa, minimizando interferências no ambiente natural da pesquisa.

O participante será informado sobre o uso de sua voz e imagem, em especial as de suas atividades agrícolas desenvolvidas no Projeto Profissional do Jovem (PPJ) para fins científicos. Para tanto, será solicitado o consentimento do mesmo mediante assinatura de um “Termo de Voz e Imagem” para tais registros, sendo feitos somente com sua autorização.

Com as entrevistas gravadas, estas serão transcritas, onde a pesquisadora terá o cuidado com a escrita, para que aconteça de forma ética, levando em consideração a segurança e a privacidade dos participantes.

O tratamento dos dados será realizado pela abordagem análise de conteúdo de Bardin destaca a importância da interpretação para além da descrição superficial dos dados, pois para Bardin (1997) a análise de conteúdo vai além da mera descrição de um determinado material, sendo necessário e interpretar para dar sentido ao texto, realizando uma análise do discurso humano. Assim os dados das entrevistas serão transcritos, classificando-os em categorias e identificando-os o que eles têm em comum, permitindo assim seu agrupamento, passando pelas etapas desconstrução,

unitarização e categorização (MORAES; GALIAZZI, 2006), promovendo reflexões direcionados ao a sustentabilidade das atividades práticas correlacionado a vivência prática dos alunos.

1.1. Critérios de Inclusão

Pessoas maiores de idade que autorizarem participar da pesquisa, vinculados ao do curso de agroecologia da Casa Familiar Rural da região do Lago Grande nas comunidades Guajará, Membeca e Vila Amazonas, pelo viés da Pedagogia da Alternância.

1.2 Critérios de Exclusão

Pessoas maiores de 18 anos que não aceitem participar da pesquisa ou que tenham alguma comorbidade ou situação incapacitante, temporária ou permanente, que impossibilite sua participação;

Pessoas menores de 18 anos.

1.2.1 Desconfortos, riscos e benefícios

De acordo com a Resolução 510/16 que garante a privacidade dos dados e a Resolução 466/12 a qual destaca que mesmo que a pesquisa possua riscos mínimos, este deve ser evidenciado, uma vez que esta pesquisa envolve seres humanos sendo submetida à apreciação de um Comitê de Ética em Pesquisa, abaixo destaca-se abaixo possíveis riscos e benefícios

3.2.1 Riscos Mínimos

- Privacidade e confidencialidade

Será adotado procedimentos que garantam a privacidade dos participantes, como a utilização de códigos em vez de nomes reais, garantindo que o uso de dados pessoais seja restrito ao escopo da pesquisa. Implementar medidas de segurança para proteger a integridade dos dados coletados.

- Inconveniências

Minimizar a inconveniência para os participantes, garantindo que as atividades de pesquisa sejam programadas de maneira flexível e respeitando a disponibilidade dos participantes.

- Saúde

Será mantido cuidados com a saúde ao adentrar nas comunidades para a realização da pesquisa. A pesquisadora tomará os devidos cuidados diante as

situações pandêmicas (exames que comprovem a saúde, uso de máscara e álcool em gel caso precise).

Em caso de qualquer desconforto, os participantes são incentivados a informar imediatamente os pesquisadores. A equipe de pesquisa estará disponível para responder a dúvidas ou preocupações antes, durante e após a pesquisa. Caso ocorram riscos não previstos, serão tomadas medidas imediatas, incluindo interrupção da pesquisa, suporte psicológico e relato ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), visando garantir a integridade e ética da pesquisa, protegendo tanto os participantes quanto os pesquisadores envolvidos.

1.2.2 Benefícios

- **Contribuição do conhecimento científico**

A pesquisa pode contribuir significativamente para o avanço do conhecimento na área específica, proporcionando uma base para futuras investigações e práticas;

- **Desenvolvimento pessoal**

A participação na pesquisa pode proporcionar aos participantes uma oportunidade de desenvolver habilidades acadêmicas e críticas, contribuindo para o enriquecimento da formação acadêmica;

- **Relevância para a comunidade**

A pesquisa pode ter relevância para a comunidade ao abordar questões práticas e atuais, potencialmente influenciando políticas públicas e práticas futuras;

- **Valorização da Participação**

Garantir que os participantes sejam devidamente valorizados e reconhecidos pela sua contribuição, seja por meio de feedback às comunidades da pesquisa, resultados compartilhados ou outras formas apropriadas de reconhecimento.

Contudo, os benefícios, baseiam-se na construção deste trabalho, pois o resultado esperado da pesquisa busca mostrar as experiências vivenciadas pelas comunidades, a qual pode incentivar outros estudos direcionados a sustentabilidade da terra e produção de alimentos, bem como a possibilidade de inserção em políticas públicas para a educação do campo que possam atender às suas necessidades e demandas explanadas na pesquisa, trazendo subsídios para refletir sobre a relação das pessoas com a natureza pelo viés da Pedagogia da Alternância.

3. Forma de acompanhamento e assistência:

Caso apresente algum problema, o participante será assegurado a assistência integral em qualquer etapa do estudo, tendo o acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. Caso apresente algum problema a pesquisadora conduzirá através do diálogo com assistência imediata e integral, resolvendo a situação mediante o que é garantido ao participante nos termos legais, deixando claro sua livre participação na pesquisa

4. Garantia de esclarecimento, liberdade de recusa e garantia de sigilo

Você será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer tempo e aspecto que desejar, através dos meios citados acima. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento, sendo sua participação voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade, sendo garantido a manutenção do sigilo e de sua privacidade durante todas as fases da pesquisa, pois todos os dados coletados servirão apenas para fins de pesquisa. Seu nome ou o material que indique a sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.

5. Custos da participação, ressarcimento e indenização por eventuais danos

Para participar deste estudo você não terá nenhum custo nem receberá qualquer vantagem financeira, sendo esclarecido que caso a participação gere gastos será previsto uma compensação financeira conforme gastos reais do participante. Caso você, participante, sofra algum dano decorrente dessa pesquisa, os pesquisadores garantem indenizá-lo por todo e qualquer gasto ou prejuízo.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - UFOPA

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu

estou de acordo em participar da pesquisa intitulada “**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO**: Pedagogia da Alternância como perspectiva prática para o desenvolvimento agrícola sustentável na Amazônia”, de forma livre e espontânea, podendo retirar a qualquer meu consentimento a qualquer momento.

_____, de _____ de 2024

Assinatura do responsável pela pesquisa

Assinatura do participante

Obs.: 1 - O TCLE deverá estar assinado e rubricado em todas as páginas pelo responsável pela pesquisa quando for entregue para submissão do CEP.

Obs.: 2 - Cabe ao pesquisador adequar o presente termo à sua pesquisa. Leia atentamente a Resolução CNS 466/2012.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SOCIEDADE



APÊNDICE G – TERMO DE CONSENTIMENTO PARA USO DE VOZ E IMAGEM

Eu, _____, portador do
CPF _____, residente na comunidade
_____ declaro ter sido informado sobre os objetivos da pesquisa
“POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO: Pedagogia da
Alternância como perspectiva prática para desenvolvimento agrícola sustentável na
Amazônia, sendo esclarecido os procedimentos envolvidos, os riscos e benefícios
associados TCLE desta pesquisa.

Portanto, concordo voluntariamente em permitir o uso de minha voz e imagem,
bem como das atividades agrícolas desenvolvidas no tempo comunidade do curso de
agroecologia da Casa Familiar Rural das referentes comunidades pesquisada, para
fins exclusivos relacionados à pesquisa mencionada.

Santarém-Pa, 13 de abril de 2024.

Participante da pesquisa

ANEXOS

ANEXO A – OFÍCIOS EMCAMINHADOS PARA FEAGLE/CFR E ARCAFAR



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PRÓ REITORIA DE PESQUISA PÓS GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
MESTRADO ACADÊMICO EM CIÊNCIAS DA SOCIEDADE

Santarém, 28 de fevereiro de 2023.

Do: Programa de Pós Graduação em Ciências da Sociedade da Universidade Federal do Oeste do Pará – PPGCS/ICS/Ufopa

À: Presidente da Federação das Associações de Moradores e Comunidades do Assentamento Agroextrativista da Gleba Lago Grande - FEAGLE

Ilmo(a) Sr^ª: Rosenilce Vitor

Na condição de discente regularmente matriculada no Programa de Pós Graduação em Ciências da Sociedade da Universidade Federal do Oeste do Pará – PPGCS/ICS/Ufopa, venho solicitar autorização para realizar levantamentos preliminares visando à elaboração do projeto de pesquisa provisoriamente intitulado **“POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO: Pedagogia da Alternância como perspectiva prática para desenvolvimento agrícola sustentável na Amazônia”**.

Caso os levantamentos preliminares indiquem sua viabilidade e haja acordo da comunidade, o projeto será desenvolvido como requisito do curso de Mestrado em Ciências da Sociedade e orientado pelo prof. Dr. Abner Vilhena de Carvalho, docente permanente do PPGCS/UFOPA. Nesse caso, o projeto elaborado será submetido à comunidade, a suas entidades representativas e ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), bem como será adotado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme manda a legislação.

Sem mais, certos de sermos atendidos reiteramos nossos agradecimentos e considerações.

Cordialmente,

Edna Oliveira Padilha

Edna Oliveira Padilha
Discente PPGCS/ICS/Ufopa
Matrícula 2022101101

Documento assinado digitalmente
gov.br ABNER VILHENA DE CARVALHO
Data: 01/03/2023 09:33:59-0300
Verifique em <https://verificador.itl.br>

Prof. Dr. Abner Vilhena De Carvalho
Docente Permanente do PPGCS/ICS/Ufopa

Rosenilce dos Santos Vitor
Presidente Feagle
CPF: 706.866.452-00
Em: 28/03/2023
As 11h27min.

Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA
Rua Vera Paz, s/n. Bairro Salé, Santarém - Pará, CEP: 68040-255
E-mail: ppgcs.secretaria@ufopa.edu.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SOCIEDADE – PPGCS

Ofício nº 002 – Programa de Pós-graduação em Ciências da Sociedade da UFOPA

Santarém, 23 de maio de 2023

À presidente da Associação da Casa Familiar Rural da região do Lago Grande

Assunto: Solicitação de autorização para pesquisa de campo e elaboração da dissertação de mestrado: “POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO: Pedagogia da Alternância como perspectiva prática para desenvolvimento agrícola sustentável na Amazônia.”

Prezada Senhora,

Apresentamos a mestranda do Programa de Pós-graduação em Ciências da Sociedade – PPGCS Edna Oliveira Padilha. A mestranda está trabalhando na dissertação, que tem como título “POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO: Pedagogia da Alternância como perspectiva prática para desenvolvimento agrícola sustentável na Amazônia”, sob a orientação do professor Dr. Abner Vilhena de Carvalho e coorientação da professora Ednéa do Nascimento Carvalho. Para dar continuidade à elaboração da dissertação de mestrado, é essencial que a mesma realize uma pesquisa de campo na Associação da Casa Familiar Rural da região do Lago Grande.

Solicitamos da prezada senhora apoio para que a mestranda obtenha autorização para fins da sua pesquisa e elaboração de sua dissertação.

Atenciosamente,

Documento assinado digitalmente
RUBENS ELIAS DUARTE NOGUEIRA
Data: 23/05/2023 10:34:24-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Rubens Elias D. Nogueira

Coordenador do Programa de Pós-graduação em Ciências da Sociedade – UFOPA
Portaria nº 399 de 06/12/2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SOCIEDADE – PPGCS

Ofício nº 002 – Programa de Pós-graduação em Ciências da Sociedade da UFOPA

Santarém, 23 de maio de 2023

Ao Coordenador Pedagógico da Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Estado do Pará – ARCAFAR

Assunto: Solicitação de autorização para pesquisa de campo e elaboração da dissertação de mestrado: **“POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO: Pedagogia da Alternância como perspectiva prática para desenvolvimento agrícola sustentável na Amazônia.”**

Prezado Senhor,

Apresentamos a mestranda do Programa de Pós-graduação em Ciências da Sociedade – PPGCS Edna Oliveira Padilha. A mestranda está trabalhando na dissertação, que tem como título **“POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO: Pedagogia da Alternância como perspectiva prática para desenvolvimento agrícola sustentável na Amazônia”**, sob a orientação do professor Dr. Abner Vilhena de Carvalho e coorientação da professora Ednéa do Nascimento Carvalho. Para dar continuidade à elaboração da dissertação de mestrado, é essencial que a mesma realize uma pesquisa de campo na Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Estado do Pará.

Solicitamos do prezado senhor apoio para que a mestranda obtenha autorização para fins da sua pesquisa e elaboração de sua dissertação.

Atenciosamente,

Documento assinado digitalmente
RUBENS ELIAS DUARTE NOGUEIRA
Data: 23/05/2023 11:30:50-0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Rubens Elias D. Nogueira

Coordenador do Programa de Pós-graduação em Ciências da Sociedade – UFOPA
Portaria nº 399 de 06/12/2022

ANEXO B – TERMOS DE ANUÊNCIA DAS INSTITUIÇÕES FEAGLE/CFR E ARCAFAR



FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE Moradores E COMUNIDADES DO
AGROEXTRATIVISTA DA GLEBA LAGO GRANDE.
CNPJ: 07.813.723/0001-59
 Fundada em: 18 de Abril de 2005 E-mail: feaglestm@hotmail.com
 Endereço Sede: Comunidade Murui Rod. PA 257 Translago - PAE Lago Grande
 Escritório: na Av. Cuiabá s/n-Bairro Matinha - CEP: 68040-400- Santarém PA.

TERMO DE ANUÊNCIA DA INSTITUIÇÃO

A Federação das Associações de Moradores e Comunidades do Assentamento Agroextrativista da Gleba Lago Grande - FEAGLE está de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado **“POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO: Pedagogia da Alternância como perspectiva prática para desenvolvimento agrícola sustentável na Amazônia, coordenado pela pesquisadora Edna Oliveira Padilha, regularmente matriculada no Programa de Pós Graduação em Ciências da Sociedade da Universidade Federal do Oeste do Pará – PPGCS/Ufopa, sob a orientação do professor Dr. Abner Vilhena de Carvalho e coorientação da professora Ednéa do Nascimento Carvalho.**

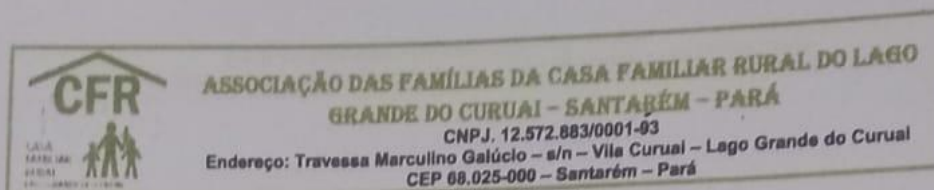
Esta entidade assume o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa pela autorização da coleta de dados durante os meses consequentes a aprovação deste pelo Comitê de Ética no referente ano de 2023, no território dos PAE Lago Grande em específico na CFR .

Declaramos ciência de que nossa instituição é coparticipante do presente projeto de pesquisa, e requeremos o compromisso da pesquisadora responsável com o resguardo da segurança e bem-estar dos participantes de pesquisa nela recrutados.

Santarém, 09 de maio de 2023



 Rosenilce dos Santos Vitor
 Presidente da FEAGLE
 Rosenilce dos Santos Vitor
 Presidente Feagle
 CPF: 706.866.452-00



TERMO DE ANUÊNCIA DA INSTITUIÇÃO

A Associação das Famílias da Casa Familiar Rural do Lago Grande do Curuai- mantenedora da Escola Comunitária Casa Familiar Rural do Lago Grande do Curuai- ECCFR-LG, está de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado **"POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO: Pedagogia da Alternância como perspectiva prática para desenvolvimento agrícola sustentável na Amazônia**, coordenado pela pesquisadora *Edna Oliveira Padilha*, regularmente matriculada no Programa de Pós Graduação em Ciências da Sociedade da Universidade Federal do Oeste do Pará – PPGCS/Ufopa,, sob a orientação do professor Dr. Abner Vilhena de Carvalho e coorientação da professora Ednéa do Nascimento Carvalho.

Esta entidade assume o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa pela autorização da coleta de dados durante os meses consequentes a aprovação deste pelo Comitê de Ética no referente ano de 2023.

Declaramos ciência de que nossa instituição é coparticipante do presente projeto de pesquisa, e requeremos o compromisso da pesquisadora responsável com o resguardo da segurança e bem-estar dos participantes de pesquisa nela recrutados.

Santarém, 09 de maio de 2023

Neida Maria Pereira Rego
 Neida Maria Pereira Rego
 Presidente – CFR-LG
 CPE:581.755.552-20

EMAIL: cfriagrande@ceapac.org.br, contato: 93 99181 6365



ARCAFAR-PARA

Associação das Casas Familiares Rurais do
Pará CNPJ: 05.939.593/0001-70

TERMO DE ANUÊNCIA DA INSTITUIÇÃO

A Associação das Casas Familiares Rurais do Estado do Pará, está de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado **“POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO: Pedagogia da Alternância como perspectiva prática para desenvolvimento agrícola sustentável na Amazônia**, coordenado pela pesquisadora *Edna Oliveira Padilha*, regularmente matriculada no Programa de Pós Graduação em Ciências da Sociedade da Universidade Federal do Oeste do Pará – PPGCS/Ufopa,, sob a orientação do professor Dr. Abner Vilhena de Carvalho e coorientação da professora Ednéa do Nascimento Carvalho.

Esta entidade assume o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa pela autorização da coleta de dados durante os meses consequentes a aprovação deste pelo Comitê de Ética no referente ano de 2023.

Declaramos ciência de que nossa instituição é coparticipante do presente projeto de pesquisa, e requeremos o compromisso da pesquisadora responsável com o resguardo da segurança e bem-estar dos participantes de pesquisa nela recrutados.

Santarém, 01 de junho de 2023

Documento assinado digitalmente
gov.br EDSON LUIS AZEVEDO MOURA
Data: 01/06/2023 07:03:33-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Edson Luís Azevedo Moura
Presidente ARCAFAR-PA

Avenida Djalma Dutra 2037, Centro- Altamira Pará, CEP 68.371-163
Fone (93)991323464 E-mail arcafarpadiretoria@gmail.com

ANEXO C – ATA DA QUALIFICAÇÃO DA DISSERTAÇÃO



Universidade Federal do Oeste do Pará
 Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação Tecnológica
 Instituto de Ciências da Sociedade
 Programa de Pós-graduação em Ciências da Sociedade
 Mestrado Acadêmico em Ciências da Sociedade



ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ao décimo oitavo dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três, às 15h00 min, na sala virtual do *google meet*: <https://meet.google.com/hje-xrrm-voy>, instalou-se a banca examinadora de dissertação de mestrado do(a) aluno(a) Edna Oliveira Padilha. A banca examinadora foi composta pelos professores Dr(a). José Camilo Ramos de Souza - UEA, examinador(a) externo(a), Dr(a). Márcio Júnior Benassuly Barros, PPGCS/Ufopa, examinador(a) interno(a) Dr(a). Ednea do Nascimento Carvalho, PPGCS/Ufopa, **co-orientador(a)**, e Dr(a). Abner Vilhena de Carvalho, PPGCS/ Ufopa, **orientador(a)**. Deu-se início a abertura dos trabalhos, por parte do(a) Orientador(a), que, após apresentar os membros da banca examinadora e esclarecer a tramitação da defesa, passou de imediato ao(a) mestrando(a) para que iniciasse a apresentação da dissertação, intitulada **“POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO: Pedagogia da Alternância como perspectiva prática para desenvolvimento agrícola sustentável na Amazônia”**, marcando um tempo de 30 minutos para a apresentação. Concluída a exposição, o(a) Prof(a). Dr(a). Abner Vilhena de Carvalho, presidente, passou a palavra aos examinadores, para argüirem o(a) candidato(a). Após as considerações sobre o trabalho em julgamento, foi **APROVADO(A)** o(a) candidato(a), conforme as normas vigentes na Universidade Federal do Oeste do Pará. Para efeito legal segue a presente ata assinada pelo(a) professor(a) orientador(a), pelos professores avaliadores e pelo(a) mestrando(a).

Prof(a). Dr(a). Abner Vilhena de Carvalho
Orientador(a) - PPGCS/Ufopa

Prof(a) Dr(a). Ednea do Nascimento Carvalho
Co-orientador(a) - PPGCS/Ufopa

Prof(a). Dr(a). José Camilo Ramos de Souza -
Examinador(a) Externo(a) - UEA

Prof(a). Dr(a). Márcio Júnior Benassuly Barros
Examinador(a) Interno(a) - PPGCS/ Ufopa

Edna Oliveira Padilha
Mestrando(a) - PPGCS/Ufopa

Documento assinado digitalmente
 **ABNER VILHENA DE CARVALHO**
 Data: 18/09/2023 18:25:34-0300
 Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Documento assinado digitalmente
 **EDNEA DO NASCIMENTO CARVALHO**
 Data: 19/09/2023 09:09:32-0300
 Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Documento assinado digitalmente
 **JOSE CAMILO RAMOS DE SOUZA**
 Data: 18/09/2023 18:51:14-0300
 Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Documento assinado digitalmente
 **MARCIO JUNIOR BENASSULY BARROS**
 Data: 18/09/2023 20:56:44-0300
 Verifique em <https://validar.it.gov.br>

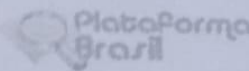
Documento assinado digitalmente
 **EDNA OLIVEIRA PADILHA**
 Data: 19/09/2023 10:27:46-0300
 Verifique em <https://validar.it.gov.br>

PPGCS/ICS/UFOPA Campus Tapajós Rua Vera Paz, s/n (Unidade Tapajós) Bairro Salé | CEP 68040-255
 E-mail: ppgcs.secretaria@ufopa.edu.br

ANEXO D – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ - CEP - UFOPA		Plataforma Brasil
PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP		
DADOS DO PROJETO DE PESQUISA		
Título da Pesquisa: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO: Pedagogia da Alternância como perspectiva prática para desenvolvimento agrícola sustentável na Amazônia		
Pesquisador: EDNA OLIVEIRA PADILHA Área Temática: Versão: 2 CAAE: 76229823.8.0000.0171 Instituição Proponente: Universidade Federal do Oeste do Pará Patrocinador Principal: Financiamento Próprio		
DADOS DO PARECER		
Número do Parecer: 6.722.947		
Apresentação do Projeto: O presente trabalho propõe pesquisar sobre as políticas públicas da educação do campo na Amazônia e sua relação com o a sustentabilidade das atividades agrícolas desenvolvidas pela Casa Familiar Rural (CFR) da região de Lago Grande mediante a prática de ensino da Pedagogia da Alternância. Para tanto, realizar-se-á uma pesquisa bibliográfica e de campo, sendo aplicado entrevistas: a coordenação pedagógica da (CFR) do Lago Grande e presidente da Associação Regional das Casas Familiares do Estado do Pará (Arcafar), professores técnicos e alunos em fase de conclusão do curso de agroecologia.		
Objetivo da Pesquisa: Objetivos Primários: Analisar a contribuição da Pedagogia da Alternância nas atividades agroecológicas para a sustentabilidade da Amazônia.		
Objetivos secundários: 1- Compreender a conjuntura das políticas públicas educacionais do campo, e o processo de articulação dos movimentos sociais; 2- Entender o contexto atual da Educação do Campo das Casas Familiares Rurais do Baixo Amazonas;		
Endereço: Rua Vera Paz s/n - Prédio da Reitoria, Sala nº 53 Bairro: Salé CEP: 68.040-255 UF: PA Município: SANTAREM E-mail: cep@ufopa.edu.br Telefone: (93)2101-4966		

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
OESTE DO PARÁ - CEP -
UFOPA



Continuação do Parecer 6.722/947

3- Verificar as contribuições da Pedagogia da Alternância para o manejo sustentável da terra;

4- Analisar a prática de ensino da Pedagogia da Alternância inerente ao "Tempo comunidade", quanto a efetivação de alternativas agrícolas sustentáveis na CFR de Lago Grande.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Os possíveis riscos destacam-se as possibilidades: o sentir-se desconfortável na abordagem da entrevista por vergonha, estresse ou cansaço ao responder às perguntas, e além deste a quebra de sigilo. Nesse contexto a pesquisadora (a) criará mecanismos, tendo o cuidado no diálogo e com a escrita, para que aconteça de forma ética, levando em consideração a segurança e a privacidade dos participantes, bem como informá-lo que tem a liberdade de pedir informações sobre a pesquisa a qualquer momento, e sua participação livre, podendo desistir da participação sem qualquer prejuízo. Será mantido cuidados com a saúde ao adentrar nas comunidades para a realização da pesquisa. A pesquisadora tomará os devidos cuidados diante as situações pandêmicas (exames que comprovem a saúde, uso de máscara e álcool em gel caso precise).

De acordo com a Resolução 510/16 que garante a privacidade dos dados e a Resolução 466/12 a qual destaca que mesmo que a pesquisa possua riscos mínimos, este deve ser evidenciado, uma vez que esta pesquisa envolve seres humanos sendo submetida à apreciação de um Comitê de Ética em Pesquisa, abaixo destaca-se abaixo possíveis riscos e benefícios.

Riscos Mínimos

↳ Privacidade e confidencialidade

Será adotado procedimentos que garantam a privacidade dos participantes, como a utilização de códigos em vez de nomes reais, garantindo que o uso de dados pessoais seja restrito ao escopo da pesquisa. Implementar medidas de segurança para proteger a integridade dos dados coletados.

↳ Inconveniências

Minimizar a inconveniência para os participantes, garantindo que as atividades de pesquisa sejam programadas de maneira flexível e respeitando a disponibilidade dos participantes.

↳ Saúde

Será mantido cuidados com a saúde ao adentrar nas comunidades para a realização da pesquisa. A pesquisadora tomará os devidos cuidados diante as situações pandêmicas (exames

Endereço: Rua Vera Paz s/n - Prédio da Reitoria, Sala nº 53

Bairro: Salé

CEP: 68.040-255

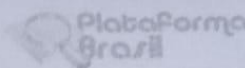
UF: PA

Município: SANTAREM

Telefone: (93)2101-4966

E-mail: cep@ufopa.edu.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
OESTE DO PARÁ - CEP -
UFOPA



Continuação do Parecer: 6.722.947

que comprovem a saúde, uso de máscara e álcool em gel caso precise). Em caso de qualquer desconforto, os participantes são incentivados a informar imediatamente os pesquisadores. A equipe de pesquisa estará disponível para responder a dúvidas ou preocupações antes, durante e após a pesquisa. Caso ocorram riscos não previstos, serão tomadas medidas imediatas, incluindo interrupção da pesquisa, suporte psicológico e relato ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), visando garantir a integridade e ética da pesquisa, protegendo tanto os participantes quanto os pesquisadores envolvidos.

Benefícios

Os benefícios, baseiam-se na construção deste trabalho, pois o resultado da pesquisa busca mostrar as experiências vivenciadas pelas comunidades, a qual pode incentivar outros estudos direcionados a sustentabilidade da terra e produção de alimentos, bem como a possibilidade de inserção em políticas públicas para a educação do campo que possam atender às suas necessidades e demandas explanadas na pesquisa, trazendo subsídios para refletir sobre a relação das pessoas com a natureza pelo viés da Pedagogia da Alternância.

Além de A pesquisa pode contribuir significativamente para o avanço do conhecimento na área específica, proporcionando uma base para futuras investigações e práticas;

Desenvolvimento pessoal. A participação na pesquisa pode proporcionar aos participantes uma oportunidade de desenvolver habilidades acadêmicas e críticas, contribuindo para o enriquecimento da formação acadêmica;

Relevância para a comunidade

A pesquisa pode ter relevância para a comunidade ao abordar questões práticas e atuais, potencialmente influenciando políticas públicas e práticas futuras;

Valorização da Participação

Garantir que os participantes sejam devidamente valorizados e reconhecidos pela sua contribuição, seja por meio de feedback as comunidades da pesquisa, resultados compartilhados ou outras formas apropriadas de reconhecimento.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa apresenta relevância social e acadêmica. Os ajustes necessários para dar seguimento a pesquisa, foram corrigidos e/ou acrescentados.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram inseridos os seguintes termos:

Endereço: Rua Vera Paz s/n - Prédio da Reitoria, Sala nº 53

Bairro: Salé

CEP: 68.040-255

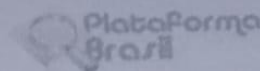
UF: PA

Município: SANTAREM

Telefone: (93)2101-4966

E-mail: cep@ufopa.edu.br

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO
OESTE DO PARÁ - CEP -
UFOPA**



Continuação do Parecer 6.722/947

- Projeto de pesquisa detalhado;
- Informações básicas do projeto;
- Declaração de não iniciação da pesquisa;
- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE);
- Declaração de Anuência da Instituição (local onde será realizada a pesquisa);
- Folha de rosto.

Recomendações:

Foi necessário fazer alguns ajustes quanto ao TCLE, TALE, riscos e benefícios e outras pendências que foram destacadas nas conclusões. Sendo atendidos todos os quesitos pelos pesquisadores.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Diante do Projeto Avaliado pelo CEP/UFOPA, a presente pesquisa que fora submetida a este CEP, depois de analisada e corrigida, fica APROVADA por esta Comissão de Ética.

Considerações Finais a critério do CEP:

Não.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES BÁSICAS_DO_PROJETO_2240033.pdf	09/01/2024 11:31:10		Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA DE PESQUISA.pdf	09/01/2024 11:27:48	EDNA OLIVEIRA PADILHA	Aceito
Outros	TERMO DE CONSENTIMENTO PARA USO DE VOZ E IMAGEM.pdf	09/01/2024 11:26:53	EDNA OLIVEIRA PADILHA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO DE PESQUISA CEP versao 2.pdf	09/01/2024 11:19:36	EDNA OLIVEIRA PADILHA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE versao.pdf	09/01/2024 11:19:00	EDNA OLIVEIRA PADILHA	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRostoassinado.pdf	09/01/2024 11:13:21	EDNA OLIVEIRA PADILHA	Aceito
Declaração de concordância	oficio de solicitacao de termo de anuencia.pdf	01/11/2023 15:35:41	EDNA OLIVEIRA PADILHA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	DECLARACAO.pdf	01/11/2023 14:24:20	EDNA OLIVEIRA PADILHA	Aceito

Endereço: Rua Vera Paz s/n - Prédio da Reitoria, Sala nº 53
CEP: 68.040-255

Bairro: Salé

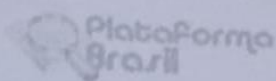
UF: PA

Município: SANTAREM

E-mail: cep@ufopa.edu.br

Telefone: (93)2101-4966

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
OESTE DO PARÁ - CEP -
UFOPA



Continuação do Parecer: 6.722.947

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

SANTAREM, 25 de Março de 2024

Assinado por:
Flavia Garcez da Silva
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Vera Paz s/n - Prédio da Reitoria, Sala nº 53

Cidade: Salé

CEP: 68.040-255

UF: PA

Município: SANTAREM

Telefone: (93)2101-4966

E-mail: cep@ufopa.edu.br

ANEXO E – OFÍCIO ENCAMINHADO AS INSTITUIÇÕES CFR E ARCAFAR



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PRÓ REITORIA DE PESQUISA PÓS GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SOCIEDADE MESTRADO ACADÊMICO EM
CIÊNCIAS DA SOCIEDADE

OFICIO 06/2024

Santarém, 27 de março de 2024.

Do: Programa de Pós-Graduação em Ciências da Sociedade/Universidade Federal do Oeste do Pará- PPGCS/UFOPA

À: Presidente da Casa Familiar Rural – Lago Grande

Ilmo (a) Sr(ª): Neida Maria Pereira Rego

Prezado (a) Sr. (a)

Venho por meio deste informar que projeto de pesquisa “**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO: Pedagogia da Alternância como perspectiva prática para desenvolvimento agrícola sustentável na Amazônia**”, foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Ufopa-Pa com parecer de nº 6.722.947, atendendo todos os requisitos exigidos para a realização da referida pesquisa de campo, desde o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assim como demais documentações demandadas.

Neste contexto, solicitamos a possível articulação para a realização da pesquisa de campo no mês de abril/2024 nas comunidades de Membeca, Vila Amazonas e Guajará, para que a discente EDNA OLIVEIRA PADILHA regularmente matriculada no PPGCS/UFOPA sob orientação do professor Dr. Abner Vilhena de Carvalho e coorientação da professora Ednéa do Nascimento Carvalho, possa dar continuidade à elaboração da dissertação de mestrado.

Portanto, mediante o Termo de Anuência já autorizado por esta Instituição, solicitamos da prezada senhora o apoio para que a mestranda obtenha o êxito nesta etapa que é essencial para os resultados de sua dissertação. Sem mais, certos de sermos atendidos reiteramos nossos agradecimentos e considerações.



Documento assinado digitalmente
MARCIO JUNIOR BENASSULY BARROS
Data: 18/04/2024 18:13:38-0300
Verifique em <https://validar.itu.gov.br>

Cordialmente,

Coordenação do PPGCS

Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA
Av. Mendonça Furtado, nº 2946 - CEP 68.040-050 – Bairro: Aldeia - Santarém, Pará
E-mail: secretariasnd@ufopa.edu.br / secppgsnd@gmail.com



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PRÓ REITORIA DE PESQUISA PÓS GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SOCIEDADE MESTRADO ACADÊMICO EM
CIÊNCIAS DA SOCIEDADE

OFICIO 05/2024

Santarém, 27 de março de 2024.

Do: Programa de Pós-Graduação em Ciências da Sociedade/Universidade Federal do Oeste do Pará- PPGCS/UFOPA

À: Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Estado do Pará – ARCAFAR

Ilmo (a) Sr(ª): Edson Luis Azevedo Moura

Prezado (a) Sr. (a)

Venho por meio deste informar que projeto de pesquisa “**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO: Pedagogia da Alternância como perspectiva prática para desenvolvimento agrícola sustentável na Amazônia**”, foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Ufopa-Pa com parecer de nº 6.722.947, atendendo todos os requisitos exigidos para a realização da referida pesquisa de campo, desde o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assim como demais documentações demandadas.

Neste contexto, mediante o Termo de Anuência já autorizado por esta Instituição, solicitamos uma data se possível no mês de abril/2024 para realização pesquisa e eferivação da entrevista, para que a discente EDNA OLIVEIRA PADILHA regularmente matriculada no PPGCS/UFOPA sob orientação do professor Dr. Abner Vilhena de Carvalho e coorientação da professora Ednéa do Nascimento Carvalho, possa dar continuidade à elaboração da dissertação de mestrado.

Portanto, solicitamos do prezado senhor o apoio para que a mestranda obtenha o êxito nesta etapa que é essencial para os resultados de sua dissertação. Sem mais, certos de sermos atendidos reiteramos nossos agradecimentos e considerações.

Documento assinado digitalmente
MARCIO JUNIOR RENASSULY BARROS
Data: 18/04/2024 18:14:55-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Cordialmente,

Coordenação do PPGCS

Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA
Av. Mendonça Furtado, nº 2946 - CEP 68.040-050 – Bairro: Aldeia - Santarém, Pará
E-mail: secretariasnd@ufopa.edu.br / secppgsnd@gmail.com

ANEXO F – ASSINATURA DOS TCLE's



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - UFOPA

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu

Odiane Maria dos Santos Costa

estou de acordo em participar da pesquisa intitulada “POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO: Pedagogia da Alternância como perspectiva prática para o desenvolvimento agrícola sustentável na Amazônia”, de forma livre e espontânea, podendo retirar a qualquer meu consentimento a qualquer momento.

17, de abril de 2024

Edna Oliveira Padilha

Assinatura do responsável pela pesquisa

Odiane Maria dos Santos Costa

Assinatura do participante

Obs.: 1 - O TCLE deverá estar assinado e rubricado em todas as páginas pelo responsável pela pesquisa quando for entregue para submissão do CEP.

Obs.: 2 - Cabe ao pesquisador adequar o presente termo à sua pesquisa. Leia atentamente a Resolução CNS 466/2012.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - UFOPA

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu

Delson Miranda Pires

estou de acordo em participar da pesquisa intitulada **"POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO: Pedagogia da Alternância como perspectiva prática para o desenvolvimento agrícola sustentável na Amazônia"**, de forma livre e espontânea, podendo retirar a qualquer meu consentimento a qualquer momento.

17, de abril de 2024

Edna Oliveira Padilha

Assinatura do responsável pela pesquisa

Delson Miranda Pires

Assinatura do participante

Obs.: 1 - O TCLE deverá estar assinado e rubricado em todas as páginas pelo responsável pela pesquisa quando for entregue para submissão do CEP.

Obs.: 2 - Cabe ao pesquisador adequar o presente termo à sua pesquisa. Leia atentamente a Resolução CNS 466/2012.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - UFOPA

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu

Naiara Sousa Gomboc

estou de acordo em participar da pesquisa intitulada "POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO: Pedagogia da Alternância como perspectiva prática para o desenvolvimento agrícola sustentável na Amazônia", de forma livre e espontânea, podendo retirar a qualquer meu consentimento a qualquer momento.

17, de abril de 2024

Edna Oliveira Padelha

Assinatura do responsável pela pesquisa

Naiara Sousa Gomboc

Assinatura do participante

Obs.: 1 - O TCLE deverá estar assinado e rubricado em todas as páginas pelo responsável pela pesquisa quando for entregue para submissão do CEP.

Obs.: 2 - Cabe ao pesquisador adequar o presente termo à sua pesquisa. Leia atentamente a Resolução CNS 466/2012.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - UFOPA

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu

Elisnay Maria Moreira Ferreira
estou de acordo em participar da pesquisa intitulada "POLÍTICAS PÚBLICAS PARA
A EDUCAÇÃO DO CAMPO: Pedagogia da Alternância como perspectiva prática
para o desenvolvimento agrícola sustentável na Amazônia", de forma livre e
espontânea, podendo retirar a qualquer meu consentimento a qualquer momento.

17, de abril de 2024

Edna Almeida Padilha

Assinatura do responsável pela pesquisa

Elisnay M.ª Moreira Ferreira

Assinatura do participante

Obs.: 1 - O TCLE deverá estar assinado e rubricado em todas as páginas pelo responsável pela pesquisa quando for entregue para submissão do CEP.

Obs.: 2 - Cabe ao pesquisador adequar o presente termo à sua pesquisa. Leia atentamente a Resolução CNS 466/2012.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - UFOPA

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu

Onete Lopes de Sousa
estou de acordo em participar da pesquisa intitulada “POLÍTICAS PÚBLICAS PARA
A EDUCAÇÃO DO CAMPO: Pedagogia da Alternância como perspectiva prática
para o desenvolvimento agrícola sustentável na Amazônia”, de forma livre e
espontânea, podendo retirar a qualquer meu consentimento a qualquer momento.

16, de abril de 2024

Edna Oliveira Padilha

Assinatura do responsável pela pesquisa

Onete Lopes de Sousa

Assinatura do participante

Obs.: 1 - O TCLE deverá estar assinado e rubricado em todas as páginas pelo responsável pela pesquisa quando for entregue para submissão do CEP.

Obs.: 2 - Cabe ao pesquisador adequar o presente termo à sua pesquisa. Leia atentamente a Resolução CNS 466/2012.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - UFOPA

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu

Leonora Lima da Costa
estou de acordo em participar da pesquisa intitulada "POLÍTICAS PÚBLICAS PARA
A EDUCAÇÃO DO CAMPO: Pedagogia da Alternância como perspectiva prática
para o desenvolvimento agrícola sustentável na Amazônia", de forma livre e
espontânea, podendo retirar a qualquer meu consentimento a qualquer momento.

16, de abril de 2024

Edna Oliveira Padelha

Assinatura do responsável pela pesquisa

Leonora Lima da Costa

Assinatura do participante

Obs.: 1 - O TCLE deverá estar assinado e rubricado em todas as páginas pelo responsável pela pesquisa quando for entregue para submissão do CEP.

Obs.: 2 - Cabe ao pesquisador adequar o presente termo à sua pesquisa. Leia atentamente a Resolução CNS 466/2012.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - UFOPA

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu

Neilane Aires Silva

estou de acordo em participar da pesquisa intitulada "POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO: Pedagogia da Alternância como perspectiva prática para o desenvolvimento agrícola sustentável na Amazônia", de forma livre e espontânea, podendo retirar a qualquer meu consentimento a qualquer momento.

16, de abril de 2024

Edna Oliveira Padilha

Assinatura do responsável pela pesquisa

Neilane Aires Silva

Assinatura do participante

Obs.: 1 - O TCLE deverá estar assinado e rubricado em todas as páginas pelo responsável pela pesquisa quando for entregue para submissão do CEP.

Obs.: 2 - Cabe ao pesquisador adequar o presente termo à sua pesquisa. Leia atentamente a Resolução CNS 466/2012.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - UFOPA

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu

Ronilson da Silva Batista

estou de acordo em participar da pesquisa intitulada "POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO: Pedagogia da Alternância como perspectiva prática para o desenvolvimento agrícola sustentável na Amazônia", de forma livre e espontânea, podendo retirar a qualquer meu consentimento a qualquer momento.

16, de abril de 2024

Edna Oliveira Padelha

Assinatura do responsável pela pesquisa

Ronilson da Silva Batista

Assinatura do participante

Obs.: 1 - O TCLE deverá estar assinado e rubricado em todas as páginas pelo responsável pela pesquisa quando for entregue para submissão do CEP.

Obs.: 2 - Cabe ao pesquisador adequar o presente termo à sua pesquisa. Leia atentamente a Resolução CNS 466/2012.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - UFOPA

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu

Edilei Cunha de Sousa

estou de acordo em participar da pesquisa intitulada "POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO: Pedagogia da Alternância como perspectiva prática para o desenvolvimento agrícola sustentável na Amazônia", de forma livre e espontânea, podendo retirar a qualquer meu consentimento a qualquer momento.

16, de abril de 2024

Edna Oliveira Ladeira

Assinatura do responsável pela pesquisa

Edilei Cunha de Sousa

Assinatura do participante

Obs.: 1 - O TCLE deverá estar assinado e rubricado em todas as páginas pelo responsável pela pesquisa quando for entregue para submissão do CEP.

Obs.: 2 - Cabe ao pesquisador adequar o presente termo à sua pesquisa. Leia atentamente a Resolução CNS 466/2012.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - UFOPA

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu

Maria Rosa Sousa Galvão
estou de acordo em participar da pesquisa intitulada "POLÍTICAS PÚBLICAS PARA
A EDUCAÇÃO DO CAMPO: Pedagogia da Alternância como perspectiva prática
para o desenvolvimento agrícola sustentável na Amazônia", de forma livre e
espontânea, podendo retirar a qualquer meu consentimento a qualquer momento.

38, de abril de 2024

Edna Oliveira Ladeira
Assinatura do responsável pela pesquisa

Maria Rosa Sousa Galvão
Assinatura do participante

Obs.: 1 - O TCLE deverá estar assinado e rubricado em todas as páginas pelo responsável pela pesquisa quando for entregue para submissão do CEP.

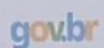
Obs.: 2 - Cabe ao pesquisador adequar o presente termo à sua pesquisa. Leia atentamente a Resolução CNS 466/2012.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - UFOPA

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu **ARIVALDO BATISTA DA SILVA** estou de acordo em participar da pesquisa intitulada “POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO: Pedagogia da Alternância como perspectiva prática para o desenvolvimento agrícola sustentável na Amazônia”, de forma livre e espontânea, podendo retirar a qualquer meu consentimento a qualquer momento.

Santarém-Pa, 13 de maio de 2024



Documento assinado digitalmente
ARIVALDO BATISTA DA SILVA
Data: 23/06/2024 14:46:45-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Assinatura do responsável pela pesquisa

Assinatura do participante

Obs.: 1 - O TCLE deverá estar assinado e rubricado em todas as páginas pelo responsável pela pesquisa quando for entregue para submissão do CEP.

Obs.: 2 - Cabe ao pesquisador adequar o presente termo à sua pesquisa. Leia atentamente a Resolução CNS 466/2012.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - UFOPA

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu

Neida Maria Pereira Rego
estou de acordo em participar da pesquisa intitulada "POLÍTICAS PÚBLICAS PARA
A EDUCAÇÃO DO CAMPO: Pedagogia da Alternância como perspectiva prática
para o desenvolvimento agrícola sustentável na Amazônia", de forma livre e
espontânea, podendo retirar a qualquer meu consentimento a qualquer momento.

20, de abril de 2024

Edna Oliveira Padilha
Assinatura do responsável pela pesquisa

Neida Maria Pereira Rego
Assinatura do participante

Obs.: 1 - O TCLE deverá estar assinado e rubricado em todas as páginas pelo responsável pela pesquisa quando for entregue para submissão do CEP.

Obs.: 2 - Cabe ao pesquisador adequar o presente termo à sua pesquisa. Leia atentamente a Resolução CNS 466/2012.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - UFOPA

Ciente do que foi anteriormente exposto, eu **WERLISON SILVA DE SOUSA** estou de acordo em participar da pesquisa intitulada **"POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO: Pedagogia da Alternância como perspectiva prática para o desenvolvimento agrícola sustentável na Amazônia"**, de forma livre e espontânea, podendo retirar a qualquer meu consentimento a qualquer momento.

Assinatura do responsável pela pesquisa



Santarém 01 de julho de 2024
Documento assinado digitalmente
WERLISON SILVA DE SOUSA
Data: 09/08/2024 18:00:21-0300
Verifique em <https://validar.jb.gov.br>

Assinatura do participante

Obs.: 1 - O TCLE deverá estar assinado e rubricado em todas as páginas pelo responsável pela pesquisa quando for entregue para submissão do CEP.

Obs.: 2 - Cabe ao pesquisador adequar o presente termo à sua pesquisa. Leia atentamente a Resolução CNS 466/2012.

ANEXO G – TERMOS DE CONSENTIMENTOS PARA USO DE VOZ E IMAGEM

 UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SOCIEDADE

 ICS
Instituto de Ciências da Sociedade
da Universidade Federal do Oeste do Pará

TERMO DE CONSENTIMENTO PARA USO DE VOZ E IMAGEM

Eu, Odiane Maria dos Santos Costa, portador
do CPF 914 933 842-53, residente na comunidade
Guajará declaro ter sido informado sobre os objetivos da
pesquisa **"POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO:**
Pedagogia da Alternância como perspectiva prática para desenvolvimento
agrícola sustentável na Amazônia, sendo esclarecido os procedimentos
envolvidos, os riscos e benefícios associados TCLE desta pesquisa.

Portanto, concordo voluntariamente em permitir o uso de minha voz e
imagem, bem como das atividades agrícolas desenvolvidas em minha
propriedade, para fins exclusivos relacionados à pesquisa mencionada.

Santarém, 18 de abril de 2024.

Odiane Maria dos Santos Costa
Participante da pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SOCIEDADE



TERMO DE CONSENTIMENTO PARA USO DE VOZ E IMAGEM

Eu, Delson Miranda Pisa, portador
do CPF 387.612.462-04, residente na comunidade
Guajará declaro ter sido informado sobre os objetivos da
pesquisa **"POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO:**
Pedagogia da Alternância como perspectiva prática para desenvolvimento
agrícola sustentável na Amazônia, sendo esclarecido os procedimentos
envolvidos, os riscos e benefícios associados TCLE desta pesquisa.

Portanto, concordo voluntariamente em permitir o uso de minha voz e
imagem, bem como das atividades agrícolas desenvolvidas em minha
propriedade, para fins exclusivos relacionados à pesquisa mencionada.

Santarém, 17 de abril de 2024.

Delson Miranda Pisa

Participante da pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SOCIEDADE



TERMO DE CONSENTIMENTO PARA USO DE VOZ E IMAGEM

Eu, Naiara Sousa Gamboa, portador
do CPF 005.134.632 - 08, residente na comunidade
declaro ter sido informado sobre os objetivos da
pesquisa **"POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO:
Pedagogia da Alternância como perspectiva prática para desenvolvimento
agrícola sustentável na Amazônia, sendo esclarecido os procedimentos
envolvidos, os riscos e benefícios associados TCLE desta pesquisa.**

Portanto, concordo voluntariamente em permitir o uso de minha voz e
imagem, bem como das atividades agrícolas desenvolvidas em minha
propriedade, para fins exclusivos relacionados à pesquisa mencionada.

Senftenem, 17 de abril de 2024.

Naiara Sousa Gamboa

Participante da pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SOCIEDADE



TERMO DE CONSENTIMENTO PARA USO DE VOZ E IMAGEM

Eu, Elisney Maria Moreira Ferreira, portador
do CPF 232.979.802-49, residente na comunidade
Guapara declaro ter sido informado sobre os objetivos da
pesquisa **"POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO:
Pedagogia da Alternância como perspectiva prática para desenvolvimento
agrícola sustentável na Amazônia, sendo esclarecido os procedimentos
envolvidos, os riscos e benefícios associados TCLE desta pesquisa.**

Portanto, concordo voluntariamente em permitir o uso de minha voz e
imagem, bem como das atividades agrícolas desenvolvidas em minha
propriedade, para fins exclusivos relacionados à pesquisa mencionada.

Santarém, 17 de abril de 2024.

Elisney Maria Moreira Ferreira

Participante da pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SOCIEDADE



TERMO DE CONSENTIMENTO PARA USO DE VOZ E IMAGEM

Eu, Ornate Lopes de Sousa, portador
do CPF 205349302-04, residente na comunidade
Guayara declaro ter sido informado sobre os objetivos da
pesquisa **"POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO:**
Pedagogia da Alternância como perspectiva prática para desenvolvimento
agrícola sustentável na Amazônia, sendo esclarecido os procedimentos
envolvidos, os riscos e benefícios associados TCLE desta pesquisa.

Portanto, concordo voluntariamente em permitir o uso de minha voz e
imagem, bem como das atividades agrícolas desenvolvidas em minha
propriedade, para fins exclusivos relacionados à pesquisa mencionada.

Santarém, 16 de abril de 2024.

Ornate Lopes de Sousa

Participante da pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SOCIEDADE



TERMO DE CONSENTIMENTO PARA USO DE VOZ E IMAGEM

Eu, Leonora Lima da Costa, portador
do CPF 437 447 302 - 20, residente na comunidade
Vila Amazonas declaro ter sido informado sobre os objetivos da
pesquisa **"POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO:**
Pedagogia da Alternância como perspectiva prática para desenvolvimento
agrícola sustentável na Amazônia, sendo esclarecido os procedimentos
envolvidos, os riscos e benefícios associados TCLE desta pesquisa.

Portanto, concordo voluntariamente em permitir o uso de minha voz e
imagem, bem como das atividades agrícolas desenvolvidas em minha
propriedade, para fins exclusivos relacionados à pesquisa mencionada.

Santarém, 16 de abril de 2024.

Leonora Lima da Costa
Participante da pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SOCIEDADE



TERMO DE CONSENTIMENTO PARA USO DE VOZ E IMAGEM

Eu, Neiliane Aires Silva, portador
do CPF 807 949 902-72, residente na comunidade
Vila Amazonas declaro ter sido informado sobre os objetivos da
pesquisa **"POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO:**
Pedagogia da Alternância como perspectiva prática para desenvolvimento
agrícola sustentável na Amazônia, sendo esclarecido os procedimentos
envolvidos, os riscos e benefícios associados TCLE desta pesquisa.

Portanto, concordo voluntariamente em permitir o uso de minha voz e
imagem, bem como das atividades agrícolas desenvolvidas em minha
propriedade, para fins exclusivos relacionados à pesquisa mencionada.

Santarém, 16 de abril de 2024.

Neiliane Aires Silva

Participante da pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SOCIEDADE



TERMO DE CONSENTIMENTO PARA USO DE VOZ E IMAGEM

Eu, Ronilson da Silva Batista, portador do CPF 591.206.342-68, residente na comunidade Morroreca declaro ter sido informado sobre os objetivos da pesquisa **"POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO: Pedagogia da Alternância como perspectiva prática para desenvolvimento agrícola sustentável na Amazônia**, sendo esclarecido os procedimentos envolvidos, os riscos e benefícios associados TCLE desta pesquisa.

Portanto, concordo voluntariamente em permitir o uso de minha voz e imagem, bem como das atividades agrícolas desenvolvidas em minha propriedade, para fins exclusivos relacionados à pesquisa mencionada.

Santarém, 16 de abril de 2024.

x Ronilson da Silva Batista
Participante da pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SOCIEDADE



TERMO DE CONSENTIMENTO PARA USO DE VOZ E IMAGEM

Eu, Edilei Cunha de Souza, portador
do CPF 522.657.402-25, residente na comunidade
_____, declaro ter sido informado sobre os objetivos da
pesquisa **"POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO:**
Pedagogia da Alternância como perspectiva prática para desenvolvimento
agrícola sustentável na Amazônia, sendo esclarecido os procedimentos
envolvidos, os riscos e benefícios associados TCLE desta pesquisa.

Portanto, concordo voluntariamente em permitir o uso de minha voz e
imagem, bem como das atividades agrícolas desenvolvidas em minha
propriedade, para fins exclusivos relacionados à pesquisa mencionada.

Santarem, 16 de abril de 2024.

Edilei Cunha de Souza

Participante da pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SOCIEDADE



TERMO DE CONSENTIMENTO PARA USO DE VOZ E IMAGEM

Eu, Maria Rosa Daura Godinho, portador
do CPF 338 678 362 -72, residente na comunidade
Santarem - Pa declaro ter sido informado sobre os objetivos da
pesquisa **"POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO:**
Pedagogia da Alternância como perspectiva prática para desenvolvimento
agrícola sustentável na Amazônia, sendo esclarecido os procedimentos
envolvidos, os riscos e benefícios associados TCLE desta pesquisa.

Portanto, concordo voluntariamente em permitir o uso de minha voz e
imagem, bem como das atividades agrícolas desenvolvidas em minha
propriedade, para fins exclusivos relacionados à pesquisa mencionada.

Santarem, 18 de abril de 2024.

Maria Rosa Daura Godinho

Participante da pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SOCIEDADE



TERMO DE CONSENTIMENTO PARA USO DE VOZ E IMAGEM

Eu, **ARIVALDO BATISTA DA SILVA**, portador do CPF 55787312287, residente no município de Santarém-Pa, declaro ter sido informado sobre os objetivos da pesquisa **"POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO: Pedagogia da Alternância como perspectiva prática para desenvolvimento agrícola sustentável na Amazônia, sendo esclarecido os procedimentos envolvidos, os riscos e benefícios associados TCLE desta pesquisa.**

Portanto, concordo voluntariamente em permitir o uso de minha voz e imagem, bem como das atividades agrícolas desenvolvidas no tempo comunidade do curso de agroecologia da Casa Familiar Rural das referentes comunidades pesquisada, para fins exclusivos relacionados à pesquisa mencionada.

Santarém-Pa, 13 de maio de 2024.



Documento assinado digitalmente
ARIVALDO BATISTA DA SILVA
Data: 23/05/2024 14:38:48-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Participante da pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SOCIEDADE



TERMO DE CONSENTIMENTO PARA USO DE VOZ E IMAGEM

Eu, Neida Maria Pereira Rego, portador
do CPF 581.755 552 - 20, residente na comunidade
Santarem - PE declaro ter sido informado sobre os objetivos da
pesquisa **"POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO:**
Pedagogia da Alternância como perspectiva prática para desenvolvimento
agrícola sustentável na Amazônia, sendo esclarecido os procedimentos
envolvidos, os riscos e benefícios associados TCLE desta pesquisa.

Portanto, concordo voluntariamente em permitir o uso de minha voz e
imagem, bem como das atividades agrícolas desenvolvidas em minha
propriedade, para fins exclusivos relacionados à pesquisa mencionada.

Santarem, 20 de abril de 2024.

Neida Maria Pereira Rego

Participante da pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SOCIEDADE



TERMO DE CONSENTIMENTO PARA USO DE VOZ E IMAGEM

Eu, **WERLISON SILVA DE SOUSA** portador do CPF 008.168.292-17, residente na Br 163 km 62 comunidade Prata S/N, Santarém-PA, declaro ter sido informado sobre os objetivos da pesquisa **"POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO: Pedagogia da Alternância como perspectiva prática para desenvolvimento agrícola sustentável na Amazônia, sendo esclarecido os procedimentos envolvidos, os riscos e benefícios associados TCLE desta pesquisa.**

Portanto, concordo voluntariamente em permitir o uso de minha voz e imagem, bem como das atividades agrícolas desenvolvidas no tempo comunidade do curso de agroecologia da Casa Familiar Rural das referentes comunidades pesquisada, para fins exclusivos relacionados à pesquisa mencionada.

Santarém-Pa, 01 de julho de 2024.

Documento assinado digitalmente
gov.br WERLISON SILVA DE SOUSA
Data: 09/08/2024 17:58:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Participante da pesquisa